

Sandra Cristina Campos Gonçalves

2º Ciclo de Estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

Agricultura urbana num contexto de crise:
Um estudo de caso na Área Metropolitana do Porto
2013

Orientador: Professora Doutora Teresa Sá Marques

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Sandra Cristina Campos Gonçalves

2º Ciclo de Estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

Agricultura urbana num contexto de crise:
Um estudo de caso na Área Metropolitana do Porto

2013

Orientador: Professora Doutora Teresa Sá Marques

Versão provisória

Agradecimentos

Para a realização da presente dissertação foram determinantes as contribuições de várias pessoas e instituições que aqui cumpre evidenciar e agradecer:

Em primeiro lugar, agradeço a Professora Doutora Teresa Sá Marques, orientadora desta dissertação, pela permanente disponibilidade, pelas palavras encorajadoras e pelas sugestões e correções que contribuíram para a melhoria deste trabalho.

Agradeço ao Diogo Ribeiro, pela simpatia e disponibilidade demonstrada sempre que precisei de algum esclarecimento e por todas as sugestões.

Aos responsáveis pela Quinta da Mitra, pelo Campo Aberto, pelo Espaço Compasso e pela Casa Viva, que gentilmente se dispuseram a divulgar o meu questionário online.

À Quinta Musas da Fontainha na pessoa do Sr. Luís Chambel.

À LIPOR pela divulgação do questionário online a todos os utilizadores da Horta-à-Porto.

À Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pela divulgação do questionário online aos agricultores do seu município.

À Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação pela divulgação do questionário aos seus colegas de faculdade.

À Tânia Fernandes pelo apoio na divulgação dos questionários.

A todos os agricultores, estudantes da UP e câmaras municipais que responderam aos questionários online.

Dirijo um especial agradecimento à minha amiga Ana Peixoto, pelo companheirismo, permanente apoio, sugestões e palavras de incentivo em todos os momentos.

Por último, e não menos importante, expresso o meu profundo agradecimento aos meus pais, irmãs e irmão, por tudo o incentivo e apoio que me deram ao longo deste percurso fundamentais para conseguir ultrapassar os momentos mais difíceis. A eles dedico esta dissertação.

A todos o meu muito obrigada.

Resumo

A agricultura urbana (AU) é uma realidade presente em todas as áreas urbanas mundiais, em maior ou menor escala, porém nos últimos anos tem vindo a adquirir um maior destaque no cenário mundial e nacional. A semelhança de outros períodos de crise, nos últimos anos a AU, tem sido uma das formas encontradas pelos cidadãos urbanos para superarem a atual conjuntura económica e instabilidade do mercado de trabalho, dentro do contexto urbano. A realização da atividade agrícola nas áreas urbanas pode surgir de forma espontânea ou planeada, com o intuito de colmatar diferentes necessidades. As hortas urbanas, ao contrário de outras experiências de AU, distinguem-se por serem normalmente uma forma de agricultura planeada. A AU é realizada pelos benefícios que proporciona a quem a desenvolve, sendo os principais benefícios de âmbito económico, social e ambiental.

O objetivo da presente dissertação é dar contributos para o conhecimento do papel da atividade agrícola desenvolvidas pelos agricultores urbanos da Área Metropolitana do Porto (AMP) e pelos agricultores familiares dos estudantes da Universidade do Porto (UP). Por outro lado, analisar as políticas municipais em matéria da promoção da agricultura em contexto urbano. Para tal foram implementados três questionários online distintos, cada um deles com um população-universo diferente, um direcionado aos agricultores da AMP, outro aos estudantes da UP e um outro dirigido às câmaras municipais de todas as cidades portuguesas.

Com a implementação dos questionários online, foi possível caracterizar o papel da atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores nas áreas urbanas e nos espaços rurais. A agricultura tem um papel crucial na ocupação dos tempos livres. No entanto, devemos realçar que a grande maioria dos agricultores da AMP só começaram a realizar a atividade agrícola após o início da atual crise económica. A maioria dos técnicos municipais afirmam que as hortas urbanas têm um papel crucial na melhoria da qualidade de vida de quem exerce a atividade, sendo por isso uma ação municipal que tem vindo a ser progressivamente privilegiada.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Hortas Urbanas; Crise; Qualidade de Vida; Área Metropolitana do Porto

Abstract

Urban agriculture (UA) is a reality present in the urban areas in the world on a major or lesser scale, but in recent years has gained greater prominence in the world and national scenario. As with other periods of crisis, in last years the UA, is one of the ways found by urban citizens to overcome the current economic situation and instability of labor market, in the urban context. The realization of agricultural activity in urban areas can arise spontaneously or planned, with the objective of reducing the different needs. The urban gardens, unlike the other experiences of UA, distinguished because they are usually a form of planned agriculture. The AU is carried out by the benefits it provides to those who develop the main ones being benefits of the economic, social and environmental. on a major or lesser scale

The objective of this dissertation is give contributions to the knowledge the role of agricultural activity developed by urban farmers of the Porto metropolitan area and by farmer's families of students the University the Porto. On the other hand, analyze the municipal policies in terms of promotion of agriculture in the urban context. For this purpose were implemented three different online questionnaires, each one of them with a population-different universe a directed to farmers of the Porto metropolitan area, other students of the University of Porto and another directed to municipalities of all Portuguese cities.

With the implementation of online questionnaires, it was possible to feature the role of agricultural activity developed by farmers in urban areas and in rural areas. Agriculture plays a crucial role in the occupation of leisure time. However, we must stress that the vast majority of farmers in the Porto metropolitan area only began to perform agricultural activity after the onset of the current economic crisis. Most municipal technicians claim that the urban gardens have a crucial role on improving the quality of life of who exerts the activity, therefore a municipal action that has been progressively privileged.

Key-word: Urban Agriculture; Urban Gardens; Crisis; Quality of Life; Porto Metropolitan Area

Acrónimos

- AMP** – Área Metropolitana do Porto
- AP** – Agricultura Periurbana
- AR** – Agricultura Rural
- AU** – Agricultura Urbana
- AUC** – Agricultura Urbana Comercial
- AUF** – Agricultura Urbana Familiar
- AUP** – Agricultura Urbana e Periurbana
- CCF** – Cidades Cultivando para o Futuro
- COS** – Coeficiente de Ocupação do Solo
- FAO** – Food and Agriculture Organization of the United Nations
- HU** – Hortas Urbanas
- IDRC** – International Development Research Centre
- ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- QV** – Qualidade de Vida
- QVU** – Qualidade de Vida Urbana
- RUAF** – Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security
- SAU** – Superfície Agrícola Utilizada
- SGUA** – Support Group on Urban Agriculture
- UNICEF** – The United Nations Children`s Fund
- UP** – Universidade do Porto

Índice geral

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Acrónimos	iv
Índice geral	v
Índice de figuras	vi
Índice de quadros	vi
Índice de gráficos	vii
Índice de anexos	ix
Capítulo I – Introdução	1
1.1.Enquadramento prévio do tema	2
1.2.Objetivos.....	5
1.3.Metodologia.....	5
1.4.Estrutura	11
Capítulo II – Abordagem conceptual: agricultura urbana	13
2.1.A agricultura urbana no cenário mundial..	14
2.1.1.A agricultura urbana como resposta a períodos de crise	14
2.1.2.Ações mundiais.....	16
2.2. Caraterização da agricultura urbana.....	19
2.2.1.Conceito.....	19
2.2.2.Caraterização da atividade agrícola urbana	23
2.2.3.Modalidade da agricultura urbana: hortas urbanas	28
2.3.Distinção entre agricultura urbana, agricultura periurbana e agricultura rural.....	31
2.4.Obstáculos à manifestação da agricultura urbana.....	33
2.5.Soluções encontradas para ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura urbana.....	37
2.6.Benefícios da agricultura urbana nas dimensões económica, social e ambiental.....	41
2.7.Os principais riscos associados à pratica inadequada da agricultura urbana.....	47
2.8.Contributo da agricultura urbana para a qualidade de vida dos cidadãos urbanos.....	52
Capítulo III – Caso de estudo	59
3.1.Área Metropolitana do Porto: contexto geográfico.....	60
3.2.Análise dos questionários.....	63
3.2.1.Questionário 1 – Sensibilidade à agricultura urbana	63
3.2.1.1.Perfil do agricultor urbano.....	64
3.2.1.2.Caraterização da agricultura urbana.....	68
3.2.2.Questionário 2 – Prática agrícola rural e urbana	84
3.2.2.1.Disponibilidade para a prática agrícola.....	86
3.2.2.2.Agricultura em espaço urbano.....	96

3.2.3.Iniciativas municipais direcionadas à agricultura urbana.....	104
3.2.3.1.Contribuições das hortas urbanas	105
Capítulo IV – Considerações finais.....	107
4.1.Síntese de duas abordagens: hortas urbanas e agricultura em contextos territoriais diferenciados.....	108
4.2.Exposição e análise das questões comuns aos três questionários.....	115
4.3.Reflexões sobre a prática agrícola rural e urbana	117
5. Bibliografia.....	119
5.1.Publicações.....	119
5.2.Legislação.....	126
5.3.Endereços eletrónicos.....	126
Anexos.....	128

Índice de figuras

Figura 1. Rebanho de ovelhas sendo conduzido pela cidade de Londres, novembro 1940.....	14
Figura 2. Atividade agrícola na cidade de Londres um período de guerra.....	14
Figura 3. Vista aérea de hortas urbanas (Schrebergarten), numa cidade alemã	15
Figura 4. Dimensões do conceito de agricultura urbana	21
Figura 5. Modelo da cidade segundo as quatro áreas onde pode ocorrer a prática agrícola ...	23
Figura 6. Telhado verde num edifício na cidade Buenos Aires (Argentina)	38
Figura 7. Reutilização de recipientes plásticos para cultivo	38
Figura 8. Cultivo através do sistema hidropónico	40
Figura 9. Cultivo através do sistema organopónico em Havana (Cuba)	40
Figura 10. Perspetivas analíticas do conceito de qualidade de vida	54
Figura 11. Domínios considerados para a avaliação da qualidade de vida de proximidade na cidade do Porto	56
Figura 12. Coeficiente de ocupação do solo (COS) na Área Metropolitana do Porto, em 2007 ...	60
.....	60
Figura 13. Peso relativo da população agrícola familiar (2009) na população residente (2011), por freguesia.....	61
Figura 14. Superfície agrícola utilizada (SAU) média, das explorações por freguesia, em 2009 .	62
.....	62

Índice de quadros

Quadro 1. Diferenças entre a agricultura urbana e periurbana (AUP)	32
Quadro 2. Frequência de respostas segundo o género	64
Quadro 3.Satisfação com o local que dispõem para a prática da agricultura	76

Quadro 4. Estudantes com familiares ligados à atividade agrícola	86
Quadro 5. Agricultores em espaço rural e em espaço urbano	86
Quadro 6. Distribuição dos agricultores pelos locais onde desenvolvem a atividade agrícola .	86
Quadro 7. Respostas concedidas pelos técnicos municipais	104
Quadro 8. Síntese do Questionário 1 – Sensibilidade à agricultura urbana	108
Quadro 9. Síntese do Questionário 2 – Prática agrícola rural e urbana	112

Índice de gráficos

Gráfico 1. Distribuição dos agricultores urbanos por género	64
Gráfico 2. Classificação dos agricultores por grupos etários	64
Gráfico 3. Estado civil dos agricultores urbanos	65
Gráfico 4. Dimensão do agregado familiar, por número de elementos	65
Gráfico 5. Concelho de residência dos agricultores urbanos	65
Gráfico 6. Concelho onde os agricultores urbanos desenvolvem a atividade agrícola	65
Gráfico 7. Habilitações literárias dos agricultores urbanos	66
Gráfico 8. Situação profissional dos agricultores urbanos	67
Gráfico 9. Rendimento mensal dos agricultores urbanos	67
Gráfico 10. Função da atividade agrícola na vida dos agricultores urbanos	68
Gráfico 11. Período de iniciação da atividade agrícola urbana	68
Gráfico 12. Produtos cultivados pelos agricultores urbanos	69
Gráfico 13. Criação de animais	69
Gráfico 14. Necessidades alimentares colmatadas com a prática agrícola	70
Gráfico 15. Comercialização da produção agrícola	71
Gráfico 16. Doação dos excedentes agrícolas	71
Gráfico 17. Conhecimento da horta urbana	70
Gráfico 18. Conhecimentos agrícolas	72
Gráfico 19. Meio de deslocação para o local de cultivo	73
Gráfico 20. Tempo de deslocação	73
Gráfico 21. Tempo máximo de deslocação	74
Gráfico 22. Período de realização da atividade agrícola	74
Gráfico 23. Despesas com a prática da agricultura	75
Gráfico 24. Dimensão mínima (m ²) funcional de um talhão agrícola	76
Gráfico 25. Benefícios da agricultura urbana	77
Gráfico 26. Tipos de hortas existentes na cidade	77
Gráfico 27. Benefícios das hortas urbanas enquanto espaços verdes	78
Gráfico 28. Agricultura urbana sustentável	78
Gráfico 29. Principais benefícios da agricultura urbana sustentável	79
Gráfico 30. Capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade	79

Gráfico 31. Qualidade dos produtos cultivados no espaço urbano	80
Gráfico 32. Importância atribuída aos produtos consumidos.....	80
Gráfico 33. Qualidade dos produtos agrícolas que se encontram atualmente no mercado.....	81
Gráfico 34. O que os agricultores urbanos entendem por agricultura biológica	81
Gráfico 35. Contribuições da agricultura biológica	82
Gráfico 36. A agricultura biológica é um meio para aumentar a qualidade dos produtos agrícolas.....	82
Gráfico 37. Percentagem a mais, que os agricultores estão dispostos a pagar pela aquisição de produtos biológicos	83
Gráfico 38. Importância da atividade agrícola para a qualidade de vida dos agricultores urbanos.....	84
Gráfico 39. Membros do núcleo familiar dos estudantes que praticam agricultura nas áreas rurais e urbanas	87
Gráfico 40. Função da atividade agrícola na vida dos agricultores rurais e urbanos.....	87
Gráfico 41. Produtos cultivados pelos agricultores no espaço rural e no urbano.....	88
Gráfico 42. Criação de animais pelos agricultores rurais	89
Gráfico 43. Criação de animais pelos agricultores urbanos	89
Gráfico 44. Necessidades alimentares colmatadas com a produção agrícola rural.....	90
Gráfico 45. Necessidades alimentares colmatadas com a produção agrícola urbana.....	90
Gráfico 46. Comercialização da produção agrícola rural.....	90
Gráfico 47. Comercialização da produção agrícola urbana.....	90
Gráfico 48. Doação dos excedentes agrícolas rurais	91
Gráfico 49. Doação dos excedentes agrícolas urbanos	91
Gráfico 50. Conhecimentos agrícolas adquiridos pelos agricultores rurais e urbanos.....	92
Gráfico 51. Período de realização da atividade agrícola pelos agricultores rurais e urbanos...	92
Gráfico 52. Despesas com a prática da agricultura rural e urbana.....	93
Gráfico 53. Opinião dos agricultores rurais e urbanos em relação ao local que dispõem para a realização da atividade agrícola.....	94
Gráfico 54. Benefícios da agricultura rural e urbana	94
Gráfico 55. Importância da atividade agrícola na qualidade de vida dos agricultores rurais e urbanos.....	95
Gráfico 56. Tipos de hortas existentes na cidade na visão dos agricultores rurais e urbanos..	96
Gráfico 57. Benefícios das hortas urbanas enquanto espaços verdes na perspetiva dos agricultores rurais e urbanos	96
Gráfico 58. O conhecimento que os agricultores rurais e urbanos têm sobre o que é a agricultura urbana sustentável	97
Gráfico 59. Principais benefícios da agricultura urbana sustentável no entendimento dos agricultores rurais e urbanos.....	97
Gráfico 60. Capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade na visão dos agricultores rurais e urbanos.....	98

Gráfico 61. Qualidade dos produtos cultivados no espaço urbano na opinião dos agricultores rurais.....	99
Gráfico 62. Importância atribuída pelos agricultores rurais e urbanos aos produtos agrícolas que integram a sua dieta alimentar	99
Gráfico 63. Qualidade dos produtos agrícolas que se encontram atualmente no mercado na opinião dos agricultores rurais e urbanos	100
Gráfico 64. O que os agricultores rurais e urbanos entendem por agricultura biológica.....	101
Gráfico 65. Contribuições da agricultura biológica no entendimento dos agricultores rurais e urbanos.....	101
Gráfico 66. Como os agricultores rurais e urbanos vêem a agricultura biológica	102
Gráfico 67. Percentagem a mais, que os agricultores rurais e urbanos estão dispostos a pagar pela aquisição de produtos biológicos	103
Gráfico 68. Benefícios da agricultura urbana na visão dos técnicos das câmaras municipais de algumas cidades nacionais	105
Gráfico 69. Importância das hortas urbanas na qualidade de vida dos agricultores na visão dos técnicos municipais	106
Gráfico 70. Identificação dos benefícios da atividade agrícola na visão dos inquiridos.....	115
Gráfico 71. Importância da prática agrícola na qualidade de vida dos agricultores na opinião dos inquiridos	116

Índice de anexos

Anexo1. Caraterização de projetos ligados a agricultura urbana promovidos por câmaras municipais de cidades	128
---	-----



Capítulo I - Introdução



Capítulo I – Introdução geral

1.1. Enquadramento prévio do tema

“Como diversos outros elementos da cidade, a agricultura urbana é fruto da acção humana e objeto de representações, de significados e de um simbolismo nem sempre evidentes” (SILVA, 2006: 229)

Num passado recente, eram muitos os que associavam a atividade agrícola apenas ao espaço rural, aos poucos esta realidade tem vindo a ser alterada, com o surgimento de um número cada vez maior de espaços urbanos aproveitados para o cultivo. Os solos urbanos normalmente são muito férteis, pois o Homem no passado sempre procurou fixar-se em locais que permitissem a sua subsistência através da agricultura. A auto-produção de bens alimentares era uma prática recorrente nos espaços urbanos, mas com a intensificação do processo de urbanização e o aumento das necessidades alimentares e da capacidade abastecimento, verificou-se uma diminuição da necessidade da atividade nestes espaços. Entretanto nos últimos tempos o cenário tem vindo a ser alterado com o ressurgimento da atividade agrícola nas áreas urbanas.

A ausência de dados e de investigações sobre o cultivo agrícola nas áreas urbanas, traduziu-se uma visão distorcida sobre a agricultura urbana (AU), que durante muito tempo se acreditou ser uma realidade temporária, fruto sobretudo do acolhimento na cidade da população rural. Com o passar do tempo, verificou-se que a atividade agrícola não só se mantinha como atraía cada vez mais adeptos (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A atividade agrícola urbana, inserida no designado sector informal, foi durante muito tempo apontada como um fenómeno pouco expressivo e passageiro, mas com o passar dos anos constatou-se que esta atividade é cada vez mais, a realidade de um número crescente de áreas urbanas. Os cidadãos urbanos estão a criar novos padrões, exigindo dos espaços urbanos novas posturas (MOUGEOT 2007). As áreas urbanas são espaços dinâmicos em constante transformação e adaptação às necessidades da população que aí reside. O espaço urbano é resultado de uma construção económica, política, social e cultural.

A agricultura é uma realidade presente em todas as cidades do mundo, em maior ou menor escala (MOUGEOT, 2000). Em quase todos os locais do mundo “existe um longa tradição de produção agrícola intensiva” quer nas áreas intra-urbanas como periurbanas (PESSÔA, 2005: 66). A atividade agrícola sempre esteve presente nas áreas urbanas. “As suas funções podem mudar ao longo do tempo, bem como o grau de atenção política que recebe, mas sempre foi parte integrante do sistema urbano” (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007: 40). A AU é uma característica permanente dos sistemas urbanos, que pode sofrer deslocações ao longo dos

tempos, mas que não desaparece, manifestando uma grande tendência de crescimento quando as cidades se expandem (ZEEUW *et al.*, 2011). No entanto, continua a subsistir a ideia de que a agricultura é uma atividade rural e não urbana (KAUFMAN e BAILKEY, 2000). Os espaços urbanos, sempre se defrontaram ao longo de toda a sua existência com uma ruptura física em relação aos espaços de produção alimentar, porém essa desagregação apenas é visível na teoria (SILVA, 2006).

A AU nem sempre foi encarada com bons olhos, durante muito tempo acreditou-se que o desenvolvimento da atividade imprima nos espaços urbanos uma imagem de falta de desenvolvimento. Segundo Axel Drescher (2003), os espaços urbanos nem sempre se desenvolvem segundo os desejos dos planeadores, no presente assim como passado, as cidades sempre revelaram a sua própria dinâmica de evolução.

A instabilidade económica é hoje uma realidade presente em muitos países, não só em vias de desenvolvimento, mas também naqueles que eram encarrados no passado como fortes economias no cenário mundial. Essa insegurança tem promovido o desenvolvimento da atividade agrícola no espaço urbano, com o intuito de ultrapassar algumas das carências alimentares dos agricultores urbanos, assim como se verificou noutros momentos de crise. Aliado a instabilidade económica encontra-se o forte crescimento da população urbana, que tem solicitado a criação de empregos e de condições de vida mais apropriadas nas áreas urbanas (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A agricultura urbana é um tema controverso, o que justifica a inexistência de definição aceite universalmente. Por agricultura urbana entende-se o cultivo de alimentos e/ou a criação de animais no interior (intra-urbana) e na periferia (periurbana) dos espaços urbanos, sendo desenvolvida por residentes urbanos, que fazem uso de áreas urbanas devolutas, privadas e públicas (MOUGEOT, 2000; FILHO, 2010). O conceito mais utilizado e difundido sobre AU foi definido por Luc J.A. Mougeot.

A diferenciação entre agricultura intra-urbana e periurbana é realizada por um grande número de autores que se debruçam sobre a temática agricultura urbana. A distinção evidencia-se necessária pelas diferentes limitações e oportunidades que as áreas mais centrais e as áreas periféricas oferecem para a prática da agricultura. A AU desenvolvida nas áreas intra-urbana, pelas características do próprio espaço, depara-se com um conjunto de aspetos que condicionam o seu desenvolvimento, já a AU realizada nos espaços periurbanos encontra-se numa situação mais favorecida. A distinção entre agricultura urbana e periurbana (AUP) é realizada com intuito de conceder um retrato, o mais autêntico possível da atividade agrícola urbana. Porém é importante frisar que a atividade agrícola desenvolvida quer nos espaços intra-urbanos como periurbanos, faz parte de uma mesma realidade que é a AU.

A discussão em torno da agricultura urbana está longe de reunir consenso, sendo o local onde a atividade agrícola é desenvolvida o ponto que menos entendimento congrega e que mais conflito conceitual gera (ARRUDA, 2011). Na visão de MOUGEOT (2000) e VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007), a localização não corresponde ao principal elemento distintivo da AU, mas sim o facto de ser parte integrante do sector económico, social e do sistema ecológico urbano. A AU é desenvolvida através de recursos urbanos e a sua produção é destinada aos cidadãos urbanos, sendo influenciada pelas condições urbanas, os seus impactos também se fazem sentir no sistema urbano.

A procura por uma definição objetiva e ampla para a AU tem sido uma tarefa árdua, contudo a distinção entre AU e agricultura rural (AR), não tem sido mais fácil, uma vez que os aspetos que caracterizam a AU, com exceção da localização, são os menos que definem a AR (MOUGEOT, 2000).

A AU tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no cenário mundial e nacional, tal é visível através de um crescente número de eventos que se tem vindo a realizar para discutir as diversas questões vinculadas à atividade, como é exemplo o “Feed the Olympics” e a 2º Cúpula da Agricultura Urbana realizada no presente ano (2013), na cidade sueca de Linkoping.

A atividade agrícola desenvolvida nas áreas urbanas nacionais encontra-se inserida no sector informal, devido a ausência de um enquadramento legislativo, o que representa um entrave à manifestações de todas as potencialidades da atividade e ainda impossibilita gestão de todos os riscos inerentes ao seu desenvolvimento. Ainda assim, os cidadãos urbanos têm encontrado formas criativas de ultrapassar grande parte das barreiras, tal é visível pelo grande número de cidadãos urbanos a desenvolverem a atividade agrícola nas varandas das suas habitações, nos terraços, em áreas devolutas, em hortas urbanas (HU), entre muitos outros espaços das áreas urbanas.

O empenho e interesse dos cidadãos urbanos pela realização da atividade agrícola, expressa bem a importância que esta atividade tem na vida de quem a pratica. Na visão de GARNETT (1996), HYNES (1996), WHEELER e HOWE (1999), citados por HOWE *et al.* (2005), um dos maiores contributos da prática da agricultura urbana é ser capaz de melhorar consideravelmente a qualidade de vida da população citadina.

O presente trabalho surge a partir da observação da relação dos cidadãos com os espaços urbanos abertos. O que leva os cidadãos urbanos a procurarem os espaços urbanos devolutos, cuja a propriedade em muitos casos é desconhecida, para a realização da atividade agrícola, corresponde a principal interrogação que motivou o interesse pela temática AU.

1.2. Objetivos

Os principais objetivos da presente dissertação consistem em:

- Traçar o perfil dos agricultores urbanos da AMP e caracterizar a atividade agrícola que desenvolvem;
- Identificar a opinião dos agricultores em relação à importância que a agricultura que praticam tem na melhoria da sua qualidade de vida;
- Averiguar o que os agricultores da AMP entendem por agricultura urbana sustentável e por agricultura biológica e verificar os conhecimentos dos agricultores em relação ao tipo de hortas que podem existir na cidade e os seus benefícios enquanto espaços verdes;
- Apurar o que agricultores urbanos da AMP pensam relativamente à qualidade dos produtos agrícolas que atualmente se encontram no mercado; à capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade e à qualidade dos alimentos produzidos no espaço urbano em comparação com os cultivados no espaço rural;
- Verificar as diferenças entre a atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores nos espaços rurais e nas áreas urbanas, através da caracterização da atividade desenvolvida pelos agricultores nos diferentes espaços;
- Captar a visão que os agricultores que realizam a atividade agrícola nos espaços rurais e nas áreas urbanas têm sobre a agricultura realizada nas áreas urbanas;
- Identificar quais as câmaras municipais de cidades nacionais se encontram envolvidas com alguma iniciativa/projeto relacionado com hortas urbanas e perceber as razões que estão na origem desse envolvimento e o que pretendem alcançar com a criação de hortas urbanas no município.

1.3. Metodologia

A metodologia da presente dissertação, consistiu primeiro num intenso levantamento bibliográfico sobre as várias temáticas abordadas, com o intuito de fundamentar o presente estudo. O recurso a bibliografia nacional sobre a temática agricultura urbana revelou-se uma tarefa árdua, uma vez que este é um tema recente em Portugal e por isso o número de estudo

nesta área são ainda muito poucos, sendo as grandes obras de referências de autores internacionais.

A revisão bibliográfica corresponde a uma das primeiras etapas a ser desenvolvida no processo de investigação, pois é através dela, que se torna possível conhecer a informação existente sobre a situação atual da temática que se pretende abordar; averiguar as publicações existentes sobre o tema e a informação que já foi alvo de estudos e ainda identificar as diversas considerações a respeito da temática e os problemas associados a pesquisa do tema (SILVA e MENEZES, 2005).

A bagagem de informação apreendida com a revisão bibliográfica permitiu definir a abordagem qualitativa para o caso de estudo. “A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve” (GODOY, 1995: 58). Na abordagem qualitativa defende-se a existência de uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA e MENEZES, 2005: 20). As pesquisas qualitativas surgiram para dar resposta as especificidades dos fenómenos que não podem ser quantificados, uma vez que compreendem o pesquisador num campo de estudo composto por indivíduos com distintas opiniões, valores, crenças, entre outros pontos diferenciadores (GODOY, 1995). “Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenómenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes” (GODOY, 1995: 63; NEVES, 1996).

De acordo com os objetivos gerais que se pretendem alcançar podem ser utilizadas diferentes tipos de pesquisa (exploratória; descritiva; explicativa). A pesquisa descritiva é a que melhor se enquadra nos objetivos da presente dissertação, uma vez que procura descrever as características de “determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Recorre a técnicas padronizadas de recolha de dados, como questionários e observação sistemática (GIL, 1995: 42).

Na presente dissertação, as respostas às questões de investigação foram obtidas através do uso de questionários, como técnica de recolha de informação. O questionário pode ser definido como um instrumento de investigação que possibilita obter respostas, a que o investigador não teria acesso através da utilização de outro instrumento. A implementação de questionários apresenta um conjunto de vantagens e desvantagens, porém as vantagens deste tipo de metodologia são significativamente superiores as desvantagens. A implementação de um inquérito normalmente acarreta menos custos, comparativamente com outros instrumentos; “exige menor habilidade para a aplicação”; a entrega do questionário pode ser feita via e-mail, entregue em mão ou pelo correio; o questionário pode ser aplicado

ao mesmo tempo a um vasto número de indivíduos; “as frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração”; o recurso a questionários permite que o investigador se sinta mais a vontade para exprimir opiniões que podem não ir de encontro às expectativas do público-alvo dos questionários; a utilização de questionários não exige dos indivíduos respostas imediatas, uma vez que não existe um tempo limite de resposta e por isso as respostas são mais refletidas. Depois de enunciadas as vantagens, seguem as três desvantagens indicadas pela mesma autora: normalmente os questionários apresentam uma baixa adesão, que se traduz num reduzido número de respostas; a estrutura rígida impossibilita a expressão de opiniões mais particulares e ainda exige aptidão “para ler e escrever e disponibilidade para responder” (GOLDENBERG, 2004: 87-88).

A recolha de informação necessária para dar resposta às perguntas iniciais, foi procurada através da implementação de três questionários. O primeiro questionário, foi dirigido aos agricultores urbanos da AMP (Questionário 1), o segundo questionário, foi direcionado aos estudantes da Universidade do Porto (UP) (Questionário 2) e por último, foi implementado o questionário destinado às câmaras municipais de cidades nacionais (Questionário 3).

Num primeiro momento, procedeu-se à elaboração do Questionário 1, composto por questões que vão de encontro aos objetivos traçados e aos conhecimentos adquiridos durante a revisão bibliográfica. Antes mesmo de ser implementado, o questionário foi testado, por alguns dos agricultores da horta urbana designada, Quinta Musas da Fontainha. As dificuldades e dúvidas manifestadas pelos agricultores no preenchimento do questionário, permitiram corrigir alguns aspetos do conteúdo e ainda introduzir novas questões (como é o caso das perguntas relacionadas com a agricultura biológica e com a agricultura sustentável). As novas questões surgem por sugestão dos agricultores que afirmaram que a maioria das hortas urbanas que conhecem na AMP, praticam uma agricultura biológica. A avaliação do questionário também permitiu averiguar o tempo médio de resposta (15 minutos).

O Questionário 1 é composto por duas partes, a primeira intitulada “Sensibilidade à agricultura urbana”, que é constituída por 30 questões, a segunda parte, integra 10 questões relacionadas com a “Caraterização Sócio-Demográfica” do agricultor. O questionário compreende perguntas abertas (que pretendem saber a opinião do indivíduo), fechadas (exemplo: duas opções sim ou não) e de múltipla escolha (fechadas com uma série de opções de resposta) (SILVA e MENEZES, 2005). O presente questionário é composto maioritariamente por questões de escolha múltipla, indo de encontro à opinião de GIL (1991), que faz referência à importância de se optar por questões preferencialmente fechadas, com um vasto leque de alternativas, suficientemente pormenorizadas para abarcar o maior número de respostas possíveis.

O método usado na definição da amostra foi a *snowball* ou “Bola de Neve”, que corresponde a um método de amostragem não-probabilístico, aplicado em pesquisas sociais. Esta técnica

requer primeiramente a identificação de um conjunto de indivíduos ou instituições, dependendo do foco da pesquisa, através dos quais se receberá a indicação de outros indivíduos que podem ser englobados na amostra, estes que por sua vez, dão indicações sobre outros possíveis participantes, e o processo segue desta forma até se alcançar a amostra desejada ou até ao momento em que os últimos indivíduos integrados na amostra, não consigam indicar mais participantes. Assim sendo, a “Bola de Neve”, corresponde a uma “técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede” (SHEU *et al.*, 2008; BALDIN e MUNHOZ, 2011: 332). Este método é utilizado quando se desconhece a população alvo da pesquisa.

Numa primeira fase, a identificação dos agricultores urbanos foi obtida através da localização das HU. O conhecimento da localização das primeiras hortas foi obtido através de professores, colegas, amigos e de algumas pessoas que participaram num encontro do Campo Aberto, em que uma das temáticas abordadas era a agricultura urbana. As hortas identificadas através deste primeiro conjunto de pessoas, foram as responsáveis pela indicação das hortas seguintes e assim sucessivamente, até ao momento em que os responsáveis pelas HU e os agricultores já não conseguiam indicar novos espaços onde a atividade agrícola era desenvolvida.

A implementação do questionário junto dos agricultores urbanos revelou-se uma tarefa árdua, pelo facto de cada agricultor ter dias e horários específicos para a realização das suas tarefas agrícolas e devido aos constantes dias de chuva que não permitiam o contacto com os agricultores.

Nesta fase de recolha de informação (questionários), compreendi que o percurso precisa ser reinventado a cada etapa. “Precisamos, então, não somente de regras e sim de muita criatividade e imaginação” (SILVA e MENEZES, 2005: 10).

Com o intuito de superar os obstáculos que dificultavam a recolha de questionários e depois de conversar com várias pessoas responsáveis por hortas urbanas, foi estabelecido outro meio para a recolha de questionários. Como todos os agricultores tinham um contacto eletrónico que era do conhecimento de cada pessoa responsável pela horta onde cultivavam, foi criado um questionário online, na íntegra igual ao em formato papel. Depois, os responsáveis pelas diferentes hortas urbanas disponibilizaram-se a enviar para cada um dos agricultores. As respostas, como em qualquer outro tipo de questionário online, foram recebidas numa base de dados online.

Na divulgação do questionário online a LIPOR (Serviços Intermunicipalizados de Gestão de Resíduos do Grande Porto), teve uma contribuição muito importante, uma vez que é responsável por um projeto designado por Horta-à-Porto, que pretende promover a qualidade

de vida dos cidadãos, “através de boas práticas agrícolas, ambientais e sociais” realizadas nas diversas hortas biológicas da região do Porto, promovidas por si. O questionário foi divulgado pela LIPOR a todos os agricultores inscritos nas suas hortas (Horta de Espinho; Horta Quinta do Passal; Horta de Crestins; Horta da Maia; Quinta da Gruta; Horta de Subsistência do Castelo da Maia; Horta Social de Meilão; Horta Tecmaia; Horta do CICCOPN; Horta da Escola EB 2,3 da Maia; Horta de Custóias; Horta Parque da Vila; Horta Leça da Palmeira; Horta Senhora da Hora; Horta da Nobrinde; Horta ALADI; Horta da Leça do Balio; Horta Municipal do Aldoar; Horta do Aldoar; Horta Municipal da Condomínio; Horta Social de Albergues Nocturnos do Porto; Horta-Lada; Horta-Social e Paroquial da Sé; Horta de Rates; Horta da Fonte Antiga; Horta Social de Rates; Horta de Aver-o-mar; Horta Social do Rio Mau; Horta de Vairão; Horta de Fajozes) (<http://www.lipor.pt/pt/educacao-ambiental/horta-da-formiga/horta-a-porta/>). Para além da divulgação feita pela LIPOR, o questionário online também foi divulgado pelos responsáveis pela Quinta da Mitra, pelo Espaço Compasso; pelo Campo Aberto; pela Quinta Musas da Fontainha; pela Casa Viva e pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. O questionário online esteve aberto desde o início do mês de abril até ao final do mês de junho.

Tendo em conta a localização das hortas urbanas, onde o Questionário 1, foi implementado é possível indicar a incidência territorial da pesquisa. Os concelhos da AMP integrados na pesquisa são: Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Porto; Póvoa de Varzim; Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

O Questionário 1, esteve a ser implementado em simultâneo com um outro questionário online direcionado aos estudantes da UP (Questionário 2). A elaboração e implementação do Questionário 2, foi realizada com o intuito de ser uma alternativa à possível má adesão dos agricultores ao Questionário 1.

O questionário dirigido aos estudantes da UP, pretende que estes respondam a todas as questões do questionário de acordo com a visão dos seus familiares que se dedicam a agricultura. O foco do presente questionário foi não só obter a opinião dos agricultores que desenvolvem a atividade agrícola no espaço urbano como também dos agricultores que realizam a atividade no espaço rural.

O Questionário 2 é constituído por três partes, a primeira designada por “Disponibilidade para a prática agrícola” é formada por dezasseis questões, a segunda parte intitulada “Agricultura em espaço urbano”, apresenta doze perguntas fechadas e uma de múltipla escolha, a terceira e última parte, corresponde a “Caraterização Sócio-Demográfica” dos familiares dos estudantes da UP, que desenvolvem a atividade agrícola.

A divulgação do Questionário 2, foi realizada pelas associações de estudantes das diversas faculdades da UP. O pedido de divulgação foi feito primeiro à reitoria da UP, que por excesso

de pedidos não pode divulgar. As associações de estudantes, surgem como a alternativa mais viável. Após vários pedidos feitos via e-mail, seis associações de estudantes de faculdades da UP (Faculdade de Belas Artes; Faculdade de Ciências; Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação; Faculdade de Letras; Faculdade de Psicologia e Ciências da Nutrição e Alimentação) se predispuseram a enviar através de um e-mail dinâmico o questionário aos seus colegas de faculdade.

Os estudantes da UP que colaboram no preenchimento do Questionário 2, foram chamados a especificarem o concelho e a freguesia onde os seus familiares agricultores realizam a atividade agrícola, possibilitando posteriormente em conjugação com a classificação das freguesias do continente em rurais e não rurais do PRODER, definir os agricultores que desenvolvem a atividade agrícola no espaço rural e no urbano.

O sucesso do Questionário 1 que contou com a colaboração de 121 agricultores urbanos da AMP e do Questionário 2 que obteve a participação de 437 estudantes da UP, fez com que os resultados dos dois questionários fossem integrados na presente dissertação.

Por último é apresentado o Questionário 3, dirigido as câmaras municipais das cidades nacionais. O Questionário 3, pretende averiguar quais são as câmaras municipais que se encontram envolvidas em iniciativas ou projetos ligados a hortas urbanas (agricultura urbana), quais as motivações que estão na origem da dinamização deste tipo de projetos pelas câmaras, o que pretendem alcançar com a sua implementação e ainda quais os benefícios da agricultura urbana e o seu contributo para a qualidade de vida dos cidadãos.

O Questionário 3, antes de ser implementado foi analisado por uma técnica de uma câmara municipal, com o intuito de verificar e testar o conteúdo e formato do questionário. O questionário online foi implementado no início de maio e esteve aberto até ao final de junho, foi enviado por e-mail a todas as câmaras de cidades. Devido a falta de retorno, o questionário foi reenviado várias vezes, na tentativa de obter o maior número possível de respostas. Os contactos eletrónicos das câmaras foram conseguidos no sítio oficial de cada câmara municipal.

Com o intuito de averiguar o que pensam os diferentes inquiridos em relação ao mesmo tema, foram colocadas nos três questionários, duas questões comuns. A primeira diz respeito a pergunta que pede ao inquirido para assinalar os que considera serem os três principais benefícios da agricultura, sendo uma pergunta de múltipla escolha, que contempla as seguintes opções de resposta: complemento à dieta alimentar das famílias; redução da pobreza; melhor gestão do ambiente; protecção da biodiversidade; consumo de produtos de confiança; exercício físico e saúde; participação comunitária; convívio; lazer; troca de experiências; outra, nesta última opção é dada a oportunidade ao inquirido de apontar um

benefício que não conste das opções indicadas. A segunda questão comum, procura averiguar qual a importância da agricultura para a melhoria da qualidade de vida de quem exerce a atividade, de acordo com a opinião dos inquiridos, através de uma escala de 1 a 5 (sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante).

O SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) foi o software escolhido para o tratamento estatístico dos dados recolhidos através da implementação dos três questionários. Para a realização desta tarefa foi necessário relembrar algumas conhecimentos e desenvolver novas competências.

O Microsoft Office Excel foi o programa utilizado para a elaboração dos gráficos necessários a exposição e análise da informação obtida através da implementação dos questionários online.

1.4. Estrutura

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de caráter teórico, que possibilitam fazer o enquadramento para os dois capítulos seguintes, de caráter mais prático.

A introdução (Capítulo I) tem como objetivo principal apresentar um enquadramento prévio do tema, os principais objetivos perseguidos na pesquisa, especificar a abordagem metodológica e antecipar a estrutura da presente dissertação.

O segundo capítulo pretende apresentar as bases teóricas que fundamentam o presente trabalho. Neste capítulo o primeiro foco é a agricultura urbana no cenário mundial, onde é dado a conhecer diversos momentos da atividade ao longo das últimas décadas, para em seguida demonstrar a importância da atividade em períodos de crise. O segundo ponto do presente capítulo incide sobre o conceito de agricultura urbana, seguindo-se a exposição de algumas particularidades da atividade agrícola urbana, posteriormente são apresentadas várias informações referentes as hortas urbanas, enquanto modalidade da agricultura urbana. A diferenciação entre agricultura urbana, agricultura periurbana (AP) e agricultura rural (AR) evidencia-se necessária para uma melhor compreensão do que efetivamente é a agricultura urbana. A atividade agrícola urbana é uma atividade que tem de lidar com vários obstáculos que são ultrapassados através da enorme criatividade dos agricultores. A agricultura urbana é responsável por muitos benefícios económicos, sociais e ambientais, mas também pode estar na origem de diversos malefícios, se não forem acautelados determinados cuidados. Por último é abordado o conceito e alguns aspetos associados à qualidade de vida que possibilitam compreender melhor o contributo da agricultura para qualidade de vida dos cidadãos que se dedicam a atividade.

O Capítulo III é dedicado ao caso de estudo. Nesta etapa, são expostos e analisados os resultados obtidos com a implementação dos três questionários online. A informação é apresentada através de gráficos que permitem uma melhor visualização dos resultados.

O quarto e último capítulo, tem como finalidade apresentar as principais conclusões do estudo realizado, para tal são apresentados dois quadros que sintetizam as duas abordagens, hortas urbanas e agricultura em contextos territoriais diferenciados, de seguida são expostos e analisados dois gráficos sobre as questões comuns aos três questionários e por fim é apresentada uma reflexão sobre a prática agrícola rural e urbana.



**Capítulo II – Abordagem conceptual:
agricultura urbana**



Capítulo II – Abordagem conceptual: agricultura urbana

2.1. A agricultura urbana no cenário mundial

2.1.1. A agricultura urbana como resposta a períodos de crise

O início do século XVIII é apontado como o momento a partir do qual se dá o aparecimento das primeiras hortas urbanas de caráter social, que procuram responder às necessidades alimentares de um número muito significativo de população rural, que migrava para as áreas urbanas, e que se deparavam com o desemprego ou com um rendimento insuficiente para fazer face a todas as despesas. A importância das hortas rapidamente se disseminou por todo o espaço urbano, sendo promovidas pelos cidadãos urbanos (MATOS, 2010).

A intervenção do poder público surge no final do século XIX, com a criação do primeiro quadro legislativo sobre hortas urbanas, no Reino Unido. A partir dessa altura, as autoridades locais passaram a estabelecer os lugares onde as hortas podiam ser implementadas (HOWE *et al.*, 2005).

Na história, durante determinados períodos sobretudo de crise, as potencialidades das hortas urbanas ganham destaque. Entre 1900 e 1945, na Europa, os diferentes conflitos armados puseram em causa a segurança alimentar. Estes episódios desencadearam a necessidade de serem produzidos alimentos localmente, intensificando deste modo a AU. A semelhança do Reino Unido (Figura. 1 e 2), outros países europeus sentiram a mesma necessidade, como é exemplo a Alemanha (HOWE *et al.*, 2005).

Figura 1. Rebanho de ovelhas sendo conduzido pela cidade de Londres, novembro 1940



Fonte: HOWE, *et al.*, 2005: 97

Figura 2. Atividade agrícola na cidade de Londres um período de guerra



Fonte: HOWE, *et al.*, 2005: 98

Figura 3. Vista aérea de hortas urbanas (Schrebergarten), numa cidade alemã

Durante períodos de recessão, conflitos armados ou de outros episódios inquietantes, a produção de alimentos nas áreas urbanas torna-se em muitas circunstâncias indispensável para a manutenção da sobrevivência da população urbana. Na Alemanha, o período que se sucedeu à Primeira Guerra Mundial foi marcado por uma grande carência de alimentos que levou a população urbana alemã a optar pela fome ou pelo cultivo do seu próprio alimento.



Fonte: <http://germanyiswunderbar.com>

Neste contexto de crise surgem os Schrebergaerten (DEELSTRA e GIRARDET, 2000; HOWE *et al.*, 2005). As hortas urbanas com uma dimensão entre 200 a 400 m², designadas de Schrebergaerten (Figura 3), são utilizadas para o cultivo de produtos hortícolas para autoconsumo e produção de plantas ornamentais. Os Schrebergaerten apesar de terem surgido após a Primeira Guerra Mundial, foi na Segunda Guerra Mundial que estes se rebelaram extremamente importantes para a manutenção da segurança alimentar da população de muitas cidades alemãs. Atualmente o cultivo de alimentos não é a principal função dos Schrebergaerten, estes espaços são muito mais que áreas de cultivo, são espaços de lazer e convívio social, onde a população mais idosa tem a oportunidade de contactar com pessoas de todas as faixas etárias e exercer uma atividade física e de lazer (SARAIVA, 2011).

De acordo com SIERRA (2003) citado por MATOS (2010), durante o período em que decorreu a Segunda Guerra Mundial o cultivo de vegetais e frutas nas áreas urbanas do Reino Unido, surge para colmatar as necessidades alimentares. O cultivo era realizado em jardins públicos e privados. Deste modo, eram suprimidas mais de 10% das necessidades totais de produtos frescos do país.

Na França e no Reino Unido, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorre um aumento das áreas urbanas aproveitadas para o desenvolvimento da atividade agrícola (CABANNES, 2012).

A República de Cuba, corresponde a um dos países onde a atividade agrícola urbana foi desencadeada num momento conturbado e de crise, após o colapso da União Soviética (1989), que pôs fim a ligação com o seu mais importante parceiro comercial, que era responsável pelo abastecimento de petróleo no país. A inexistência deste recurso afetou

seriamente a agricultura, que se encontrava muito dependente de produtos fitofarmacêuticos e das máquinas agrícolas. Perante uma situação de falta de alimentos generalizada, sobretudo nas cidades, pois o combustível necessário para o transporte dos produtos alimentares dos espaços rurais para as áreas urbanas tornou-se escasso e por isso os alimentos que chegam as cidades eram insuficientes para fazer face a todas as necessidades. Nesta conjuntura, o governo cubano criou um programa de cultivo intensivo de pequena escala para ser aplicado em todo o solo urbano livre. Esta iniciativa das autoridades cubanas, repercutiu-se em efeitos muito positivos (GARRETT, 2008).

Segundo informações da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), transmitidas no ano de 2007 e citadas por Arruda (2011), nos períodos de crise, pode ocorrer um aumento do número de pessoas ligadas ao desenvolvimento da atividade agrícola no meio urbano. Como se verificou após a queda da antiga URSS e mais recentemente no Congo oriental devido a um conflito armado (ARRUDA, 2011).

2.1.2. Ações mundiais

A AU ganhou visibilidade, apenas a partir de 1970, através da intervenção da FAO, *The United Nations Children's Fund* (UNICEF) e do governo de alguns países. Esta década representa uma mudança significativa para AUP que passa a ser abordada em publicações científicas e tecnológicas. Os anos noventa ficaram marcados pela consagração da AUP, devido ao maior número de publicações que abordavam a temática e a uma crescente divulgação através da internet (FILHO, 2010). A internet foi um importante veículo de difusão de estudos e projetos, como até então não tinha sido conseguido (MADALENO, 2002). A AU passa a ser uma das iniciativas promovidas por importantes agências de desenvolvimento internacional (FILHO, 2010).

Durante 1984 e 2004, a *International Development Research Centre* (IDRC) levou a cabo uma investigação formal sobre a AU. Durante esses 20 anos, o IDRC, promoveu mais de 90 projetos relacionados com AU em mais de 40 países. A pesquisa surge inicialmente alicerçada em questões relacionadas com a segurança alimentar, nutrição e no tratamento e reutilização de resíduos orgânicos, porém é ampliada para abarcar o processamento e distribuição de alimentos no meio urbano (MOUGEOT, 2006)

Em 1996, foi realizado um levantamento que deu origem a um relatório, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado "Agricultura Urbana: Alimentos, Emprego e Cidades Sustentáveis" (SMIT *et al.*, 1996). Este relatório descreve os preconceitos históricos que funcionavam como barreiras ao desenvolvimento da atividade agrícola no meio urbano, sendo estes na maioria das vezes ilegítimos ou ultrapassados, e ainda procura dar a conhecer como a AU tem sido descurada, desacreditada e subnotificada. Problemas verídicos

associados a más práticas de cultivo ou criação de animais no espaço urbano foram reconhecidos, assim como os diversos benefícios da AUP, corretamente planeada e executada (ARRUDA, 2011). Neste mesmo ano, aproximadamente quarenta organizações internacionais relacionadas com a AU fundam o *Support Group on Urban Agriculture* (SGUA), com o intuito de constituir uma agenda conjunta e promover atividades (VAN VEENHUIZEN, 2006).

O SGUA corresponde a uma iniciativa global que conta com o apoio de 43 membros, que procuram apostar na formação, investigação, assistência técnica e apoio ao crédito. O presente grupo é responsável por uma publicação três vezes por ano na *Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security* (RUAF), que ocorre três vezes por ano e ainda está na origem da Agropolis, um programa que premeia iniciativas ligadas a AU e que foi dirigido pelo IDRC. O SGUA tem na RUAF e no IDRC, os principais veículos de informação, que foram concedidos para auxiliar a integração da AU nas políticas e nos planos municipais (MOUGEOT, 2006).

“A AUP foi oficialmente reconhecida pela 15ª sessão do Comité de Agricultura em Roma, em 1999, e posteriormente pela Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois, em 2002, e pela Força Tarefa de Alto Nível da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Crise Global de Alimentos, em 2008, como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar urbana e construir cidades mais resilientes durante a crise” (ARRUDA, 2011: 8).

De acordo com SALMITO (2004) citado por ARRUDA (2006), vários programas e iniciativas demonstram a importância que AUP alcançou na esfera internacional, entre elas encontra-se o Programa Espacial de Segurança Alimentar, que integra a AUP como uma opção para diminuir a má nutrição e as carências da população urbana; a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996, onde dirigentes políticos de diferentes Estados se comprometeram a eliminar a fome, enunciando a AUP, como uma opção a ser incrementada; a 15ª sessão do Comité de Agricultura da FAO (1999), onde os países membros sugeriram a FAO desenvolver um programa multissetorial para auxiliar a AUP; a Declaração de Quioto (2000), assinada por vinte e sete cidades latino-americanas, com o intuito de dar visibilidade a AUP e a necessidade de incrementar políticas nessa área.

O ano de 2005 é marcado pela criação do Programa Global Cidades Cultivando para Futuro (CCF), promovido pelo Centro de Recursos em Agricultura Urbana e Silvicultura (Fundação RUAF), co-financiado por organizações governamentais dos Países Baixos (DGIS) e do Canadá (IDRC). O CCF corresponde a um programa que procura reforçar as experiências ligadas a AU, de cariz público/comunitário e privado. O principal objetivo é debater as potencialidades e os riscos associados ao desenvolvimento da AU, com o intuito de colocar a

AU ao nível das políticas públicas urbanas (COUTINHO, 2007). Tais iniciativas evidenciam bem, a cada vez maior visibilidade e importância desta atividade no cenário mundial.

Os objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), definidos pelos Estados Membros da ONU, concederam uma agenda com o intuito de diminuir a pobreza e melhorar os meios de subsistência. A AU é indicada como uma estratégia complementar para alcançar as metas traçadas pelos ODM, uma vez que o desenvolvimento da agricultura nos espaços urbanos pode proporcionar a eliminação da pobreza extrema e da fome, incentivar a igualdade entre géneros, combater o HIV-Sida e outras doenças e ainda assegurar a sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento da AU contou nos últimos anos com estímulos de vários governos, cidadãos urbanos, agências internacionais, como a UNHABITAT, Programa de Gestão Urbana, FAO, International Development Research Centre (IDRC-Canadá) e RUAF. Todos aliados na procura pelo aumento da quantidade de alimentos disponíveis, redução da pobreza, utilização sustentável dos recursos, conservação do meio ambiente, promoção da integração social e participação pública (VAN VEENHUIZEN, 2006).

O crescente destaque que a AU vem adquirindo no cenário mundial é bem visível através de iniciativas como o “Feed the Olympics”. O presente projeto relacionado com hortas urbanas foi desenvolvido em Londres, e pretendia que durante os jogos olímpicos, a aldeia olímpica fosse abastecida com alimentos cultivados nas hortas urbanas da cidade. Esta iniciativa beneficiou não só a economia local como também permitiu abrir portas para sustentabilidade da cidade e para inverter o ciclo de apenas consumidores para também produtores de alimentos e ainda contribuiu para uma ampla divulgação da agricultura urbana (AU) durante os jogos olímpicos, uma vez que todos os holofotes mundiais estavam nesse evento.¹

Atualmente, a cidade de Londres, é um bom exemplo, no que diz respeito a iniciativas ligadas a agricultura urbana que abrangem quase todos os bairros da cidade. O crescimento destas iniciativas foi impulsionado pela Agenda 21 Local (DEELSTRA e GIRARDET, 2000).

O ano de 2013 iniciou-se com uma grande iniciativa no âmbito da AU, nos dias 29 e 30 de janeiro, realizou-se na cidade sueca de Linköping, a 2ª Cúpula de Agricultura Urbana. A cimeira contou com a presença de importantes especialistas de diferentes áreas científicas, que procuram novas soluções para que o cultivo de alimentos nos espaços urbanos seja possível, e assim por fim as longas distâncias percorridas pelos alimentos desde o seu local de cultivo até a mesa do consumidor e conseqüentemente diminuir a emissão de gases poluentes. Nesta cimeira é ressaltada a necessidade de cooperação entre os diferentes sectores da sociedade, sendo a segurança alimentar uma das grandes inquietações, tendo em

¹(<http://www.dac.dk/en/dac-cities/sustainable-cities-2/all-cases/green-city/london-2012vegetable-gardens-by-2012/?bbredirect=true>).

conta que grande parte da população mundial é urbana. A 1ª Cimeira da Agricultura Urbana decorreu em novembro de 2011 em Washington. As próximas cimeiras aconteceram entre 2013-2015 e serão realizadas na mesma cidade sueca, onde decorreu a segunda cimeira (<http://www.urbanagriculturesummit.com/Start.html>).

2.2. Caracterização da agricultura urbana

2.2.1. Conceito

Há um insuficiente consenso em torno do conceito de AU e isso justifica a inexistência de uma definição aceite universalmente. A AU é um campo de estudo recente, que está em crescimento. A procura de uma definição clara e holística para a AU tem-se revelado uma tarefa complexa, por causa das muitas especificidades da atividade. A maioria dos autores que se debruçam sobre as questões ligadas a AU, adotam uma definição que integre os seguintes aspetos (MOUGEOT, 2000):

- “Tipos de atividade económica”, a AU compreende a produção, a comercialização e o processamento dos produtos agrícolas;
- “Localização intra-urbana e periurbana”, este continua a ser o ponto que reúne menos consenso e que gera mais discussões pela sua complexidade. Poucos estudos têm realizado uma clara distinção entre locais intra-urbanos e periurbanos, e os que abordam esta questão usam critérios muito diversos. Os que tratam estas diferenças definem a agricultura intra-urbana, através de um conjunto de critérios como: “o número de habitantes; a densidade mínima; os limites oficiais da cidade; o uso agrícola da terra zonificada para outra atividade; a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas”. A proximidade com as áreas rurais torna ainda mais difícil definir a agricultura periurbana (AP), que está sujeita a sofrer transformações agrícolas mais intensas ao longo do tempo, comparativamente com as áreas mais centrais e consolidadas da cidade. Com o intuito de ultrapassar estas barreiras, vários autores têm delineado o limite externo da área periurbana, apontando as áreas urbanas, suburbanas e periurbanas, de acordo com “a percentagem de edificações e a infra-estrutura viária e os espaços urbanos por Km²”. Outras definições têm em conta “a distância máxima entre o centro urbano e as áreas que podem abastecer, com bens perecíveis”, ou ainda a área até onde as pessoas que habitam no interior dos limites administrativos municipais se podem deslocar para desenvolver a atividade agrícola;
- “Tipos de áreas onde ela é praticada”, a AU pode ser desenvolvida no interior ou exterior do lote onde se situa a residência do agricultor; em locais com distintos padrões de desenvolvimento (construído ou baldio); em áreas cujo o uso do solo tenha sido obtido por “cessão, usufruto, arrendamento, autorizado mediante acordo pessoal

ou não autorizado, direito consuetudinário ou transacção comercial”; e a classificação oficial do uso do solo onde é desenvolvida a AU (residencial, industrial, institucional, entre outras);

- “Escala e sistemas de produção”, é frequente verificar a existência de alterações e intercâmbios entre os sistemas de produção e mesmo dentro da própria unidade produtiva. A atividade agrícola no espaço urbano interage com outras funções presentes na cidade, uma vez que faz uso e ao mesmo tempo fornece recursos, produtos e serviços para as áreas urbanas e para as suas populações;
- “Categorias e subcategorias de produtos alimentícios e não alimentícios”, a AU compreende a produção de alimentos para consumo humano e animal, o desenvolvimento desta atividade agrícola no espaço urbano pode dar origem a produtos vegetais e animais, considerados alimentos comestíveis, mas também podem ser cultivos produtos não alimentícios como as plantas ornamentais;
- “Destino dos produtos”, a produção agrícola urbana é direccionada principalmente para o autoconsumo e para a comercialização local, já a produção orientada para a exportação é apontado por algumas pesquisas como uma grande oportunidade para produtores e consumidores.

A procura por uma definição objetiva e ampla para a AU tem-se revelado uma tarefa complicada, porém a distinção entre AU e agricultura rural (AR) não tem sido mais fácil, tendo em conta que todas as características referidas anteriormente, com exceção da localização podem ser igualmente usados para caracterizar a AR. A principal especificidade da AU que permite diferenciá-la da AR é a sua integração no sistema económico e ecológico urbano (MOUGEOT, 2000).

Figura 4. Dimensões do conceito de agricultura urbana



Fonte: Adaptada de MOUGEOT (2000:7)

O conceito mais utilizado e difundido sobre AU é definido por Luc J.A. Mougeot, que caracteriza a AU, como sendo uma “indústria localizada dentro (intra-urbana) ou na franja (periurbana) de uma cidade ou de uma metrópole, que cresce ou aumenta, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios, reutilizando ou usando recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e em torno dessa área urbana, e em transformar o fornecimento de recursos humanos e materiais, produtos e serviços em grande parte para a área urbana” (MOUGEOT, 2000: 11). Na Revista de Agricultura Urbana nº1, a AU é apresentada como um “conceito dinâmico que compreende uma variedade de sistemas agrícolas, que vão desde a produção para a subsistência e o processamento caseiro até a agricultura totalmente comercializada. A agricultura urbana normalmente tem uma função de nicho em termos de tempo (transitório), de espaço (de interstício), e de condições sociais (por exemplo, mulheres e grupos de baixa renda) e económicas específicas (por exemplo, crise financeira ou escassez de alimentos)”. A atividade agrícola urbana é desenvolvida no interior (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos espaços urbanos de grande, média ou pequena dimensão, e cultiva e/ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, reutilizando ou usando amplamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços disponíveis no interior e em redor da área mencionada (MOUGEOT, 2000).

A agricultura desenvolvida no espaço urbano compreende a produção de diversos tipos de culturas (legumes, grãos, tubérculos, frutos, entre outros) e /ou a criação de animais (aves de

capoeira, coelhos, porcos, cabras, ovelhas, peixes, entre outros). O cultivo de produtos não alimentares como plantas ornamentais, ervas aromáticas e medicinais, também fazem parte dos produtos cultivadas na AU (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007). A AU normalmente é responsável pela produção de alimentos perecíveis de grande importância (vegetais, cogumelos, ovos, leite, carne, peixe, entre outros), que podem ser produzidos em áreas confinadas (ZEZZA e TASCOTTI, 2010; ZEEUW *et al.*, 2011; CABANNES, 2012). A atividade agrícola urbana é praticada por residentes urbanos, que ocupam áreas vazias existentes na cidade, tais como, fundos de quintais, jardins das suas habitações, espaços baldios, terrenos privados e públicos (FILHO, 2010).

O local onde a atividade é desenvolvida é frequentemente utilizado como um critério relevante, na medida que indica as limitações e oportunidades concretas, ou seja, as condições de acesso à terra, o tempo e o custo da deslocação entre a área de residência e o local de cultivo agrícola e a proximidade do mercado e de riscos, como: roubo, contaminação dos produtos pelo tráfego e indústrias (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007). A localização é sem grande margem para dúvidas, o aspeto mais abordado sobre a AU e é aquele que gera mais conflito conceitual. “Poucos estudos realizam uma boa diferenciação entre locais intra-urbanos e periurbanos, ou, se o fazem usam critérios muito variados que são de difícil extrapolação para outros contextos” (ARRUDA, 2011: 25).

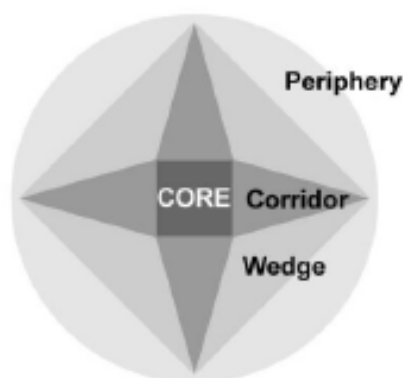
Para MOUGEOT (2000) e VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007), o principal ponto distintivo da AU não se prende tanto com a localização ou com outros aspetos, mas sobretudo com o facto de ser parte integrante do sector económico, social e do sistema ecológico urbano. A AU é realizada através de recursos urbanos (solo, mão-de-obra, água, resíduos orgânicos) e a sua produção é direccionada para a população urbana. A atividade é afetada pelas condições urbanas (políticas, a concorrência pelo uso do solo, o funcionamento dos mercados urbanos e os preços praticados) e é responsável por determinados impactos no sistema urbano (aumento da segurança alimentar, diminuição da pobreza, melhoria da qualidade do ambiente e impactos sobre a saúde que podem ser positivos ou negativos).

Independente da interpretação conferida ao conceito, a AU nos mais diversos países é abordada como um termo muito abrangente que pode ser compreendido à luz de diferentes contextos.

2.2.2. Caracterização da atividade agrícola urbana

De acordo com o artigo designado, “*Urban Agriculture: literature review*”, publicado pelo Departamento de Planeamento Regional e Urbano da Universidade Wisconsin, dos Estados Unidos da América, citado por SARAIVA (2011: 33), a cidade apresenta quatro áreas onde a atividade agrícola pode ser desenvolvida, indicando de que forma a quantidade do solo varia à medida que há um afastamento do núcleo. A Figura 5, elaborada por SMIT *et al.* (1996), e adoptada pelo referido estudo, demonstra, que a atividade agrícola urbana pode ser praticada segundo um modelo repartido em quatro zonas: núcleos (*core*), corredores (*corridor*), cunha (*wedge*) e periferia (*periphery*).

Figura 5. Modelo da cidade segundo as quatro áreas onde pode ocorrer a prática agrícola



Fonte: Departamento de Planeamento Regional, Universidade de Wisconsin in SARAIVA (2011: 34)

Os núcleos das cidades, caracterizam-se por serem, na maioria dos casos, os locais mais urbanizados e por isso os espaços disponíveis para a prática da agricultura são muito limitados, sendo apenas possível o desenvolvimento de uma agricultura de dimensões mais reduzidas, que pode ser posta em prática em terrenos desocupados, parques públicos, entre outros locais. À medida que ocorre um afastamento do centro para a periferia, encontra-se os corredores, onde as áreas agrícolas emergem em paralelo às vias de trânsito e caminhos-de-ferro, estes espaços compreendem áreas desocupadas ou “terrenos sobranceiros de obras”, onde é comum desconhecer-se quem é o proprietário do solo. O terceiro anel, designado por cunha é distinguido pela existência de um número significativo de espaços livres para o exercício da agricultura, especialmente, áreas húmidas e de vertente. A quarta e última área, localiza-se na periferia, onde ainda se encontra marcada a dicotomia urbano-rural, nesta área situam-se as “explorações de pequena e média dimensão orientadas para o mercado metropolitano” (SARAIVA, 2011: 34).

De acordo com VAGNERON *et al.* (2002) citado por VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007),

existem três importantes sistemas de produção: sistemas talhados para a produção de uma única cultura (exemplo: legumes) ou animal (exemplo: aves); sistemas mistos que desenvolvem duas atividades em simultâneo e sistemas de produção híbrida, que conciliam mais de duas atividades principais de produção de culturas e/ou animais (exemplo: legumes, frutos e aves).

A AU pode ser desenvolvida numa perspetiva comercial ou com o intuito de suprimir algumas das necessidades do agregado familiar. A Agricultura Urbana Comercial (AUC) caracteriza-se pela produção em escala, que é realizada por empregados e por corporativas agrícolas, e tem como finalidade o escoamento dos produtos cultivados no mercado local e/ou regional. A atividade é desenvolvida em espaços próprios ou arrendados, pode ser desenvolvida em áreas próximas ou não dos centros urbanos, porém o importante é que responda às necessidades agro-industriais. Por outro lado, Agricultura Urbana Familiar (AUF) é desenvolvida por indivíduos e famílias que tendo a sua profissão, dedicam algum do seu tempo livre ao cultivo de alimentos, mas também é desenvolvida por desempregados ou por pessoas em situação de subemprego, não existindo apenas um segmento de população envolvida na atividade. Os produtos cultivados têm como finalidade o autoconsumo. Com esta classificação a atividade agrícola desenvolvida no espaço urbano, distingue-se entre a “lógica do retorno económico (AUC) e da segurança alimentar (AUF)” (ARRUDA, 2011: 39).

A atividade agrícola no espaço urbano dedica-se ao cultivo de uma grande diversidade de culturas, contudo a mais abrangente no solo urbano continua a ser a horticultura. Segundo Hubert Bon (2001), a horticultura corresponde ao cultivo de uma variedade de vegetais, ervas aromáticas, plantas medicinais e ornamentais, árvores de fruto e cogumelos, cultivados sobretudo em sistemas intensivos de produção no centro dos espaços urbanos e nas suas áreas limítrofes, sem recurso a mecanização ou apenas em situações muito esporádicas. No Dicionário de Geografia, a horticultura encontra-se definida como “a produção de hortaliças, frutos e flores. Trata-se de uma cultura intensiva. Dado que o produto é perecível, situa-se preferencialmente próximo dos consumidores, embora os modernos meios de conservação e transporte permitam cada vez mais a sua colocação a grandes distâncias” (BATOUXAS e VIEGAS, 1998: 104).

Os produtos mais cultivados nas áreas urbanas à escala mundial são os produtos “hortícolas e hortícolas condimentares, as plantas ornamentais e medicinais” e ainda as árvores de fruto. A criação de animais é uma prática menos relevante e caracteriza-se pela criação sobretudo de animais de pequeno porte, frequentemente “alimentados com resíduos da produção vegetal e/ou com restos da alimentação dos criadores” (MADALENO, 2002: 23).

Com o intuito de melhorar a qualidade das suas produções agrícolas, muitos agricultores urbanos desenvolvem uma agricultura biológica. A agricultura biológica caracteriza-se por

apenas fazer uso de fertilizantes e pesticidas naturais, com o intuito de preservar a fertilidade do solo e acrescentar valor nutritivo aos alimentos (MANTAS, 1992; BATOUXAS e VIEGAS, 1998). Entre as várias técnicas, utilizadas na prática agrícola biológica, encontra-se os “cultivos intercalados, a compostagem, o controlo biológico de pragas e doenças”, no entanto, o que “distingue a agricultura biológica é a sua regulamentação em leis e programas de certificação”. Entre as várias vantagens da agricultura biológica a que mais se evidencia é a utilização racional dos recursos naturais ao contrário da agricultura tradicional. O cultivo biológico torna-se ainda mais importante nas áreas urbanas, uma vez que os espaços, onde a atividade agrícola é desenvolvida, são pequenos e rodeados de edifícios. O reduzido espaço onde a atividade é exercida, leva a que exista plantas em distintos estados de desenvolvimento, ou seja, umas em processo de germinação e outras prontas a serem colhidas, por isso o recurso a qualquer tipo de produto químico tóxico para o ser humano, pode por em causa a saúde do agricultor e de todos aqueles que consomem os seus produtos. As práticas usadas na agricultura biológica podem ser empregues em diferentes locais, como é caso das hortas, quintas, áreas devolutas urbanas, terraços, varandas de edifícios urbanos, entre muitos outros, com vantagens muito significativas. A agricultura urbana biológica corresponde a um modo de agricultura urbana sustentável, necessária para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas (PINTO, 2007: 67).

A agricultura sustentável encontra-se alicerçada no respeito pelo ambiente (PINTO, 2007). De acordo com informações transmitidas pela FAO, numa conferência realizada em parceria com o governo holandês no ano de 1991, a agricultura sustentável permite a conservação dos recursos edáficos e hídricos; a preservação dos recursos genéticos animais e vegetais; não prejudica o ambiente e é tecnicamente adequada, economicamente viável e socialmente admissível (ROMEIRO, 1996).

A AU é uma atividade presente nos espaços urbanos de todos os países do mundo, independentemente do seu grau de desenvolvimento (BOURQUE, 2000). Porém o que diferencia esta prática são as motivações, em alguns países as motivações prendem-se com graves carências alimentares e pobreza, noutros a atividade garante a segurança alimentar ou mesmo proporciona atividades de recreio e lazer à sua população, ao mesmo tempo que preserva e respeita o meio ambiente.

A atividade agrícola urbana funciona como “ ‘amortecedor’ de crises urbanas (fome, desculturação, vulnerabilidade social e violência). Para ZEEUW (2004), MOUGEOT (2007), MAGIDIMISHA (2009), LOVELL (2010), e AU corresponde a uma das várias estratégias de sobrevivência adotadas pelas populações urbanas mais carênciadas. Em alguns países existe um estigma social associado à prática agrícola urbana, que leva os cidadãos urbanos a desenvolverem a atividade em último recurso (SMIT *et al.*, 1996).

A segurança alimentar esta presente na vida de todas as pessoas que têm a possibilidade de ter acesso a alimentos quer em quantidade como em qualidade e variedade, em todos os momentos, de acordo com o que é permitido dentro da cultura onde a população está inserida. Apenas quando estes aspetos estão em vigor, se pode afirmar que está garantida a segurança alimentar de uma população (KOC *et al.*, 1999).

A AU pode ser praticada pelas famílias com baixa renda, com o intuito de garantir a subsistência, diminuir os gastos com a alimentação e ainda aumentar a renda através da venda de excedentes (MOUGEOT, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO 2007; DRECHSEL e DONGUS, 2008; MATOS, 2010). “É predominante a presença de grupos em situação de risco social” a executar tarefas agrícolas, porém não é uma atividade exclusiva deste grupo, a AU é praticada por outros grupos sociais com propósitos diferentes (COUTINHO, 2007: 26).

A AU também pode ser vista enquanto manifestação social, uma vez que permite a intensificação das relações entre vizinhos; a realização de uma atividade recreativa com poucos custos ou mesmo nenhuns; a formação de novas amizades, sobretudo por parte da população idosa, que encontra na prática da AU uma das poucas oportunidades, para conviver com pessoas para além do seu agregado familiar.

A manifestação da AU difere de cidade para cidade, embora nos países mais desenvolvidos o número de cidadãos associados a práticas agrícolas é muito relevante (ZEEUW *et al.*, 2011). Uma fração significativa dos agricultores urbanos são mulheres, tal facto pode ser explicado por serem as mulheres na maioria das famílias, as responsáveis pela alimentação (MOUGEOT, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007; MAGIDIMISHA, 2009; COHEN e GARRETT, 2010; CABANNES, 2012). De acordo com alguns estudos parece ser mais evidente a presença de mulheres ligadas a atividade agrícola no espaço urbano do que homens, porém estudos mais recentes demonstram que as relações do género oscilam muito de um espaço urbano para outro, estando frequentemente ligadas a questões de ordem económica, social, cultural e religiosa (MOUGEOT, 2000). Na visão de NOVO E MURPHY (2000), as mulheres têm um importante papel no desempenho das tarefas agrícolas urbanas, contudo grande parte do trabalho é realizado pelos homens, devido a sua força física, já para REDWOOD (2009), as mulheres e as crianças são os atores mais importantes na AU, quer em termos de produção como de comercialização, compostagem e ainda desempenham tarefas ligadas à reciclagem.

“Nas últimas décadas, o crescimento demográfico e económico têm desafiado os limites da sustentabilidade económica, social e ecológica”, tais factos têm trazido para o cenário mundial uma crescente preocupação com as questões ligadas à segurança alimentar. Apesar da evolução tecnológica que esta na origem do desenvolvimento das condições de produção e

distribuição de bens alimentares, a fome contínua a por em causa a saúde e o bem-estar de milhões de adultos e crianças em todo o mundo (KOC *et al.*, 1999: 5).

A insegurança alimentar, tem promovido o desenvolvimento da atividade agrícola nas áreas urbanas, com o intuito de suprimir algumas das carências alimentares, do agregado familiar dos cidadãos que desenvolvem a atividade. A AU é entendida por um número crescente de países, como uma das possíveis soluções para este problema (PESSÔA, 2005). Em 2050, segundo projeções, dois terços da humanidade terão o seu lar em áreas urbanas, ampliando a importância e contributos da AU (REDWOOD, 2009).

O desenvolvimento da atividade agrícola implica um investimento muito pequeno que está ao alcance de quase todas as pessoas, até mesmo das que enfrentam inúmeras carências devido ao reduzido rendimento (MOUGEOT, 2000). Em períodos de crise, muitos são os indivíduos que iniciam a atividade agrícola, pois esta possui poucos entraves ao seu desenvolvimento e oferece um retorno rápido, ou seja, alimentos para fazer face às necessidades alimentares ou para venda, suprimindo dessa forma algumas das carências do agregado familiar.

Concluindo, o desenvolvimento da AU, atividade económica do sector primário, ocorre devido à falta de oportunidades adequadas que permitam a obtenção de uma renda suficiente para fazer face a todas as necessidades básicas e ainda devido à escassez de produtos agrícolas em quantidade e qualidade (FILHO, 2010). Na tentativa de aumentar a renda do agregado familiar, muitas são as pessoas que se vêem forçadas a praticar a pluriactividade, combinam o seu emprego com a prática da agricultura. A AU não executa propriamente “um papel de geradora de renda extra, mas dentro das suas características tradicionais de cultivo, complementa significativamente a alimentação de famílias menos favorecidas economicamente, em situação de risco, tanto alimentar, como social, muitas vezes” (PESSÔA, 2005: 56).

A agricultura urbana é encarada pelas pessoas que nasceram no espaço urbano como uma oportunidade para aprender e experienciar o processo de cultivo, que lhes permite um contacto mais direto e intenso com a natureza. Para a população de origem rural é uma forma de aplicar os seus conhecimentos e experiências e até mesmo um meio de colmatar a nostalgia do campo.

Em grande parte das cidades a opção pelo cultivo de determinadas culturas está relacionado com as características da dieta alimentar desse local, ou seja, com os padrões de consumo de produtos alimentícios. Porém as condições edáficas e climáticas podem determinar ou condicionar essas escolhas.

Existe um leque alargado de produtos agrícolas tidos como de grande qualidade, que se encontram associados a certos lugares, devido a determinadas características do meio, tais como: clima, condições edáficas, diversidade de espécies autóctones, modo de cultivo, entre outros aspetos que permitem a produção de produtos únicos. A preservação da atividade agrícola, apesar da crescente urbanização, será o modo de assegurar a manutenção deste tipo de produtos agrícolas no mercado (RODRIGUES, 2006).

2.2.3. Modalidade da agricultura urbana: hortas urbanas

A ausência de políticas e iniciativas não é uma realidade comum a todos os países, nem mesmo a todos os municípios nacionais, hoje existem algumas câmaras municipais a apostar ou a apoiarem as ações da sua população no âmbito da AU. As hortas urbanas, ao contrário de outras experiências de AU, evidenciam-se por serem normalmente uma forma de agricultura planeada, porém não significa que sejam apenas planeadas pelo poder público, podem surgir através de iniciativas comunitárias, por ação da comunidade escolar ou através de projetos promovidos por fundações públicas ou privadas.

A agricultura urbana pode ser visível através das hortas urbanas, das quintas urbanas (também designadas por quintas pedagógicas ou comunitárias) e através dos quintais privados.

O cultivo realizado nas HU corresponde a uma das vias possíveis para por em prática AU, sendo classificadas de acordo com a sua função. No espaço urbano é possível encontrar hortas sociais, comunitárias, familiares, escolares, pedagógicas e de recreio (PINTO, 2007).

As HU compreendem um grupo de tipologias que se distinguem pelas suas próprias especificidades e pelos objetivos que pretendem alcançar. Deste modo, elas agrupam-se em três categorias: sociais/comunitárias, recreio e pedagógicas. As primeiras são desenvolvidas sobretudo pelas famílias que cultivam com o intuito de fazer face as suas próprias necessidades alimentares e/ou para complementar a renda familiar através da venda dos produtos cultivados. As hortas de recreio atraem uma população mais jovem, motivada pelo recreio, lazer, educação ambiental, entre outras razões. Já as hortas pedagógicas são espaços que fomentam a educação ambiental dos diversos segmentos da sociedade, sendo o seu principal objetivo proporcionar um contacto direto com a terra e promover técnicas mais sustentáveis (SARAIVA, 2011).

As hortas podem ser desenvolvidas de diversas formas e com objetivos distintos. As motivações que desencadeiam o seu desenvolvimento também são muito diversas. Segundo

LOPES (2004) citado por ARRUDA (2006), as hortas podem ser classificadas quanto ao tipo de exploração em:

- Especializada: situada em locais bem afastados dos centros urbanos, onde é cultivado no máximo três espécies em áreas de grande dimensão, o abastecimento de supermercados e hipermercados é o frequente destino deste tipo de produtos. Este tipo de cultivo normalmente é desenvolvido em áreas rurais;
- Agro-industrial: localizado longe dos centros urbanos ou próximo, desde que sejam asseguradas as necessidades da agro-indústria. Os produtos cultivados destinam-se a abastecer as agro-indústrias com matéria-prima, a industrialização pode ser levada a cabo pelo próprio agricultor, controlando deste modo todas as fases do processo de transformação do alimento. O produto final pode ser escoado no mercado interno e externo. Frequentemente este tipo está relacionado com o cultivo em áreas rurais;
- Diversificada: localizada na periferia dos espaços urbanos, evidencia-se pelo cultivo de num vasto número de espécies em pequenas áreas. Os produtos destinam-se ao autoconsumo e/ou venda que ocorre no próprio local. Normalmente este tipo de cultivo está associado as áreas periurbanas;
- Social: idêntica a diversificada, a atividade agrícola é desenvolvida pela comunidade. As hortas caracterizam-se pela preferência pelo cultivo orgânico, os produtos cultivados procuram colmatar carências alimentares ou enriquecer a dieta do agregado familiar do agricultor. O desenvolvimento desta atividade permite a geração de renda num curto período de tempo. Este tipo de cultivo está associado sobretudo a áreas urbanas;
- Educacional: pretende a formação e educação, excelente para o ensino das ciências pois permite captar mais facilmente a atenção dos alunos, pode ainda funcionar como um complemento à alimentação escolar;
- Terapêutica: funciona muito bem como terapia ocupacional para idosos, deficientes físicos e/ou mentais e para pessoas em processo de tratamento químico ou com tendência a episódios de depressão. Este tipo de cultivo está fortemente ligado aos espaços urbanos.

As HU podem não ter como principal papel a produção de alimentos, sendo o objetivo primordial a inclusão de determinados grupos na sociedade e ainda a criação de uma atividade recreativa, ao alcance de qualquer indivíduo, independentemente da sua classe social e idade.

O reaparecimento das hortas sociais nas áreas urbanas deve-se ao aumento da importância das atividades de lazer ao ar livre, sobretudo para os cidadãos urbanos que não disponham de espaço livre para tal. A atividade agrícola encontra-se mais acessível para a população das áreas periféricas da cidade devido ao maior número de espaços livres (FADIGAS, 1993).

As quintas urbanas e as hortas comunitárias evidenciam-se pela sua flexibilidade e capacidade de adaptação às necessidades de mudança das comunidades locais. Tanto as quintas como as hortas urbanas, procuram estimular a participação social e a construção de comunidades que se pretendem ser mais sustentáveis. Os projetos beneficiam de forma direta o desenvolvimento da comunidade, originando a participação social e fomentando a regeneração de áreas urbanas através de (MATOS, 2010: 206):

- Utilização de um maior número de espaços urbanos devolutos e construídos com vegetação;
- Desenvolvimento de novos locais de aprendizagem, formais e informais;
- Reforço de informação pedagógica sobre o cultivo de alimentos e criação animais;
- Aprendizagem de um conjunto de conhecimentos diversificados, nomeadamente jardinagem, horticultura e pecuária;
- Proporciona atividades educacionais para os alunos dos diferentes graus de ensino;
- Proporciona momentos de lazer;
- Integração de cidadãos com “dificuldades de aprendizagem e/ou com necessidades especiais”;
- “Desenvolvimento da prática de empresas comunitárias, tais como cafés, centros de equitação, centros de jardinagem e/ou outros negócios comunitários”.

Na óptica de GARRETT (2008), o crescimento das hortas comunitárias podem trazer aos espaços urbanos não só benefícios económicos, como também contributos físicos e psicológicos para toda a população urbana. Para HOWE (2002), as hortas comunitárias funcionam como espaços de interação para as comunidades locais, oferecendo uma variedade de atividades possíveis de serem realizadas por todos membros da comunidade. MATOS (2010), acredita que as hortas urbanas representam uma contribuição muito positiva para as áreas urbanas.

As hortas escolares pretendem na opinião de SMIT e NARS (1992), melhorar a alimentação e conseqüentemente a saúde de crianças e ainda desperta-las para as práticas agrícolas com o intuito de perceberem a importância dos alimentos que consomem.

As hortas comunitárias ou as quintas urbanas, nos países do norte da Europa, caracterizam-se por serem projetos locais promovidos por determinados grupo de cidadãos locais para seu próprio benefício. Em alguns casos, as autoridades locais colaboram com estas iniciativas, participando na sua gestão. Estas hortas emergem principalmente nas áreas fortemente edificadas, como resposta da sociedade à ausência de projetos e/ou para a gestão apropriada das áreas devolutas (MATOS, 2010).

2.3. Distinção entre agricultura urbana, agricultura periurbana e agricultura rural

A distinção entre agricultura intra-urbana e periurbana evidencia-se necessária pelas diferentes condições que as diferentes áreas urbanas mais centrais ou as áreas limítrofes apresentam para o desenvolvimento da atividade agrícola. A agricultura intra-urbana, devido as características do espaço onde é desenvolvida exibe um conjunto de aspetos que condicionam a sua prática, já a AP encontra-se numa situação mais favorável ao seu desenvolvimento.

Os espaços periurbanos caracterizam-se por serem locais “essencialmente habitados por pessoas que dependem da cidade-centro, devido ao seu emprego, aos tempos livres e ao seu modo de vida” (BAUD *et al.*, 1999: 41-42). O intenso processo de urbanização é responsável pela expansão da cidade para as áreas rurais, agora periurbanas, que passam a estar sob a influência dos centros urbanos. No entanto, apesar da forte urbanização, a agricultura permanece.

De acordo com VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007), a AU pode ser subdividida em intra-urbana e peri-urbana. A agricultura intra-urbana corresponde à agricultura desenvolvida no interior da cidade, já a periurbana acontece na periferia urbana. Na AP verifica-se a existência de diversos tipos de agricultura, que podem ser identificados segundo a dimensão, intensidade, tecnologia, combinação de culturas, sentido de orientação para o mercado, entre outros aspetos. A partir de várias experiências desenvolvidas em diferentes partes do mundo, nomeadamente Cuba, Argentina, Líbano e Vietname, constatou-se que a agricultura, praticada nas áreas periurbanas encontra-se muito mais direcionada para o mercado do que a agricultura intra-urbana.

O solo urbano e periurbano encontram-se sob constante transformação. Em vários países, os solos de maior qualidade e produtividade estão a ser suprimidos pela forte edificação e criação de vias de comunicação (DRESCHER, 2003). As atividades do sector secundário, nomeadamente as indústrias, começaram a conquistar áreas anteriormente ocupadas pela atividade agrícola, desencadeando uma junção de problemas (MACHADO e MACHADO, 2002).

Na perspetiva de VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007), algumas formas de AP verificam-se apenas durante um determinado período através do uso de terras devolutas. A heterogeneidade de perfis socio-económicos caracteriza os indivíduos envolvidos com a atividade agrícola nas áreas periurbanas. A instabilidade dos grupos sociais que compõem as áreas periurbanas e os distintos usos do seu solo, dificultam a sua caracterização (BARSKY, 2005).

Quadro 1. Diferenças entre a agricultura urbana e periurbana (AUP)

Espaço Urbano e Agricultura Urbana	Espaço Periurbano e Agricultura Periurbana
Forte densidade populacional	Menor densidade populacional
Localizada em áreas mais urbanizadas	A urbanização pode por em causa a manutenção da atividade
Predomínio das atividades do sector secundário e terciário	Maior abertura à prática da agricultura, maior dependência dos recursos naturais
Atividade desenvolvida a tempo parcial	Atividade desenvolvida a tempo inteiro
Mão-de-obra e uso do solo mais dispendiosos	Mão-de-obra e uso do solo mais acessíveis
Escasso recurso a tecnologias de produção	Agricultura mecanizada; explorações com recurso a tecnologia de ponta e produção intensiva
Produção direcionada principalmente para o autoconsumo	Produção direcionada para a comercialização
O lazer e o recreio são os principais motivos para o desenvolvimento da agricultura	A venda dos produtos agrícolas é a principal motivação para prática da agricultura
Maior acesso a mercados	Menor acesso a mercados
Desincentivos a prática da agricultura	Incentivos ao desenvolvimento da atividade agrícola
Intensa poluição atmosférica	Menor poluição atmosférica

Fonte: Adaptado de DRESCHER (2003: 560)

A distinção entre agricultura urbana e periurbana é relacionada por grande parte dos investigadores que investigam as questões ligadas à AU. A diferenciação é realizada com o intuito de se obter um retrato mais fidedigno possível da realidade dos espaços urbanos, uma vez que as áreas intra-urbanas não oferecem as mesmas condições que as áreas periurbanas. No entanto é importante salientar que a atividade agrícola desenvolvida quer nos espaços intra-urbanos como nos periurbanos faz parte da realidade que é a AU.

A AP diferencia-se da AR por estar incorporada no sistema económico, social e ecológico urbano (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007). Segundo ARRUDA (2006), a diferenciação entre AP e a AR poderia ser realizada através do tipo de política associada ao seu desenvolvimento. Geralmente a AP está relacionada com as políticas sociais e em algumas situações com políticas ambientais, enquanto a AR está fortemente vinculada com políticas económicas e agrícolas.

A AUP funciona como um complemento à produção da AR, permitindo a melhoria da produção nacional (CABANNES, 2012). As evidentes diferenças entre uma e outra, levam à criação de medidas políticas distintas. A AUP frequentemente é definida pela sua proximidade aos mercados, a intensa competição pelo uso do solo, a utilização de recursos urbanos (resíduos orgânicos), o reduzido índice de organização do agricultor (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A dependência dos espaços urbanos em relação aos produtos cultivados nas áreas rurais, evidência as enormes vulnerabilidades das economias urbanas, que a qualquer momento podem estar a braços com a insegurança alimentar, como demonstraram as greves dos camionistas ocorridas nos últimos anos em Portugal, que afetaram o abastecimento das cidades, ou mesmo o episódio da erupção vulcânica na Islândia, que levou ao condicionamento do tráfego aéreo em toda a Europa e conseqüentemente a circulação de pessoas e a distribuição de bens ficou suspensa (MATOS, 2010).

2.4. Obstáculos à manifestação da agricultura urbana

A atividade agrícola desenvolvida nas áreas urbanas tem-se deparado com algumas barreiras, criadas pelas autoridades locais, e pelos planeadores urbanos, que vêem a AU como um vestígio do mundo rural. Um grande número de países em desenvolvimento tem ignorado ou dado muito pouca atenção à AU, sendo a principal tendência restringir ao máximo a prática agrícola. Normalmente a agricultura não é reconhecida como um uso possível do solo urbano nos planos de desenvolvimento (SMIT *et al.*, 1996; REDWOOD, 2009). As limitações ao desenvolvimento da atividade não ficam por aqui, a conceção de créditos apenas está direcionada para os agricultores rurais, os urbanos encontram-se excluídos pelo facto da agricultura não ser considerada uma atividade urbana (VAN VEENHUIZEN, 2006). Entretanto, nos últimos anos, a nova conjuntura económica e a conscientização da necessidade de preservar o meio ambiente, tem potenciado uma maior autonomia dos cidadãos urbanos, que se tem revelado com o surgimento espontâneo da AU.

No entanto, a atividade agrícola desenvolvida nas áreas urbanas continua a manifestar-se de forma desarticulada, uma vez que não é suficientemente regulamentada pelo poder público, impossibilitando-a de desenvolver todas as suas potencialidades (COUTINHO, 2007).

Em Portugal, a atividade agrícola desenvolvida pelos cidadãos urbanos nas cidades é considerada inexistente, uma vez que não há um reconhecimento legal da atividade. A ausência de um enquadramento legislativo, constitui um entrave ao desenvolvimento e a manifestação de todas as suas potencialidades e ainda dificulta o controle de todos os riscos inerentes à prática. O reconhecimento da AU é fundamental para que a atividade deixe de ser encarada como muito pouco importante para o desenvolvimento local. A AU mesmo que não

gere riqueza, só o facto de manter os cidadãos ativos e ocupados, tendo em conta a existência de uma população cada vez mais envelhecida, parece por si só já mais do que suficiente, para que seja considerada legalmente uma atividade possível de ser desenvolvida nas áreas urbanas. Para além da ausência de legislação para regulamentar a atividade agrícola urbana ainda existem determinadas atividades incluídas neste sector que não são possíveis por lei de serem desenvolvidas nas áreas urbanas como é o caso da apicultura.

O não reconhecimento da AU como uma atividade económica do espaço urbano, coloca os agricultores urbanos em desvantagens face aos rurais, que em caso de destruição das colheitas por uma catástrofe natural ou por outros motivos, têm assegurada assistência financeira por parte do poder público (SMIT *et al.*, 1996).

Poucas são as famílias que apresentam grandes dificuldades económicas, que têm um espaço disponível para o desenvolvimento de uma atividade agrícola rentável. Em situação oposta encontram-se as famílias com uma renda média e alta (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007; REDWOOD, 2009). A ausência de solo para a prática agrícola leva muitas famílias carenciadas a fazer uso de terrenos sem autorização do proprietário. A atividade agrícola urbana é encarada como um problema quando é praticada em espaços públicos abertos, mas sobretudo quando faz uso de espaços privados (MOUGEOT, 2000). A ausência de solo livre disponível é um dos maiores obstáculos com que se deparam os cidadãos urbanos que pretendem se dedicarem à atividade agrícola no meio urbano (DEELSTRA e GIRARDET, 2000).

O ambiente urbano não é propício ao desenvolvimento de determinados tipos de cultivo agrícola, como é exemplo, a produção de grãos ou a criação de gado, pois exigem grandes dimensões de solo (LOVELL, 2010).

NUGENT (2000), afirma que a atividade agrícola urbana está condicionada por vários aspetos, como as características topográficas do terreno agrícola, clima, tradições, entre outros aspetos, sendo o acesso à água potável, uma das mais significativas. A prática da AU implica a existência de solo livre e recursos hídricos, estes recursos são indispensáveis para o desenvolvimento da atividade. A maioria dos espaços urbanos caracterizam-se pelo reduzido número de espaços vazios e os que existem, por vezes não apresentam as condições edáficas mais propícias ao sucesso da atividade agrícola. A disputa pelos locais de melhor qualidade é comum no meio urbano, tendo em conta que os espaços são limitados.

A produtividade da AU está dependente do capital natural, isto é da dimensão e qualidade do solo urbano, água e biodiversidade, a que o agricultor pode ter acesso. Os principais ingredientes, para o cultivo agrícola e pecuária são a água e os nutrientes. Os nutrientes indispensáveis para o cultivo agrícola encontram-se presentes no solo, mas se o sistema de

produção for a hidroponia os nutrientes estão presentes na água. A biodiversidade é um recurso natural crucial para o sucesso da atividade agrícola, porém a concentração populacional, a presença de contaminantes e a falta de conexão entre os espaços verdes nas áreas urbanas, origina uma acentuada redução de plantas e animais que se tornam mais vulneráveis pelas condições adversas a que são expostos (VAN VEENHUIZEN, 2006).

As áreas urbanas, parecem não ser os locais mais propícios para o cultivo de alimentos, pois encontram espaço livre para o desenvolvimento da atividade pode ser uma tarefa árdua (SINGHAL, 2009). O solo urbano, encontra-se sob constante transformação. Em vários países, os solos de maior qualidade e produtividade estão a ser suprimidos pela forte edificação e criação de vias de comunicação (DRESCHER, 2003). A atividade agrícola no espaço urbano esta constantemente a sofrer pressões para se deslocar ou desaparecer devido a forte urbanização, um lote agrícola hoje, pode ser a localização de um edifício amanhã.

A desvalorização da AU e a forte concorrência pelo uso do solo urbano, conduz esta atividade para áreas marginais, espaços com acentuado declive, onde se não forem tomadas a devidas precauções podem promover o colapso de ecossistemas frágeis (ARRUDA, 2011). Em grande parte das cidades, o solo urbano mais adequado para a prática da agricultura não se encontra disponível, levando os agricultores a ocuparem solos menos rentáveis. O recurso a solos pouco férteis para o desenvolvimento da agricultura, leva à necessidade de recorrer a uma maior quantidade de fertilizantes químicos ou naturais para se conseguir atingir a mesma produtividade que seria alcançada em solos com características mais adequadas.

A informalidade de muitas experiências de AU, esta associada à dificuldade de acesso a solo para cultivo. Na AUC frequentemente o solo é arrendado por um curto período, já na AUF, o solo utilizado pode ser de uso comunitário ou público, nestas circunstâncias o solo pode mais tarde deixar de estar disponível, sendo ocupado por novas funções. Tendo em conta à informalidade de acesso ao solo, muitas iniciativas de AU são forçadas a deslocarem-se para outros locais. É de salientar ainda o carácter temporário da AU, uma vez que, esta atividade e desenvolvida muitas vezes pelas famílias apenas durante determinados períodos do ano ou de crise (ARRUDA, 2011).

A inexistência de espaços próprios, para a venda dos produtos obtidos com o desenvolvimento da atividade agrícola urbana é apontado como um entrave a manifestação de uma das mais importantes potencialidade da atividade, a criação de renda extra (KAUFMAN e BAILKEY, 2000).

A agricultura urbana, principalmente a de subsistência, é desenvolvida normalmente em áreas “cujos os direitos de propriedade estão em disputa”. Ao planear o uso do solo para o desenvolvimento da cidade é muito comum os terrenos direcionados para a AU sejam

sucessivamente suprimidos dos planos. A inclusão da AU, nos planos de definição do uso do solo das cidades implica determinadas mudanças, como (ZEEUW *et al.*, 2000):

- “Eliminação de restrições legais” – o reconhecimento da AU como uma mais válida de uso do solo urbano. Na revisão dos planos era crucial que fossem incentivados em determinados locais os usos agrícolas, de forma individual e coletiva. Nessa revisão é importante criar medidas de proteção de “áreas biologicamente sensíveis” e ainda restringir o uso de recursos edáficos e hídricos aos agricultores urbanos que façam uso de muitos insumos industriais. Assim, devia-se incentivar a local inclusão da agricultura nos planos, definindo zonas, onde é possível o desenvolvimento desta atividade;
- Incentivo ao uso temporário de terras baldias, de terrenos públicos e privados que se encontrem desocupados;
- “Uso multifuncional do solo e estímulo à participação comunitária no gerenciamento dos espaços urbanos abertos” – o solo utilizado para o cultivo agrícola poderá em simultâneo prestar outros contributos à população urbana como conservação da natureza, educação ambiental e ainda proporcionar atividades de recreio e lazer;
- “Integração da agricultura urbana nos novos projetos habitacionais”- criação de empreendimentos habitacionais públicos ou privados que têm um espaço destinado a hortas familiares ou comunitárias.

A AU apresenta um crescimento em muitas áreas indiferente a ausência de políticas de fomento, porém esse crescimento poderia ser mais significativo, benéfico e consolidado se o poder público estabelece uma linha orientadora. Na opinião de HOWE (2002), apesar das várias manifestações de interesse nas questões ligadas ao cultivo e consumo de alimentos, continua a subsistir uma certa indiferença em relação ao cultivo de alimentos no solo urbano, por parte dos planeadores e investigadores. O desenvolvimento da AU, continua a não reunir consensos entre os praticantes e os espectadores (KAUFMAN e BAILKEY, 2000). ALLEN (2003), acredita que as entidades públicas, responsáveis pelo desenvolvimento dos espaços urbanos, cada vez mais estão conscientes da coexistência de aspetos rurais e urbanos nas áreas urbanas.

A falta de dados económicos concretos constitui um entrave para reflectir a importância desta atividade (REDWOOD, 2009). Atualmente existe uma grande lacuna de informação, quanto ao crescimento e à verdadeira relevância da AU, por isso, de acordo com vários autores, pesquisas adicionais evidenciam-se fundamentais (DRESCHER, 2003; COHEN e GARRETT, 2010).

Os maiores obstáculos ao desenvolvimento da AU são o vandalismo, o roubo, a ausência de informação e de recursos financeiros para investir na prática agrícola, e sobretudo a falta de interesse que as autoridades, a várias escalas, demonstram relativamente ao “papel que os

agricultores urbanos podem desempenhar nas várias áreas da política urbana. As entidades públicas deveriam “formular políticas que facilitem e regulamentem a agricultura urbana com o objetivo de maximizar os seus benefícios enquanto previnem ou reduzem os riscos associados” (MATOS, 2010: 242).

2.5. Soluções encontradas para ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura urbana

A atividade agrícola urbana no passado, assim como no presente, exhibe um conjunto de obstáculos que dificultam o seu desenvolvimento. Com o intuito de ultrapassar as diversas barreiras, têm sido criadas várias estratégias que têm sido apoiadas pelos avanços tecnológicos, mas sobretudo pela grande criatividade por parte de quem se dedica a AU.

O reduzido espaço disponível para a prática da agricultura no meio urbano tem fomentado a criatividade da população na tentativa de rentabilizar ao máximo o espaço livre (VAN VEENHUIZEN, 2006). A AU evidencia-se pela capacidade de aproveitamento de todos os espaços livres, públicos ou privados, para o cultivo de alimentos, ervas aromáticas, plantas medicinais e ornamentais. A existência de um espaço limitado para o cultivo de alimentos e criação de animais no meio urbano, devido às próprias características destes espaços, tem promovido a criatividade dos cidadãos. O cultivo em vasos e recipientes de diversos tipos, nas varandas, nos terraços, nos pátios, nos telhados, nas paredes dos edifícios, espelha a tentativa de superação das limitações urbanas à prática da agricultura e a adaptação à realidade urbana. As áreas livres junto a linhas de água, a estradas, a passeios e caminho-de-ferro são cada vez mais utilizadas para o cultivo.

O cultivo, nos telhados dos edifícios (Figura 6) está ganhar cada vez mais, um maior destaque em vários países do mundo, possibilitando a produção de diversos vegetais, frutas e plantas ornamentais. Esta prática para além da obtenção de alimentos, permite uma melhor desempenho térmico do edifício, diminuindo a perceção das variações térmicas (VAN VEENHUIZEN, 2006; REDWOOD, 2009). A AUP faz jus à afirmação, ‘a necessidade é a mãe da invenção’ (Figura 7) (REDWOOD, 2009: 1).

Figura 6. Telhado verde num edifício na cidade Buenos Aires (Argentina)



Fonte: <http://valenciafotos.wordpress.com/2012/11/11/articulo-agricultura-urbana-y-ciudades-ecologicas/>

Figura 7. Reutilização de recipientes plásticos para cultivo



Fonte: http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota_completa.asp?idCat=47976&idArt=7452480

Nas áreas urbanas, existe um grande número de terrenos livres, públicos ou semipúblicos, tornando-se pertinente o seu uso para fins produtivos, auxiliando o bem-estar da população urbana. Entre os espaços disponíveis para o desenvolvimento da atividade encontram-se a área circundante às pistas dos aeroportos, o solo livre existente nas prisões, hospitais, universidades, parques, entre outros. O reduzido acesso a espaços livres para o desenvolvimento da atividade agrícola tem levado os cidadãos urbanos a procurem as áreas mencionadas (SMIT e NARS, 1992).

A reutilização de resíduos orgânicos para adubação do solo e de embalagens e outros objetos como caixas e pneus, para o cultivo de mudas, demonstram a utilização racional do espaço, conferindo-lhe valor estético, tranquilidade e conforto ambiental (ARRUDA, 2011).

Na AU o elemento água é indispensável para a prática da atividade, porém no meio urbano este é um recurso escasso e em muitas situações dispendioso e por isso é comum a construção de tanques para armazenar águas pluviais. Esta prática frequentemente utilizada nem sempre é a mais correcta, devido a falhas na colecta e armazenamento da água ou mesmo a existência de partículas poluentes na água pluvial, porém representa bem o esforço feito pelos agricultores urbanos para ultrapassarem a falta de água, indispensável para o desenvolvimento da atividade agrícola.

A hidroponia (Figura 8) corresponde a um modo de cultivo muito adequado à realidade urbana, tendo em conta a falta de solo urbano para o cultivo agrícola. Assim a hidroponia é uma tecnologia que se caracteriza pelo cultivo de produtos sem solo. A presente tecnologia para além de não precisar de solo, também necessita de menos espaço, menos horas de dedicação, menos insumos externos e ainda é responsável por um crescimento mais rápido dos produtos. Necessita sobretudo de uma boa gestão e investimento. Nos sistemas de

hidropónia é possível administrar a quantidade de nutrientes absorvidos pelas produções (VAN VEENHUIZEN, 2006). O crescimento das culturas é feito maioritariamente num substrato líquido (água), embora também possa ser realizado um substrato sólido (gravilha, areia, serradura, perlite, vermiculite, entre outros) (PESTANA e CORREIA, sd). O crescimento das culturas em água ou em outros substratos sólidos, permite a diminuição de algumas doenças transmitadas pelos contaminantes. Na hidroponia as raízes das plantas encontram-se suspensas em água e é através dela que absorvem todos os nutrientes essenciais ao seu crescimento. Ao agricultor compete combinar de acordo com as necessidades da cultura, a água, os nutrientes e o oxigénio, indispensáveis para rentabilizar ao máximo a produtividade. A produtividade neste sistema de produção está dependente de alguns aspetos como: temperatura, humidade, CO₂, intensidade da luz, ventilação e das próprias características da planta. A quantidade e qualidade da água utilizada é um elemento extremamente importante nos sistemas hidropónicos (VAN VEENHUIZEN, 2006)

A hidropónia surgiu em 1980 na Colúmbia e foi difundida pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), esta tecnologia possibilita a produção de grandes quantidades de legumes, plantas aromáticas e medicinais (VAN VEENHUIZEN, 2006). Os telhados, as varandas e os pátios dos edifícios são alguns dos possíveis locais, onde esta tecnologia pode exercer o seu potencial. A hidroponia, surge como forma de preencher uma das maiores lacunas do espaço urbano, a ausência de solo ou de solo de má qualidade para a prática da atividade agrícola, por isso esta técnica de cultivo está a ganhar cada vez mais adeptos (ARMAR-KLEMESU,2000).

A organoponia (Figura 9) corresponde a uma técnica de cultivo de alimentos, que utiliza recipientes, onde é colocado solo para o cultivo intensivo. Esta forma de cultivo, representa uma mais-valia sobretudo para as áreas pavimentadas ou mesmo para os locais cujo o solo é pobre em nutrientes e por isso pouco produtivo (ARMAR-KLEMESU,2000). Em Havana, o recurso ao sistema organoponio é uma das marcas de agricultura praticada pela população urbana. Este sistema é utilizado sobretudo para o cultivo intensivo de hortaliças (NOVO E MURPHY, 2000). Os organopónicos, são indicados pelos seus defensores, como uma forma de trazer a cidade mais espaços verdes produtivos (GARRETT, 2008).

Figura 8. Cultivo através do sistema hidropónico



Fonte: <http://peregrinacultural.wordpress.com/2012/06/20/pensando-o-espaco-urbano-verde-uma-fazenda-no-telhado/>

Figura 9. Cultivo através do sistema organopónico em Havana (Cuba)



Fonte: <http://www.cityfarmer.info/2010/02/27/havana-harvest-organic-agriculture-incuba%E2%80%99s-capital/>

O limitado espaço urbano que pode ser utilizado para desenvolver a agricultura, estimulou o surgimento da permacultura, isto é de um sistema que combina o cultivo de vegetais, frutas, grãos e outras culturas com a pecuária, tendo sempre em consideração o respeito pelo meio ambiente. A permacultura corresponde a um sistema considerado ideal para ser desenvolvido nas áreas urbanas, uma vez que se adapta às condições oferecidas pelo espaço urbano. A utilização de fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas é limitada ou inexistente, faz uso das águas pluviais, compostagem, reutilização e reciclagem de diversos recursos (VAN VEENHUIZEN, 2006).

Atualmente com o acesso a diversas tecnologias, o calendário de cultivo deixa de estar dependente da estação do ano, quer o agricultor rural quer o urbano, passam a planejar o seu cultivo, segundo o mercado e os seus próprios interesses e necessidades, existindo colheitas durante o ano inteiro (ARRUDA, 2006). Porém, associado a esta vontade de consumir durante todo o ano as mesmas frutas e legumes, encontra-se o aumento da emissão de gases de efeito de estufa (VILJOEN *et al.*, 2005).

Os agricultores urbanos com dificuldades financeiras frequentemente optam por sistemas agrícolas simples, que não exigem o recurso a alta tecnologia ou a insumos agrícolas dispendiosos (SMIT *et al.*, 1996).

2.6. Benefícios da agricultura urbana nas dimensões económica, social e ambiental

A AU pelas características que apresenta se for devidamente desenvolvida pode-se tornar um importante instrumento de desenvolvimento urbano, na medida que estimula a economia e leva ao aparecimento de benefícios sociais e ambientais.

Os benefícios alcançados com a atividade agrícola desenvolvida no meio urbano, começaram a ser reconhecidos recentemente, apesar da prática ser tão antiga quanto as próprias cidades. A AU expressa-se de forma distinta nos países desenvolvidos e nos em desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento a atividade agrícola é um meio de colmatar as necessidades económicas, enquanto nos países desenvolvidos surge como resposta a carências sociais ou recreativas (HOWE *et al.*, 2005). Para SMIT e NARS (1992), os benefícios obtidos com o desenvolvimento da AU, variam de acordo com o tempo e o lugar onde é praticada.

O número de “pobres” urbanos, esta a crescer em todo o mundo, devido à crise económica e a instabilidade do mercado de trabalho, assim como noutros períodos de crise, a população urbana procura soluções dentro do contexto urbano. A AU é entendida por muitos dos cidadãos urbanos em dificuldade como um meio de ultrapassar a atual conjuntura (NUGENT, 2000).

Entre as inúmeras potencialidades da AU, destaca-se sobretudo a segurança alimentar, uma vez que é o contributo mais imediato da atividade e um dos mais valorizados por quem a pratica. O desenvolvimento da AU representa para muitas famílias urbanas uma fonte de renda (SMIT *et al.*, 1996; HOWE, 2002; ZEEUW, 2004; VEENHUIZEN e DANSO, 2007; GARRET, 2008; VAN ZEZZA e TASCIOTTI, 2010; ARRUDA, 2011). A AU é indicada como uma das poucas atividades que contribui para o aumento da renda familiar e que pode ser abandonada a qualquer momento se surgir uma oportunidade de emprego (NUGENT, 2000).

O acesso a alimentos para consumo é tão importante como as próprias características desses alimentos, que devem ser saudáveis. Para além da produção de alimentos, a AU demonstra ter outras aptidões nomeadamente a inclusão social de grupos marginalizados; assegura serviços e práticas de recreio e lazer; promove a conservação da paisagem e da biodiversidade; melhora as condições de vida nas cidades; reforça nomeadamente a gestão dos espaços verdes urbanos (DEELSTRA e GIRARDET, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

Neste contexto, torna-se importante salientar que uma parte muito significativa da renda das famílias mais pobres é direcionada para as despesas com a alimentação, com o desenvolvimento da agricultura verifica-se uma diminuição das despesas alimentares e

consequentemente uma poupança ou um direcionamento dos rendimentos para outros consumos. O desenvolvimento da AU contribui para melhor o bem-estar da população que a prática, na medida que possibilita a criação de emprego, renda adicional ou sazonal para a aquisição de outros bens básicos. O lucro ou poupança obtida com a AU é usado para a aquisição de alimentos processados, vestuário, electrodomésticos, entre outros bens (MOUGEOT, 2000; GARRETT, 2008). A poupança alcançada com o desenvolvimento da AU pode ainda ser direcionada para fazer face a despesas com a saúde, habitação, educação, entre outras (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A criação de animais no espaço urbano compreende um conjunto significado de benefícios, sendo a segurança alimentar o mais importante, uma vez que a carne é um dos principais alimentos a serem suprimidos pelas famílias em dificuldade. O consumo de carne torna-se muito esporádico ou mesmo nulo nos lares com baixa renda, sendo este um dos produtos mais caros da dieta alimentar, pois as famílias com poucos recursos monetários não os conseguem adquirir. Neste contexto a criação de animais no espaço urbano, traduz-se numa forma de colmatar algumas das carências alimentares das famílias mais pobres. O desenvolvimento desta atividade ainda permite, de acordo com o tipo de animais que estejam a ser criados, a obtenção de outros alimentos, como os ovos e o leite fresco.

A importância e contributo da AU para a cultura é considerável, tendo em conta que muita da população que atualmente habita nos espaços urbanos tem outras origens e por isso distintas preferências alimentares, que nem sempre estão disponíveis nos mercados locais ou por vezes não apresentam preços compatíveis com as possibilidades dos consumidores e que podem ser obtidos através da AU (COVARRUBIAS, 2011).

O contacto direto com o cultivo de alimentos é uma realidade muito pouco comum nas áreas urbanas dos países desenvolvidos, o único contacto da população urbana com os alimentos apenas é feito no supermercado, adquirindo muitas vezes alimentos pré-cozidos ou já cozinhados. Tais factos traduzem-se numa população pouco ciente dos impactos que o consumo de alimentos produzidos em locais distantes podem ter para o meio ambiente (DEELSTRA e GIRARDET, 2000).

A atividade agrícola no meio urbano contribui para a criação de melhores condições de vida para o agregado familiar do agricultor, ao mesmo tempo que pode colocar a mulher numa posição de destaque e permite garantir a preservação dos conhecimentos tradicionais, passados de geração em geração. Para além destes aspetos ainda contribui para melhorar a organização comunitária, garantir a qualidade ambiental, enriquecer a cultura e a sabedoria popular sobre espécies vegetais e métodos de cultivo (ARRUDA, 2011).

Na AU é mais frequente a produção de alimentos mais perecíveis, como hortaliças e flores, por isso a proximidade ao consumidor diminui a distância percorrida entre a horta e a mesa, garantindo produtos de maior qualidade (COUTINHO, 2007). A maior proximidade dos produtores agrícolas urbanos do mercado coloca-os em vantagens face aos rurais, uma vez que reduz os custos com o transporte, armazenamento, possibilita o abastecimento do mercado com produtos mais frescos e ainda permite responder rapidamente as exigências do mercado (SMIT *et al.*, 1996; KAUFMAN e BAILKEY, 2000; DRESCHER, 2003; DRECHSEL e DONGUS, 2008; LOVELL, 2010; COHEN e GARRETT, 2010; CABANNES, 2012). A proximidade do mercado traduz-se numa mais-valia para a AU, que torna desnecessário o embalamento de alguns produtos e por isso diminui os desperdícios energéticos, pois o embalamento apenas é necessário para proteger os alimentos, quando estes têm de percorrer longas distâncias para chegar ao seu destino (NUGENT, 1999; DEELSTRA e GIRARDET, 2000; HOWE, 2002).

A obesidade, considerada a epidemia do século XXI, resulta de uma dieta desequilibrada, rica em carboidratos, que são os alimentos mais baratos e por isso ao alcance das famílias com menos recursos. O consumo de carne, peixe, vegetais e frutas são alimentos que poucas vezes integram o cardápio da população mais carenciada, devido aos preços praticados serem superiores as suas posses. Neste contexto, a AU revela-se uma mais-valia, na medida que permite a obtenção de alimentos que de outra forma não poderiam ser consumidos, traduzindo-se numa dieta alimentar mais rica e equilibrada e conseqüentemente numa vida mais saudável. Na visão de LOVELL (2010), AU é capaz de contribuir para a diminuição da obesidade infantil, uma vez que a partir do momento que as crianças se envolvem com a atividade num sentido mais holístico, ficam estimuladas a adquirem hábitos alimentares mais saudáveis e ainda têm oportunidade de exercer uma atividade física.

A atividade agrícola potênciia o desenvolvimento de microempresas, responsáveis pela produção de insumos agrícolas (exemplo: fertilizantes, foragem, minhocas); pelo processamento, empacotamento e comercialização de géneros alimentares; cria trabalho para serviços de veterinária e de transporte de animais (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007). Segundo SMIT *et al.* (1996), a AU compreende tanto empresas formais como informais. As primeiras correspondem a grandes empresas agrícolas direcionadas para o mercado interno ou externo. Em situação oposta encontram-se as empresas informais desenvolvida maioritariamente por mulheres, como complemento à renda familiar, que residem ou trabalham em locais próximos à área de cultivo, e por isso deslocam-se a pé ou de bicicleta.

A prática agrícola no meio urbano promove a conservação dos solos se forem tidos em conta determinados cuidados, uma vez que assegura uma cobertura vegetal permanente, o que permite a estabilização de taludes, minimiza erosão dos solos e ainda possibilita a captação de água, todos estes aspetos traduzem-se numa diminuição da ocorrência do risco de

desastres naturais (SMIT *et al.*, 1996; DEELSTRA e GIRARDET, 2000).

A atividade agrícola urbana evidencia-se por possuir um carácter multifuncional. O desenvolvimento da atividade agrícola contribui para a gestão ambiental; aumenta a capacidade de assegurar serviços exigidos pelos cidadãos, como a reutilização de resíduos orgânicos e águas residuais; favorece o clima urbano (oxigênio, sombra, redução de poeiras); armazenamento de água; conservação da biodiversidade; redução da pegada ecológica e ainda permite entre muitos outros aspetos, a criação de oportunidades de desenvolvimento de atividades recreativas e promove o ócio (VAN VEENHUIZEN, 2006; VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007). Para MOUGEOT (2007) e LOVELL (2010), AU apresenta uma significativa ligação com o ambiente, que é visível através da melhoria da saúde pública e da reutilização de resíduos orgânicos.

A AU pode ser orgânica ou não, caso os agricultores urbanos optem pelo modo de cultivo biológico, os benefícios para o meio ambiente serão mais significativos em comparação com outras formas de cultivo convencional. Para VILJOEN *et al.* (2005), os principais benefícios da agricultura biológica para o meio ambiente passam pela conservação da biodiversidade, redução dos gastos energéticos na distribuição dos produtos agrícolas e diminuição do desperdício.

Para MACHADO e MACHADO (2002), os maiores contributos da atividade agrícola desenvolvida no meio urbana podem ser sentidos em áreas como o bem-estar, meio ambiente o sector financeiro, sendo ainda de ressaltar o contributo para a manutenção do microclima; reciclagem; diminuição de áreas que funcionam como depósitos de lixo.

Problemas como a pobreza, o ordenamento do território, a gestão de resíduos, o desenvolvimento económico, a saúde pública, são algumas das questões que podem ser ultrapassados com o incremento da AU, que exhibe um número considerável de benefícios, tanto para o produtor como para o consumidor, que não têm sido valorizadas convenientemente (MOUGEOT, 2000).

O forte crescimento da população urbana traduz-se um aumento da fome, não só originado por esse intenso crescimento, mas também pela instabilidade económica e política. Na visão de ARGENTI (2000), o rápido e permanente crescimento urbano, promove um aumento considerável do custo de distribuição dos produtos alimentares que se reflete no seu preço final, causando um aumento da insegurança alimentar.

A AU é encarada como uma das relevantes estratégias complementares, para por fim a pobreza extrema e a fome; fomentar a igualdade de géneros e a autonomia das mulheres; combater o HIV-SIDA e outras doenças e assegurar a sustentabilidade do meio ambiente, metas

propostas pelos ODM (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A AU apresenta em síntese três motores essenciais: colmatar as carências alimentares, preservação do ambiente natural e conservação de saberes tradicionais de cariz histórico e cultural (RODRIGUES, 2006). A AU pode ser encarada hoje, como uma atividade desconectada da realidade urbana, mas com o crescimento populacional, a crise económica e as alterações climáticas, a atividade pode tornar-se no futuro crucial para o abastecimento das áreas urbanas e para a sustentabilidade ambiental (SINGHAL, 2009).

A atividade agrícola urbana, demonstra ter uma grande capacidade de promover significativas alterações, em termos de valores e atitudes e ainda intensificar a ligação entre o campo e a cidade e criar elos entre a sociedade e o ambiente urbano (LOVO, 2011). Para KAUFMAN e BAILKEY (2000), o olhar pejorativo, que grande parte da sociedade manifesta em relação a determinados bairros problemáticos, pode ser alterado através do desenvolvimento da AU nesses espaços.

A Rute Pinto sintetiza o desenvolvimento da agricultura no meio urbano num número considerável de benefícios, entre os quais se evidenciam (PINTO, 2007: 55):

- “Produção de alimentos de qualidade” – maior disponibilidade de alimentos para fazer face as necessidades da dieta familiar;
- “Segurança alimentar” – permite a averiguação de todas as fases de produção e deste modo garantir o consumo de produtos de qualidade, isentos de contaminantes;
- “Renda” – obtenção de receitas através da comercialização dos produtos cultivos, para que a renda seja significativa é necessário apostar numa produção à escala comercial que pode consistir apenas no cultivo de um tipo de produto ou em vários;
- “Diminuição da pobreza” – o cultivo de produtos hortícolas permite suprimir algumas das carências alimentares e obter receitas através da venda dos excedentes;
- “Desenvolvimento humano” – a atividade agrícola é capaz de promover uma maior qualidade de vida, uma vez que permite combater o stress e estabelecer contacto com outras pessoas envolvidas na mesma atividade, existindo uma troca de conhecimentos e experiências que vão muito para além da agricultura;
- “Desenvolvimento local” – crescimento do interesse pela produção local de alimentos, plantas medicinais e ornamentais, assegura a manutenção das raízes culturais e fomenta condições para o associativismo;
- “Integração social” – a AU por ser uma atividade que não exige grandes conhecimentos e competências está ao alcance de qualquer cidadão começar a praticá-la, sendo por isso uma atividade relevante para a integração de indivíduos socialmente marginalizados, para a população de origem rural e ainda para as populações rurais que se tornaram urbanas devido a expansão da periferia da cidade;

- “Educação ambiental” – a AU potência a aquisição de uma maior compreensão e lucidez sobre as questões ligadas ao ambiente, não apenas por quem a pratica mas também pelos consumidores dos produtos cultivados, promovendo um crescimento da consciência ambiental;
- “Utilização racional de espaços” – melhor rentabilização dos espaços livres, diminuído a existência de locais que funcionam como depósitos de lixo e abrigo de pequenos animais que podem afetar a saúde da população citadina;
- “Reciclagem de resíduos orgânicos” – utilização de alguns resíduos orgânicos domésticos para fertilização do solo e alimentação de animais;
- Reutilização de embalagens – uso de garrafas de plástico ou embalagens tipo Tetra Park para semear plantas que posteriormente serão plantadas;
- “Proteção do solo” – ao permitir a infiltração de águas pluviais ameniza o risco de erosão do solo;
- “Formação de microclimas e manutenção da biodiversidade” – através do desenvolvimento de hortas de cultivo biológico que permitem a manutenção da biodiversidade e a criação de condições específicas no que toca a temperatura e a humidade, tornando o ambiente mais aprazível;
- “Infiltração de águas das chuvas e diminuição da temperatura” – a existência de espaços ocupados pela atividade agrícola representa um maior número de áreas verdes que favorecem uma redução da temperatura e permitem a infiltração de águas pluviais;
- “Farmácia caseira” – cultivo de plantas medicinais que podem auxiliar na cura de determinadas doenças;
- Banco de sementes – os agricultores urbanos através da recolha e conservação de sementes agrícolas, permitem a conservação de espécies nacionais e a manutenção da biodiversidade;
- “Valor estético” – o uso consciente e adequado do solo garante o reconhecimento do seu valor estético;
- “Recreio e lazer”- a prática da AU pode ser desenvolvida como uma atividade de lazer, que possibilita o desenvolvimento do espírito de grupo.

Os estudos realizados com o intuito de avaliar os impactos positivos e negativos da atividade agrícola sobre o espaço urbano são escassos e pouco aprofundados (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007). A heterogênea rede de aspetos que estimulam a AU, ainda está pouco explorada e definida. Contudo o contributo positivo da AU para o bem-estar das populações tem sido documentado mais vezes do que na AR (MOUGEOT, 2000). Na óptica de LIMA *et al.*, (2000), o contributo da atividade agrícola desenvolvida no meio urbano encontra-se ligado sobretudo a questões de índole social e educacional e não tanto económica.

2.7. Os principais riscos associados à prática inadequada da agricultura urbana

A AUP tem sido enunciada, como um meio para alcançar um grande número de benefícios, contudo é importante observar os dois lados da moeda, e não descorar os aspetos negativos que podem surgir com o desenvolvimento inadequado da atividade.

A natureza ilegal ou informal da prática agrícola urbana diminui a possibilidade de organização da atividade e do espaço que lhe pode ser destinado. Para ZEEUW (2004), enquanto a AU for encarada como atividade ilegal pelo poder público o seu rendimento será limitado. Ainda hoje a AU é encarrada pela maioria dos planeadores, poder público e pela banca como uma atividade marginal, que não encaixa na economia e paisagem urbana, e por isso não existem serviços de apoio informativo nem financeiro (SMIT *et al.*, 1996; MATOS, 2010; HODGSON *et al.*, 2009). As interrogações incitadas pela AU são amplas. A atividade agrícola urbana necessita de um olhar atento por parte dos planeadores urbanos, com o intuito de definir medidas concretas para o uso do solo disponível e para o exercício da atividade (DRESCHER, 2003). A atividade que merece mais atenção por parte do legislador é a criação de animais, uma vez que é a prática que mais perigos oferece a sociedade, sendo importante selecionar as espécies de animais que podem ser criados no meio urbano, por causa da poluição auditiva, mas principalmente para assegurar a saúde pública (MADALENO, 2002). O planeamento é enunciado como um processo flexível, porém continua a separar o urbano do rural (ALLEN, 2003). A AUP teria muito a ganhar se fosse incluída nos planos municipais e nas políticas de planeamento (MOUGEOT, 2000). O reconhecimento dos riscos para a saúde e para o meio ambiente associados ao desenvolvimento da AUP é meio caminho percorrido para a resolução de problemas e para a criação de medidas de mitigação, que são essenciais para a existência de uma AUP sustentável (COUTINHO, 2007). A presente atividade necessita de um apoio consistente e contínuo para que possam ser reduzidos os riscos sanitários e ambientais, neste ponto a AUP não difere da AR. (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

Para GERSTL (2001), a AU apresenta duas consideráveis ameaças à sustentabilidade do espaço urbano, a primeira prende-se com a facto da AU pertencer ao sector informal, ou seja, não se encontrar inserida em nenhum quadro legislativo e a segunda esta relacionada com os agricultores urbanos cultivarem terras de que não são proprietários. O uso de terrenos baldios existentes no interior das áreas urbanas, desencadeia no agricultor um sentimento de insegura, uma vez que a qualquer momento pode ser impossibilitado de continuar a exercer a atividade agrícola pelo proprietário do solo e deste modo perder a sua colheita (SMIT e NARS, 1992; LOVELL, 2010). A segurança que a agricultor tem em relação à terra que cultiva determina o grau de investimento, logo os agricultores que não são proprietários do solo tendem a estar mais apreensivos a investimentos (REDWOOD, 2009). HODGSON *et al.* (2009), afirma que a realização de contratos de arrendamento, com um longo período de

concessão é essencial para por fim ao sentimento de insegurança, que condiciona muitos agricultores urbanos.

Os agricultores urbanos atuam muitas vezes ilegalmente, desenvolvendo a sua atividade em locais instáveis que constituem um perigo para a sua vida, com recurso a meios limitados e fazendo uso de práticas incorretas que podem por em causa a sua própria saúde e de todos os consumidores dos seus produtos. O reconhecimento legal da AU como um legítimo uso do solo urbano é uma primeira medida essencial para minimizar os riscos associados à atividade (VAN VEENHUIZEN, 2006).

Para VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007), a prática agrícola pode ser responsável por malefícios e benefícios em cada um dos seguintes distintos campos: capital natural (solo, recursos hídricos); capital físico (equipamentos); capital financeiro; capital humano (conhecimentos, competências); capital social (redes sociais). O mesmo autor salienta a existência de outros autores como SMIT e BAILKEY que defendem a inserção de mais dois tipos, o político e o cultural.

A atividade agrícola urbana pode ser responsável por diversos riscos, que podem ser reunidos em duas categorias, “impactos ambientais negativos e problemas para a saúde humana” (ARRUDA, 2011: 38).

Os problemas ambientais que podem surgir com a prática da agricultura nos espaços urbanos são muitos, entre eles encontra-se a erosão dos solos, destruição do coberto vegetal, poluição de recursos naturais (solo, água), porém é importante salientar que grande parte das atividades têm riscos inerentes, a AU não é exceção e por isso deve ser alvo de determinados cuidados (MOUGEOT, 2000).

A AU não significa agricultura biológica e por isso podem ser cometidos excessos, no que toca a utilização de produtos fitofarmacêuticos, que podem causar a contaminação do solo, dos recursos hídricos e dos alimentos.

As incorretas práticas agrícolas podem não só prejudicar a saúde humana como também o meio ambiente. A AU pode estar na origem da contaminação de nascentes de água e do solo, quando são empregues grandes quantidades de fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas. O recurso excessivo a estrume (exemplo: estrume de galinha ou porco) pode contaminar as águas subterrâneas, uma vez que este tipo de estrume é rico em nitrato. Segundo MOUGEOT (2000), a reutilização de resíduos de origem animal e vegetal é uma prática comum desenvolvida pelos agricultores urbanos.

A concorrência pelos poucos espaços existentes para a prática da agricultura no meio urbano,

pode levar a ocupação de áreas com ecossistemas frágeis (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A saúde pública pode ser ameaçada pelo desenvolvimento da agricultura em áreas urbanas, assim como pode ser posta em causa por qualquer outra atividade.

Os potenciais riscos para a saúde humana associados ao desenvolvimento da atividade agrícola no meio urbano, podem ser causados pela utilização de esgotos, pesticidas e herbicidas, manuseio incorreto dos produtos cultivados, criação de animais nas imediações das áreas de circulação e habitação dos cidadãos urbanos (ARGENTI, 2000; ARRUDA, 2011).

O recurso excessivo a pesticidas e fertilizantes pode provocar graves problemas de saúde no agricultor e em todos os consumidores dos seus produtos. Os resíduos de pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos podem não ser apenas resultado de insumos agrícolas utilizados pelos agricultores, mas também uma consequência do cultivo em locais contaminados ou irrigados por afluentes poluídos. Estes contaminantes depois de absorvidos pelo solo, permanecem neste por um longo período. As principais culturas afetadas pelos resíduos de pesticidas são os tubérculos e as raízes, pois todo o seu processo de desenvolvimento ocorre no interior do solo (ZEEUW, 2004; VAN VEENHUIZEN, 2006).

Entre as principais causas da contaminação do solo urbano com metais pesados (chumbo, cádmio, cromo, cobre, zinco, níquel, mercúrio, selénio, magnésio e arsénico) está a utilização de água de ribeiras e águas residuais contaminadas pela sector industrial. O recurso a solos que no passado albergaram indústrias pode ser sinónimo de um solo contaminado com óleos e outros resíduos industriais. A toxicidade dos metais pesados pode prejudicar a fisiologia e o processo de crescimento das plantas (VAN VEENHUIZEN, 2006). A maior ou menor absorção de metais pesados pelas plantas variada de acordo com a sua espécie, bem como do tipo de metal (MOUGEOT, 2000).

Entre os metais pesados existentes no meio urbano que podem interferir negativamente na qualidade dos alimentos cultivados, o chumbo é um dos mais perigosos principalmente para as crianças, pois altera o fabrico da vitamina D e interfere no desenvolvimento mental (ARMAR-KLEMESU, 2000).

A contaminação das culturas urbanas por absorção de metais pesados é uma das grandes preocupações dos agricultores urbanos e dos consumidores destes alimentos. A assimilação de metais pesados pelas culturas pode ter origem em solos contaminados, ar ou água. O tráfego é apontado como um dos principais causadores da contaminação do ar assim como as indústrias, que para além da contaminação do ar, também podem ser responsáveis pela contaminação dos recursos hídricos e edáficos. A prática da agricultura em solos

contaminados por metais pesados ou mesmo a uso de água contaminada para a rega das culturas, põe em causa a saúde da população urbana, que se expõem na maioria das vezes ao risco por desconhecimento destes factos. A contaminação de alimentos deve ser alvo de uma atenção redobrada, com o intuito de minimizar os riscos para a saúde. A propagação de pragas e mosquitos responsáveis por determinadas doenças é uma realidade muito presente na atividade agrícola, assim como a transmissão de doenças pelo contacto com animais domésticos (SMIT e NARS, 1992; DEELSTRA e GIRARDET, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

O contacto com animais exige dos agricultores que se dedicam a sua criação no espaço urbano, um conjunto de precauções, que se não forem priorizadas podem colocar em risco a saúde do agricultor. O aparecimento de determinadas doenças como a tuberculose, deve-se a ausência de cuidados por parte dos agricultores no desenvolvimento das suas tarefas. A transmissão de doenças também pode ocorrer pelo consumo de animais contaminados ou do seu leite ou ovos (BOURQUE, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A criação de animais no meio urbano é uma das situações que mais preocupa as autoridades e a população urbana, pois os animais são responsáveis pelo transporte de parasitas, bactérias e vírus, prejudiciais à saúde humana. Contudo existem animais mais perigosos do que outros, por exemplo os bovinos, as ovelhas, as cabras, os porcos e os cavalos, são temidos por serem reservatório de parasitas (BOURQUE, 2000; ARMAR-KLEMESU, 2000).

Os principais produtos alimentares que estão na origem das intoxicações alimentares ou de outras complicações de saúde são a “carne crua ou mal cozida, carne de aves, leite e ovos (salmonela)” (ARMAR-KLEMESU, 2000: 109).

Os principais impactos negativos da AU manifestam-se sobretudo na saúde da população urbana, o ambiente urbana também é afetado negativamente, porém de forma menos intensa quando comparado com a saúde (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007).

A prática da AU se não tiver em conta determinados cuidados pode estar na origem de vários malefícios, contudo estes serão sempre menores quando comparados com os causados pela atividade industrial e pela urbanização (LIMA *et al.*, 2000).

Os principais riscos para a saúde associados ao desenvolvimento da AU podem ser reunidos nas seguintes categorias (VAN VEENHUIZEN, 2006):

- Contaminação de culturas com organismos patogénicos, devido à rega de culturas com água contaminada de ribeiras poluídas e de esgotos incorretamente tratados ou ainda devido a falta cuidados de higiene durante o processo de manipulação dos produtos, durante o transporte, processamento e comercialização de produtos frescos;

- Propagação de determinadas doenças humanas através da picada de mosquitos ou do contacto com outros animais que surgem no meio urbano, atraídos pelas culturas agrícolas;
- Contaminação de culturas pela utilização intensiva de produtos fitofarmacêuticos por longos períodos;
- Contaminação do solo e das culturas agrícolas com metais pesados devido ao intenso tráfego e as indústrias existentes nos espaços urbanos, que são responsáveis pela libertação de uma grande quantidade de partículas poluentes para a atmosfera, que serão absorvidas pelo solo e pelos produtos agrícolas.
- Aparecimento de determinadas doenças transmissíveis ao ser humano, como resultado da criação de animais em locais extremamente próximos das áreas onde se desenrolam as vivências da população urbana e por causa de não serem tomadas as devidas precauções.

A AU apresenta um conjunto de riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade. A redução desses riscos passa pelo estabelecimento de um conjunto de medidas preventivas, como (VAN VEENHUIZEN e DANSO, 2007):

- Monitoramento da qualidade da água utilizada na rega das culturas;
- Formação dos agricultores para que estes saibam lidar com riscos que representam para a sua saúde a reutilização de resíduos orgânicos e águas residuais;
- A realização de exames periódicos aos solos agrícolas e aos recursos hídricos usados na rega das culturas, principalmente aos localizados próximo de indústrias e de vias de acesso com intenso tráfego, correspondem a importantes medidas de prevenção dos efeitos dos metais pesados;
- Respeitar uma distância mínima de segurança entre o lote agrícola e áreas que têm ou já tiveram alguma ligação com a atividade industrial;
- A ocupação de lotes agrícolas atingidos por ventos que sopram de direções onde existem indústrias em atividade devem ser evitados, pois o vento transporta as partículas poluentes libertadas pela atividade industrial que podem ser absorvidas pelo solo e pelos alimentos.

A contaminação dos solos urbanos é uma das maiores preocupações dos agricultores urbanos e dos consumidores dos seus produtos (HODGSON *et al.*, 2009). No entanto, segundo pesquisas levadas a cabo nos EUA e no Reino Unido, existem várias formas de por fim a este problema, entre elas encontra-se, assegurar que o solo apresente sempre um elevado pH, através da adição de cal ou garantir elevados níveis de matéria orgânica (adubo ou estrume) no solo, para anular os efeitos dos metais pesados (DEELSTRA e GIRARDET, 2000).

A AU é semelhante a outras atividades desenvolvidas no espaço urbano, uma vez que é responsável por impactos negativos e positivos que podem ser sentidos no âmbito económico, social e ambiental (VAN VEENHUIZEN, 2006).

2.8. Contributo da agricultura urbana para a qualidade de vida dos cidadãos urbanos

O meio natural urbano encontra-se sobre fortes pressões que resultam de uma intensificação dos níveis de consumo, traduzindo-se na deterioração da qualidade do ambiente. Neste contexto, verifica-se a degradação de algumas condições de saúde devido à poluição e aos estilos de vida urbana.

Nas cidades constatam-se diferenças muito acentuadas ao nível do rendimento, do acesso à habitação, entre outras. As diferenças tornam-se ainda mais preocupantes quando são comparadas áreas heterogéneas do mesmo centro urbano no que toca a qualidade do ambiente, das áreas construídas, dos níveis de segurança, mas principalmente da pobreza (MARTINS, 2011).

A expansão e intensificação dos espaços urbanos, tem originado uma pressão constante sobre os “recursos, infra-estruturas e equipamentos”, influenciando de forma negativa, muitas vezes até de modo irreversível, “os padrões de vivência nas cidades, isto é, a qualidade de vida” (RODRIGUES, 2007: 15). A QV da população é cada vez mais um aspeto preponderado pelas entidades públicas (MARTINS, 2011).

O conceito QV não reúne consenso, sendo um termo muito vasto e em construção (BOWLING e BRAZIER, 1995; ROCHA *et al.*, 2004; AZEVEDO, 2008; MANSO e SIMÕES, 2007; ALMEIDA *et al.*, 2012). Porém compreende aspetos que são comuns a grande parte dos investigadores, como é o caso do seu carácter “multidimensional” e da integração das “dimensões objetivas e subjetivas” (MANSO e SIMÕES, 2007: 10). O conceito encontra-se sujeito a constantes alterações que decorrem das transformações sociais (AZEVEDO, 2008).

Na abordagem ao conceito de QV, é importante indicar SEN (1993), citado por MARQUES (2002), que menciona a liberdade como o bem mais precioso a que o ser humano pode ter acesso, sendo por isso o desenvolvimento uma forma de ampliar essa liberdade. Na visão do autor, o desenvolvimento deve ser promovido tendo sempre em vista a melhoria da qualidade de vida e das liberdades individuais. Na visão de SEN (1995), citado por HERCULANO (2000), a QV pode ser definida através de dois conceitos: “capacitação”, (as “possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser”) “funcionalidades”, que está ligado ao que a pessoa realiza ou é. Portanto, a capacitação representa as “combinações alternativas de funcionalidades”, que cada individuo é capaz de alcançar. Assim a QV pode ser “avaliada em

termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares” (alimento, abrigo) e as que se encontram relacionadas com o “auto-respeito e integração social”. “A capacitação de uma pessoa dependerá de um conjunto de fatores, incluindo-se aí características de personalidade mas, principalmente, de arranjos sociais” (HERCULANO, 2000: 9).

“Sendo culturalmente relativa, a definição de qualidade de vida tem forçosamente que se enquadrar em referências normativas, em valores largamente partilhados”. Para a maioria das pessoas, a QV, é entendida como uma experiência local, associada à integração numa comunidade e “num espaço de proximidade” (MARTINS, 2011: 8). Não existe uma ‘receita’ global que consiga definir o que é uma ‘vida boa’ e nem definir os caminhos que levam ao encontro desse padrão de satisfação (MARTINS, 2011: 34).

De acordo com SANTOS *et al.* (2005) na definição do conceito de qualidade de vida, cabem três diferentes perspectivas:

- 1) Diferenciação entre os aspetos materiais e imateriais da QV. Os aspetos materiais prendem-se com as necessidades básicas do ser humano, como, por exemplo, as condições de habitação, recurso a água canalizada, acesso a um sistema de saúde, ou seja aspetos relacionados com questões de ordem física e infra-estrutural. Nas sociedades menos desenvolvidas os atributos materiais são referidos como decisivos. As questões imateriais encontram-se associadas ao ambiente, ao património cultural e ao bem-estar;
- 2) Diferenciação entre os aspetos individuais e colectivos. As componentes individuais encontram-se fortemente ligadas à condição financeira, à condição pessoal e familiar dos indivíduos e ainda as relações pessoais, já as componentes coletivas apresentam-se diretamente associadas aos serviços básicos e os serviços públicos;
- 3) Diferenciação entre aspetos objetivos e subjetivos da QV. Os aspetos objetivos seriam facilmente alcançados a partir da definição de indicadores de cariz quantitativo, enquanto os aspetos subjetivos apontam para a percepção subjetiva que os indivíduos têm da QV que é, nitidamente, muito diversa de indivíduo para indivíduo e de um estrato social para outro.

Segundo Sara Santos, é possível concluir que as três perspetivas são únicas, que existem distintas traduções para o conceito de QV, porém nenhuma é reciprocamente exclusiva. Antes pelo contrário, “todos podem ser complementares e cada uma delas pode sofrer diversas desagregações conforme o indivíduo, a comunidade ou o investigador, que procure definir qualidade de vida” (Figura 10) (SANTOS, 2011: 15).

Figura 10. Perspectivas analíticas do conceito de qualidade de vida



Fonte: SANTOS (2011: 15)

Para Isabel Martins, a definição de “qualidade de vida expressa o que se poderá considerar como um nível global de bem-estar dos indivíduos, que incorpora os aspetos relacionados com as condições objetivas em que se desenrola o seu dia-a-dia, assim como, os sentimentos pessoais dos cidadãos face ao seu quadro de vida concreto. Para além desta complementaridade das vertentes objetiva e subjetiva, a noção de qualidade de vida encerra, por outro lado, um número alargado de dimensões – materiais e imateriais, mas também individuais e colectivas – que tendem a ser reconhecidas como determinantes para uma existência humana gratificante. Revela-se, deste modo, como uma construção de síntese, simultaneamente multidimensional e holística” (MARTINS, 2011: 57).

Em Portugal a Lei de Bases do Ambiente, de 11/87 de 7 de Abril, define a QV como o “resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação de bem-estar físico, mental, e social e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter-relacionados, que compreendem, designadamente: a capacidade de carga do território e dos recursos; a alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres; um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da segurança social; a integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, não como agente de degradação”.

O conceito de qualidade ambiental evidencia-se sobretudo a partir da década de 70, quando passa a integrar as discussões políticas internacionais, dando origem à criação e avaliação de

políticas públicas. (LEITE, 2009). Em 1972 realiza-se a Primeira Conferencia Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo, onde se estabelece a existência de uma ligação entre a QV e a questão ambiental (AZEVEDO, 2008).

A QV encontra-se dependente de um amplo conjunto de fatores, tornando-o um conceito muito complexo e difícil de trabalhar. O vasto leque de aspetos que compõem o conceito, diferem de autor para autor, sendo atribuído por uns mais relevância a determinados aspetos do que por outros. A primazia concedida a certos aspetos encontra-se fortemente relacionada com as características da sociedade e do território em análise, assim cabe ao investigador averiguar e analisar os aspetos considerados essenciais para a QV da população em estudo. Para TOBELEM-ZANIN (1995), o conceito de QV deve ser estabelecido de acordo com o contexto territorial onde é empregue.

Para Lourenço Marques e Elisabete Figueiredo, a QV “associa-se estreitamente aos contextos sociais, económicos, culturais e políticos em que os indivíduos se integram sendo por isso o seu conteúdo variável de acordo com o tempo e o espaço” (MARQUES e FIGUEIREDO, 2008: 4). Na visão de Maria C. Minayo a QV enquadra-se no próprio modelo que cada sociedade estabelece e procura alcançar, “consciente ou inconscientemente”, e ainda nas “políticas públicas e sociais” que orientam o desenvolvimento dos cidadãos, por exemplo, através de mudanças no sector da saúde (MINAYO, 2000: 15). A QV está associada as “escolhas que são feitas na construção do agora (presente) e do amanhã (futuro)”, para além das decisões individuais é importante salientar as deliberações políticas que se repercutem na QV da sociedade (KLEIN, 2008: 20).

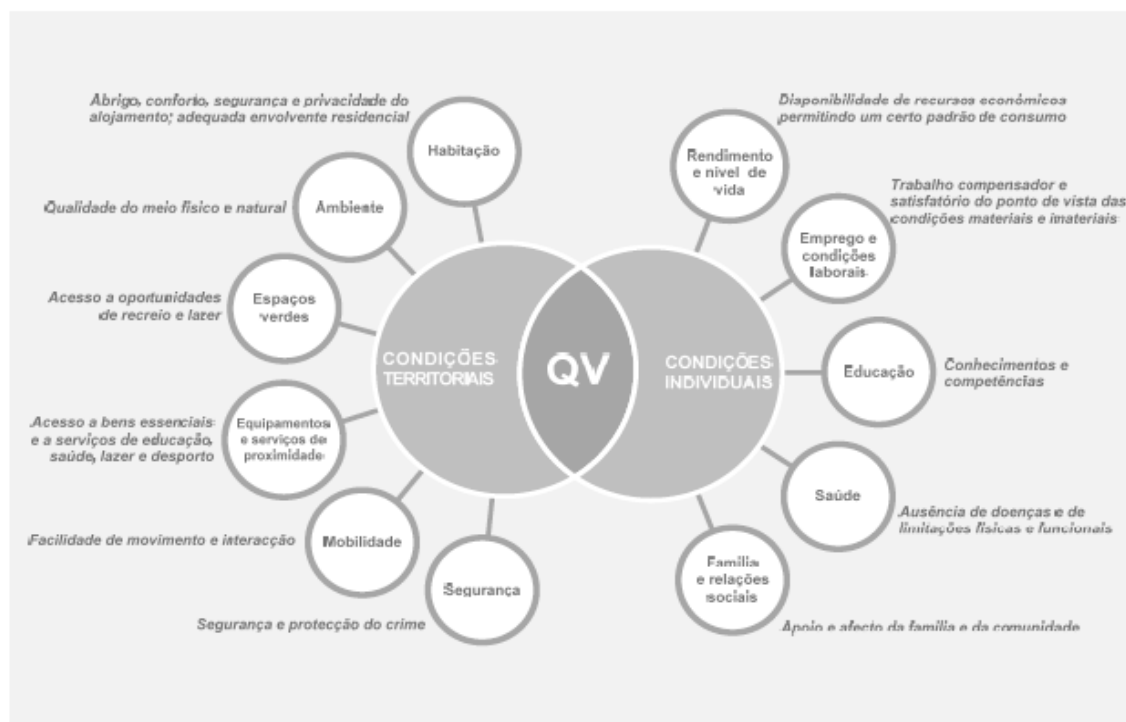
TOBELEM-ZANIN (1995), defende que atualmente ter acesso a bens já não garante a satisfação total é necessário que estes sejam de qualidade. A crescente e intensa urbanização que teve início sobretudo na década de 60, despertou lentamente o desejo de novas padrões em relação a qualidade do ar e dos recursos hídricos, ao ruído, aos espaços verdes, ao acesso ao emprego, aos serviços e ao lazer. As inquietações em torno da QV, do prazer de viver e do bem-estar no local de vivência, passam a ser à realidade de um número crescente de cidadãos urbanos. De acordo com RODRIGUES (2008), conforme os anseios dos indivíduos se modificam segundo o crescimento do nível de vida, o conceito de QV aprofunda-se nas suas mentalidades. Os objetivos de vida das populações foram-se modificando ao longo dos anos, se no passado a satisfação das necessidades básicas era a meta, hoje procuram para além do preenchimento das necessidades básicas, atingir um grau de satisfação na sua vivência do dia-a-dia. A conceção da QV, ultrapassa o preenchimento das “necessidades humanas do TER para a valorização da existência humana do SER” (PELICIONI, 1998: 24).

SIMÕES e GASPAR (2007) citados por SANTOS (2011) afirmam que foi Leonard Duhi, da Universidade de Berkeley, o responsável pelo surgimento do conceito e debate sobre as questões da qualidade de vida urbana (QVU), ligada à ideia de que a promoção da saúde dos cidadãos necessitada, à priori, da criação de ambientes habitacionais e de trabalho, saudáveis e prósperos.

A QVU é um termo que compreende o conceito de qualidade de vida e o de qualidade ambiental (LEITE, 2009). Abordar o conceito de QVU “significa olhar para as condições de vida, felicidade e satisfação do habitante urbano, cuja qualidade de vida, dependerá também do ambiente urbano oferecido pela cidade e pelo grau de desenvolvimento sustentável da mesma” (SANTOS, 2011: 27)

A tendência de crescimento mundial das áreas urbanas, tem sido utilizada como argumento para a necessidade de consolidação de uma pesquisa independente sobre QVU (GOMES e DINIS, 2006).

Figura 11. Domínios considerados para a avaliação da qualidade de vida de proximidade na cidade do Porto



Fonte: MARTINS (2011: 131)

A prática da AU pode contribuir para a QV da população urbana, uma vez que o seu desenvolvimento preenche vários aspetos considerados por MARTINS (2011), na avaliação da qualidade de vida de proximidade na cidade do Porto. A atividade agrícola urbana pode

promover, não só o aumento da qualidade de vida dos indivíduos que desenvolvem a atividade, como também de toda a população que reside ou circula próximo dos espaços onde a atividade é realizada. A AU é capaz de melhorar aspetos ligados a “habitação” “ambiente”; “espaços verdes”; “equipamentos e serviços de proximidade” e “segurança”, todos integrados nas “condições territoriais”. Nas “condições individuais” os efeitos positivos da prática agrícola podem ser sentidos no “rendimento e nível de vida”; “emprego e condições laborais”; “educação”; “saúde” e ainda no aspeto “família e relações sociais” (MARTINS, 2011: 131).

Em termos ambientais o cultivo desenvolvido nos telhados dos edifícios permite melhorar a sua eficiência térmica, reduzindo a perceção das variações térmicas, traduzindo no aumento do bem-estar dos cidadãos que habitam no edifício. O contributo da AU para o ambiente urbano abarca também nomeadamente: a redução dos níveis de poluição presentes na atmosfera; contribui para a manutenção da biodiversidade; o aumento dos espaços verdes, que permitem a captação das águas pluviais, reduzindo o risco de desastres naturais; a eliminação de locais que funcionam como depósitos de lixo; a redução da pegada ecológica; a diminuição dos gastos energéticos e de tempo no transporte dos produtos agrícolas; a proteção do solo; entre outros. A atividade agrícola aumenta o número de espaços verdes, que podem ser destinados entre outras funcionalidades a atividades de lazer. A atividade permite o acesso a bens alimentares de primeira necessidade, proporciona o desenvolvimento de uma atividade física que contribui para o bem-estar físico e mental do praticante e ainda pode auxiliar a aprendizagem de questões relacionadas com a natureza. A segurança da população que reside ou circula nos espaços urbanos aumenta com o desenvolvimento da agricultura, uma vez que são eliminadas áreas devolutas.

As condições individuais são beneficiadas com a AU através do aumento do rendimento, obtido com a poupança alcançada através da diminuição dos gastos com produtos alimentares e/ou através do lucro conseguido com a venda de excedentes. O surgimento de microempresas, por exemplo, responsáveis pela produção de insumos agrícolas, geram novos postos de trabalho. A atividade agrícola permite a preservação de saberes tradicionais e promove a aquisição de uma maior compreensão e lucidez sobre as questões ligadas ao ambiente, não apenas por quem a pratica, mas também por todos aqueles que consomem os produtos agrícolas. O principal contributo da AU passa pelo suprimento de algumas das necessidades alimentares e pela oportunidade de consumir produtos de qualidade, essenciais para a saúde, que pode ainda ser beneficiada com o cultivo de determinadas plantas, que podem auxiliar na cura de determinadas doenças. A família e as relações sociais também saem valorizadas com a prática agrícola, na medida que se cria oportunidade de intensificar as relações entre os membros do agregado familiar e entre vizinhos, criar novos amigos, integrar indivíduos socialmente marginalizados e ainda fomenta a igualdade de géneros.

Tendo em conta os aspetos anteriormente mencionados, verifica-se que a atividade agrícola

urbana apresenta um vasto leque de oportunidades, que promovem o aumento da qualidade de vida da população urbana através da melhoria das condições territoriais e individuais.

No presente, pensar no aumento da qualidade de vida implica a apreensão de diversos aspetos, como: a melhoria da qualidade ambiental; a inclusão social; a valorização da cultura; o acesso a um vasto leque de produtos indispensáveis para que o ser humano possa viver com dignidade (ARRUDA, 2011).

Os espaços agrícolas urbanos, enquanto espaços verdes, são um importante contributo para a saúde física e mental dos cidadãos urbanos, o seu contributo é mais significativo quanto mais urbanizadas forem os espaços urbanos (FADIGAS, 1993).

Segundo GARNETT (1996), HYNES (1996), WHEELER e HOWE (1999), citados por HOWE *et al.* (2005), um dos maiores contributos da prática agrícola urbana é ser capaz de melhorar significativamente a qualidade de vida da população citadina



Capítulo III – Caso de estudo

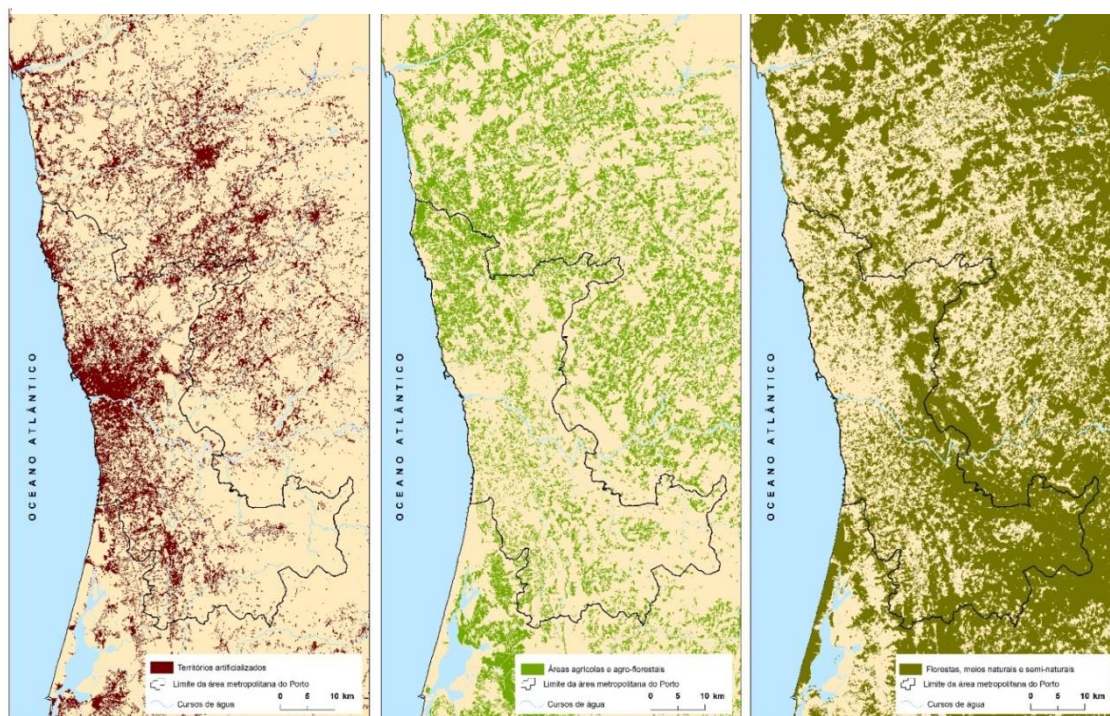


Capítulo III – Caso de estudo

3.1. Área Metropolitana do Porto: contexto geográfico

A AMP inserida no noroeste de Portugal é constituída por 16 concelhos (Arouca; Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Oliveira de Azeméis; Porto; Póvoa do Varzim; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra; Valongo; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia) que aglomeram 2 294 741 habitantes distribuídos por uma área de 2 089km², segundo dados do INE.

Figura 12. Coeficiente de ocupação do solo (COS) na Área Metropolitana do Porto, em 2007



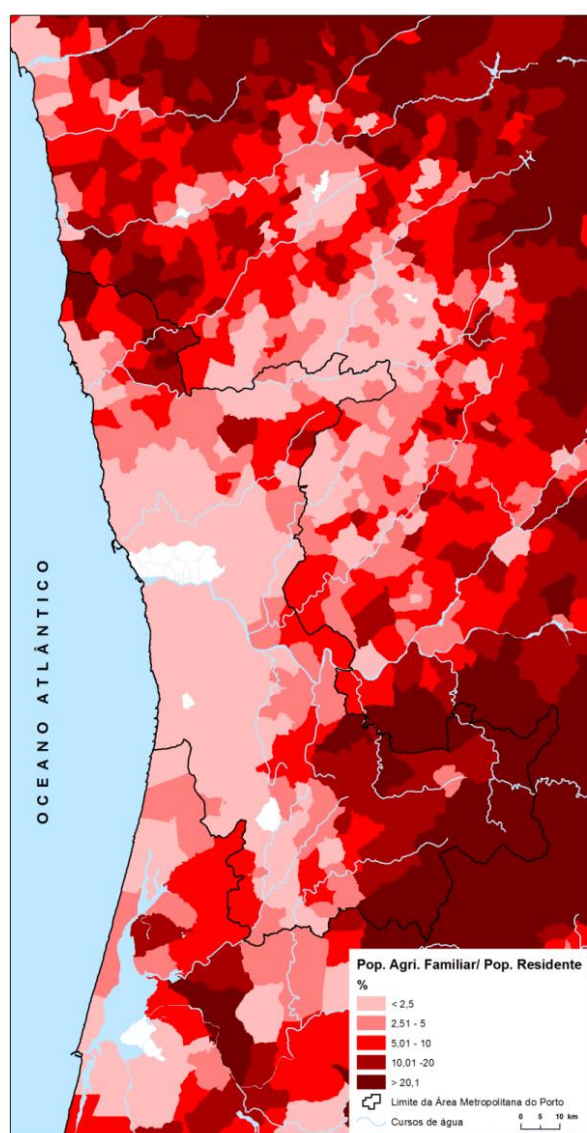
Fonte: INE

O Porto é o concelho central da AMP, circunscrito por uma primeira coroa de suburbios onde, nas últimas décadas, se verificou um forte aumento da densidade construtiva e populacional. A segunda coroa é formada por concelhos mais periféricos (Espinho, Vila do Conde e Póvoa do Varzim, Trofa, Paredes, etc) com freguesias menos terciarizadas e onde o sector primário ainda se reveste de uma importância acrescida (INE, 2004: 19-20).

Através do coeficiente de ocupação do solo (COS) é possível verificar que o tecido urbano mais denso e compacto da AMP encontra-se centrado junto ao núcleo central (Porto). Para além dos territórios artificializados é possível encontrar na AMP, as áreas agrícolas e agro-florestais e as áreas de florestas, meios naturais e seminaturais, sendo estas últimas áreas aquelas que

abrangem uma maior área (Figura 12). Como se pode verificar, a estrutura de povoamento é predominantemente dispersa, onde o solo artificializado interage com os solos de ocupação agrícola ou florestal. O facto de existir na área metropolitana uma grande disponibilidade de solo não artificializado pode favorecer a prática de atividades agrícolas neste contexto genericamente urbano.

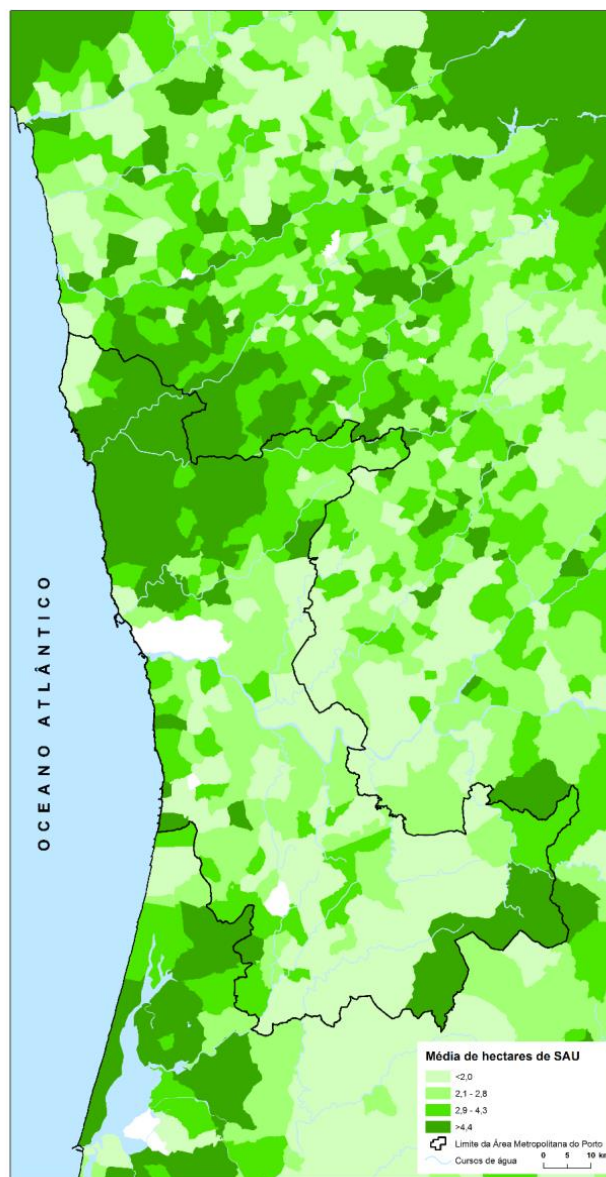
Figura 13. Peso relativo da população agrícola familiar (2009) na população residente (2011), por freguesia



Fonte: Recenseamento geral agrícola (2009); INE 2011

No que diz respeito ao peso da população agrícola familiar (2009) na população residente (2011), por freguesias, observa-se que na AMP as famílias possuem uma menor importância em relação às demais áreas envolventes, salvo em áreas de concentração de agricultura produtivista, dirigida para o mercado ou em áreas predominantemente rurais (exemplo, em Arouca). No quadrante Norte regista-se a predominância de valores entre os 5% a 20%, sendo esta última classe formada por um pequeno núcleo na área da Póvoa de Varzim e Barcelos (hortícolas e produção leiteira). Em termos territoriais, as freguesias mais interiores (de Arouca e São João da Madeira, por exemplo) mostram uma maior presença de população ligada às atividades agrícolas.

Figura 14. Superfície agrícola utilizada (SAU) média, das explorações por freguesia, em 2009



Fonte: Recenseamento geral agrícola (2009); INE 2011

Ao observar a superfície agrícola utilizada (SAU) verifica-se que, as áreas com explorações de maior dimensão apresentam um menor peso de população agrícola familiar. São áreas onde a atividade agrícola é mais direcionada para o mercado (hortícolas e produção leiteira). Em contrapartida a produção para o autoconsumo e a agricultura camponesa associam-se normalmente à pequena exploração e a uma forte presença da população agrícola familiar (salvo em áreas muito urbanas, onde a SAU é tendencialmente diminuta).

3.2. Análise dos questionários

A terceira parte, da presente dissertação é inteiramente dedicada a apresentação e análise dos resultados obtidos com a implementação dos três questionários online. Primeiro serão expostos e analisados os dados recolhidos com a aplicação do questionário dirigido aos agricultores urbanos que desenvolvem a atividade agrícola na AMP (Questionário 1), seguindo-se a apresentação e análise da informação obtida com o questionário direcionados aos alunos da UP (Questionário 2) e por último será divulgada e apreciada a informação conseguida com a implementação do questionário direcionado as câmaras municipais das cidades nacionais (Questionário 3).

3.2.1. Questionário 1 - Sensibilidade à agricultura urbana

O presente questionário online foi implementado com os seguintes objetivos:

- Traçar o perfil dos agricultores que desenvolvem a atividade agrícola na AMP;
- Caracterizar a atividade agrícola desenvolvida na AMP pelos cidadãos urbanos (motivações que estão na origem do desenvolvimento da atividade; produtos mais cultivados e/ou criados e o seu destino; conhecimentos agrícolas; período de realização dos trabalhos agrícolas; meio e tempo de deslocação para a área de cultivo; tipo de despesas; satisfação/descontentamento com o local agrícola);
- Identificar quais os três principais benefícios alcançados com o desenvolvimento da agricultura na visão dos agricultores inquiridos;
- Verificar se existe uma correlação entre o momento em que os agricultores iniciaram a prática agrícola urbana e o período de crise económica, que teve início em 2008;
- Averiguar que conhecimentos os agricultores têm em relação ao tipo de hortas que podem existir na cidade e quais os seus benefícios enquanto espaços verdes na visão dos agricultores;
- Captar o que os agricultores entendem por agricultura urbana sustentável e por agricultura biológica;
- Analisar a opinião dos agricultores inquiridos em relação: à qualidade dos produtos agrícolas que atualmente se encontram no mercado; à capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade e à qualidade dos alimentos produzidos no espaço urbano em comparação com os cultivados no espaço rural;
- Averiguar que importância tem a agricultura na qualidade de vida de quem realiza a atividade.

3.2.1.1. Perfil do agricultor urbano

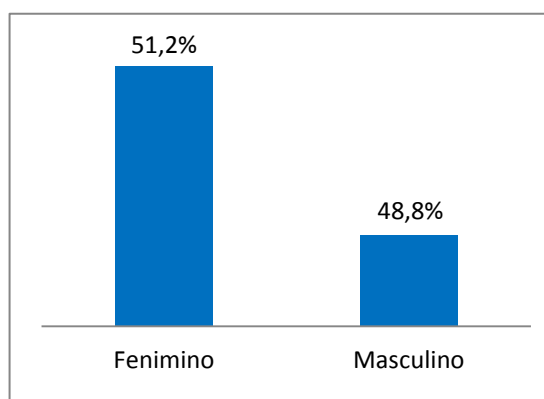
A implementação do Questionário 1, contou com a colaboração de 121 agricultores urbanos, dos quais 62 do sexo feminino (51,2%) e 59 do género masculino (48,8%) (Quadro 2 e Gráfico 1). Apesar de apenas três questionários, separem o número de respostas concedidas pelo sexo feminino do masculino, o maior número de respostas dadas pelo género feminino, vai de encontro ao defendido por MOUGEOT (2000), VAN VEENHUIZEN e DANSO (2007), MAGIDIMISHA (2009), COHEN e GARRETT (2010), CABANNES (2012), que afirmam, que uma parte significativa dos agricultores urbanos são mulheres. Na visão dos diversos autores, tal facto pode ser explicado, por serem as mulheres na maioria das famílias as responsáveis pela dieta alimentar.

Quadro 2. Frequência de respostas segundo o género

	Frequência
Feminino	62
Masculino	59
Total	121

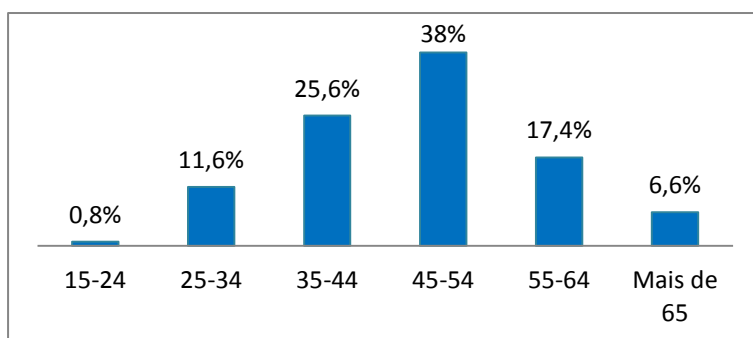
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 1. Distribuição dos agricultores urbanos por género



Fonte: Elaboração própria

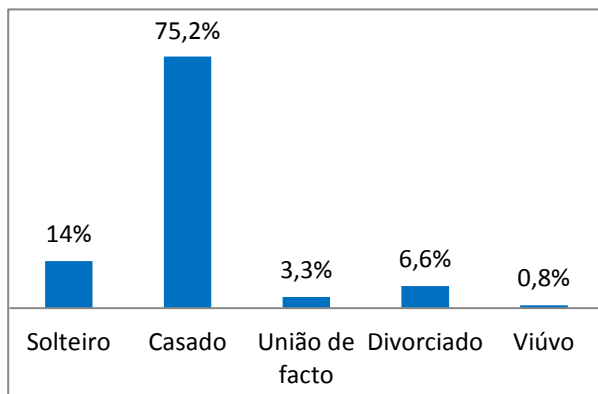
Gráfico 2. Classificação dos agricultores por grupos etários



Fonte: Elaboração própria

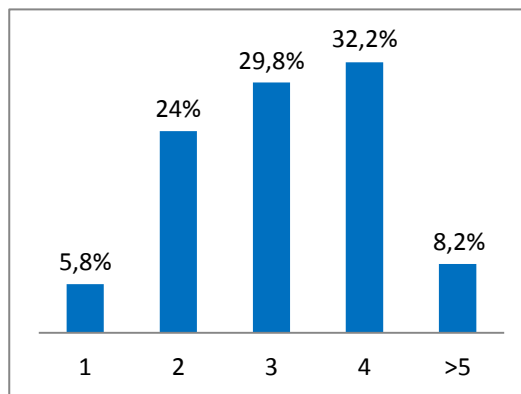
Os agricultores urbanos apresentam, na sua maioria, idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos (38%). A faixa etária dos 35 aos 44 anos (25,6%), corresponde ao segundo grupo etário com maior peso no total de respostas, se unir estes dois grupo etários, verifica-se que mais de metade dos agricultores urbanos têm entre 35 e 54 anos (63,6%). Já a faixa etária menos representativa é a dos 15 aos 24 anos, com uma percentagem de 0,8% (Gráfico 2).

Gráfico 3. Estado civil dos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4. Dimensão do agregado familiar, por número de elementos

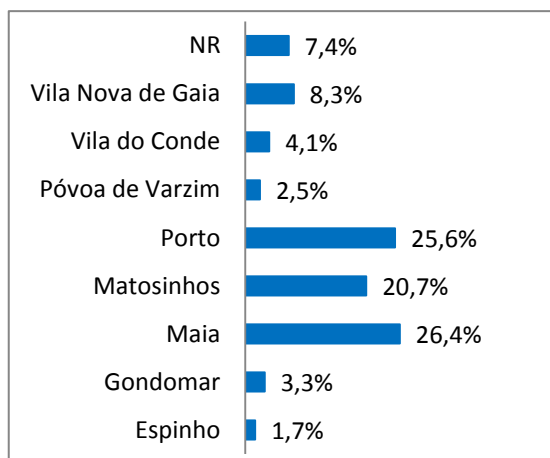


Fonte: Elaboração própria

A grande maioria dos agricultores urbanos são casados (75,2%). Em termos percentuais o estado civil que ocupa o segundo lugar é o solteiro, com uma percentagem de 14%. Os restantes estados civis (união de facto, divorciado e viúvo), apresentam uma menor representatividade no total de respostas concedidas pelos inquiridos (Gráfico 3).

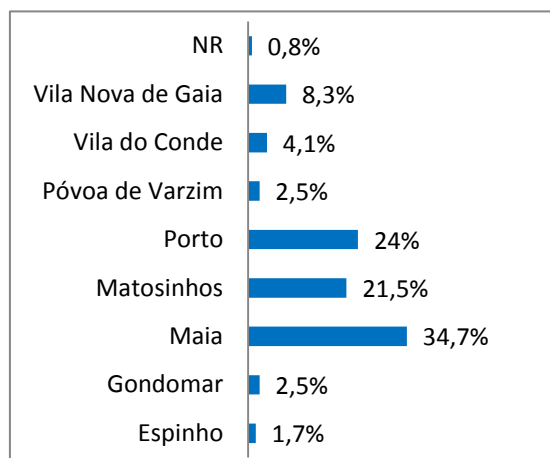
A dimensão do agregado familiar dos agricultores, centra-se maioritariamente entre os 2 e os 4 elementos, sendo as famílias compostas por 4 pessoas as que revelam uma maior representação (32,2%), seguindo-se as famílias com 3 elementos (29,8%) e posteriormente as com 2 elementos (24%). As famílias formadas por 5 ou mais pessoas exibem uma baixa representatividade (8,2%), contudo são as famílias constituídas por apenas 1 elemento, as que apresentam a menor percentagem, com apenas 5,8% do total (Gráfico 4).

Gráfico 5. Concelho de residência dos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6. Concelho onde os agricultores urbanos desenvolvem a atividade agrícola

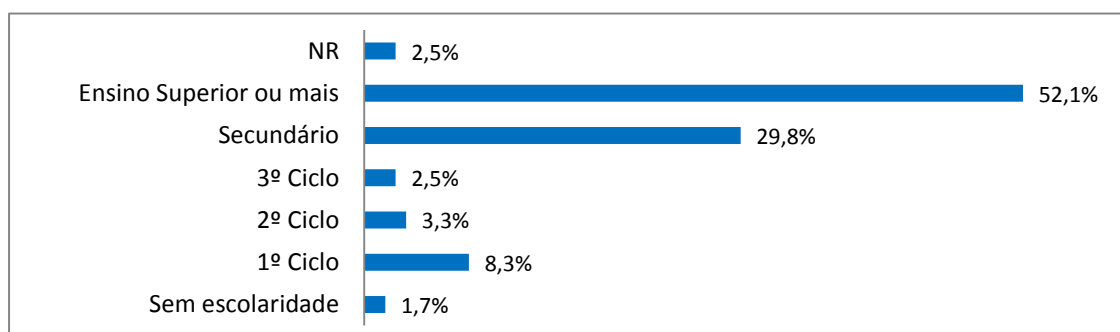


Fonte: Elaboração própria

Os agricultores urbanos que participaram no preenchimento do questionário em análise, indicaram os concelhos de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, todos integrados na AMP, como sendo os locais de residência. A maioria dos agricultores reside no concelho da Maia (26,4%), Porto (25,6%) e Matosinhos (20,7%). O concelho com menor percentagem de agricultores residentes é Espinho (1,7%) (Gráfico 5). De acordo com os dados do Gráfico 6, designado por concelho onde os agricultores urbanos desenvolvem a atividade agrícola, verifica-se que a atividade é realizada principalmente no concelho da Maia (34,7%), Porto (24%) e Matosinhos (21,5%), em oposição a Espinho que exhibe a menor percentagem (1,7%) de agricultores a desenvolverem a atividade no concelho, seguindo-se Gondomar (2,5%) e Póvoa de Varzim (2,5%). A análise do Gráfico 5 e 6 em simultâneo, permite constatar que a maioria dos agricultores urbanos desenvolve a atividade agrícola no concelho de residência.

A maior representatividade do concelho da Maia, Porto e Matosinhos, tanto como local de residência dos agricultores, como também local de prática da agricultura, deve-se ao facto de existirem nestes concelhos um maior número de espaços destinados ao cultivo em comparação com os restantes concelhos. No concelho da Maia entre os vários espaços destinados a prática agrícola é possível encontrar a Horta de Crestins, a Horta da Maia, a Quinta da Gruta, a Horta da Subsistência do Castelo da Maia, a Horta Social do Meilão, a Horta da Tecmaia, a Horta do CICCOPN e a Horta da Escola EB 2,3 da Maia. No concelho do Porto, entre os muitos espaços aproveitados para o cultivo, encontra-se a Horta Municipal de Aldoar, a Horta de Aldoar, a Horta Municipal da Condomínio, a Horta Social de Albergues Nocturnos do Porto, a Horta-Lada, a Horta Social e Paroquial da Sé, a Quinta Musas da Fontainha, entre muitos outros espaços. A Horta de Custóias juntamente com a Horta Parque da Vila, a Horta da Leça da Palmeira, a Horta da Senhora de Hora, a Horta da Nobrinde, a Horta ALADI e a Horta de Leça do Balio, correspondem a alguns exemplos de espaços agrícolas existentes no concelho de Matosinhos. Para além dos espaços referidos existentes nos três concelhos é importante frisar que existem muitas outras áreas destinadas ao cultivo, como são exemplo, os quintais privados.

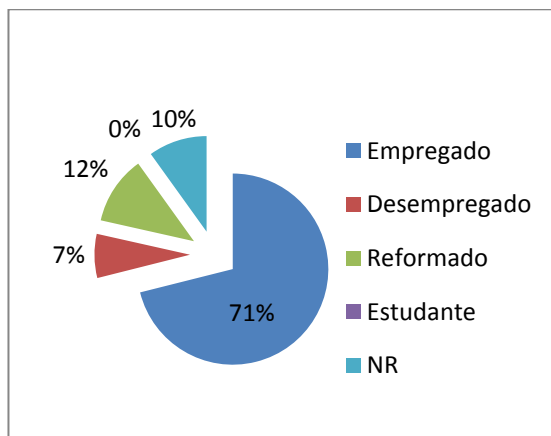
Gráfico 7. Habilitações literárias dos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

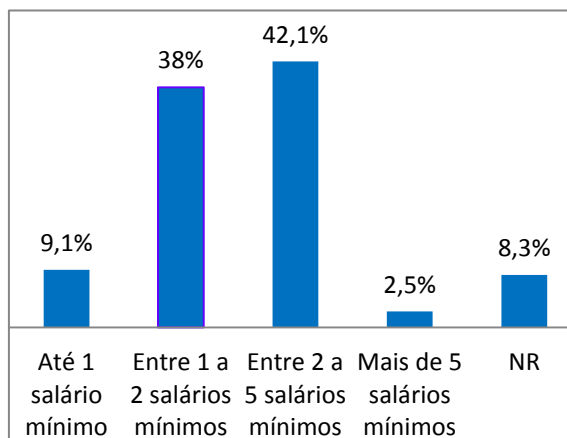
O elevado grau de instrução caracteriza a maioria dos agricultores urbanos. Como se pode observar no Gráfico 7, 52,1% dos agricultores urbanos concluíram o ensino superior ou mais e 29,8% o ensino secundário. Os restantes graus de ensino apresentam percentagens menos significativas, sendo a percentagem de agricultores sem escolaridade muito reduzida, apenas 1,7% do total de respostas.

Gráfico 8. Situação profissional dos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 9. Rendimento mensal dos agricultores urbanos



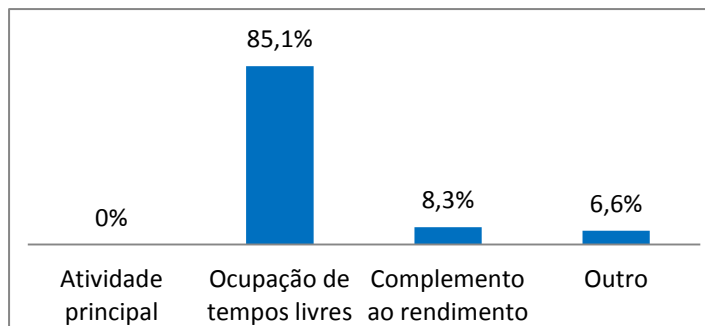
Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito a situação profissional dos agricultores urbanos verifica-se através do Gráfico 8, que a maioria dos agricultores encontram-se empregados (71%), em situação oposta encontram-se apenas 7% dos agricultores. A percentagem de reformados não vai além dos 12%.

Com o intuito de averiguar o rendimento mensal dos agricultores urbanos, foi-lhes pedido para indicarem o seu rendimento mensal, fazendo uma conversão em salários mínimos, sendo-lhes indicado o valor exato de um salário mínimo (485 €). O rendimento dos agricultores situa-se maioritariamente entre os 2 os 5 salários mínimos (42,1%). O segundo grupo com maior expressão é o rendimento mensal entre 1 a 2 salários mínimos, com uma percentagem de 38%. A opção, 5 ou mais salários mínimos, apenas foi indicada por 2,5% dos agricultores (Gráfico 9).

3.2.1.2. Caracterização da agricultura urbana

Gráfico 10. Função da atividade agrícola na vida dos agricultores urbanos

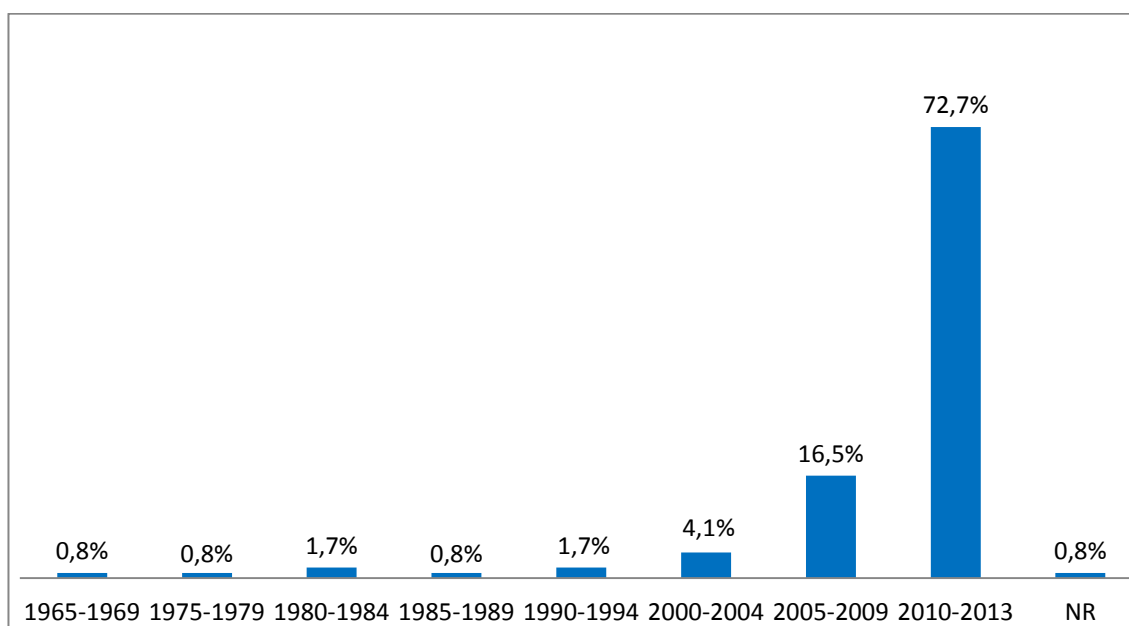


Fonte: Elaboração própria

A ocupação dos tempos livres é a razão indicada pela maioria dos cidadãos, para a realização da atividade agrícola no meio urbano (85,1%). A atividade desenvolvida como complemento ao rendimento apenas é efetuada por 8,3% dos agricultores. Na

análise das motivações que levam ao desenvolvimento da atividade agrícola, verifica-se que o cultivo de alimentos e/ou criação de animais não é a atividade principal de nenhum agricultor (0%) (Gráfico 10).

Gráfico 11. Período de iniciação da atividade agrícola urbana

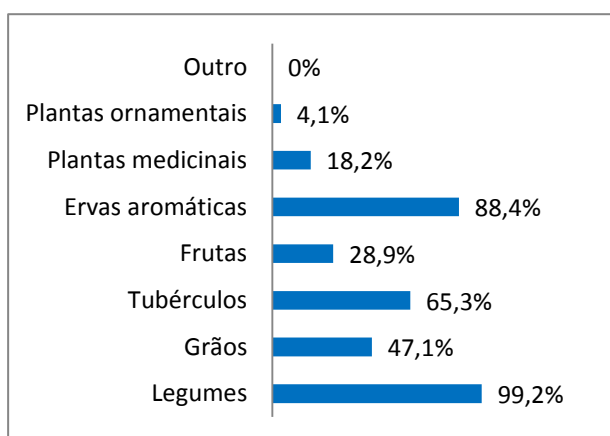


Fonte: Elaboração própria

A pergunta, em que ano começou a praticar agricultura urbana, foi aplicada no Questionário 1, com o intuito de perceber, se existe uma correlação entre o período em que os agricultores iniciaram a atividade agrícola com a crise económica de 2008 (http://www.leap2020.eu/LEAP2020-Annonce-Speciale-Crise-Systemique-Globale-Septembre-2008_a2140.html). Para facilitar a exposição da informação obtida, as respostas foram agrupadas por classes. Através da observação dos dados do Gráfico 11, verifica-se que mais de metade dos agricultores inquiridos, começaram a dedicar algum do seu tempo livre ao desenvolvimento da atividade agrícola, entre o ano de 2010 e o presente ano (72,8%). O

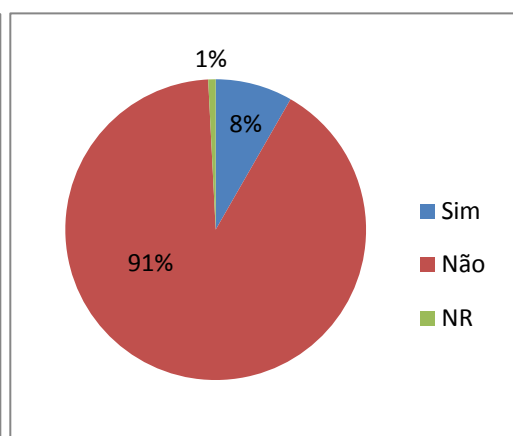
período compreendido entre 2005 e 2009 foi escolhido por 16,6% dos cidadãos urbanos inquiridos, para iniciarem atividade agrícola, apesar de apresentar uma percentagem muito menos significativa, o período entre 2000 e 2004, corresponde a data em que 4,1% dos agricultores, se propuseram começar a realizar diversas tarefas agrícolas. O ano de 2000, corresponde ao período a partir do qual, os agricultores inquiridos, começaram realmente a se aperceber dos benefícios do desenvolvimento da agricultura urbana. A medida que os anos vão passando o número de agricultores que iniciam a atividade agrícola, intensifica-se, sendo o maior pico registado nos últimos anos (2010-2013). O ano de 2008, foi marcado por uma crise económica, cujas consequências ainda hoje são sentidas. O facto do período escolhido pelos agricultores, para iniciarem a atividade agrícola, coincidir com o período de manifestação dos efeitos negativos da crise económica de 2008, leva a crer que agricultura não é só uma ocupação de tempos livres, como a maioria dos agricultores indicou no Gráfico 10, mas também uma forma de complemento ao rendimento, uma vez que o desenvolvimento da agricultura, permite não só diminuir as despesas com a alimentação, como também obter um renda extra através da venda dos excedentes agrícolas. Tendo em conta, toda a informação exposta anteriormente, é possível afirmar que a crise económica de 2008, contribuiu de algum modo para que a maioria dos agricultores despertassem para a questão da agricultura urbana. Esta informação vai de encontro a visão de vários autores, que se debruçam sobre a temática agricultura urbana, e que defendem que os períodos de crise são normalmente acompanhados de um ressurgimento e/ou crescimento da atividade agrícola urbana (MOUGEOT, 2000; GARRETT, 2008; CABANNES, 2012). As hortas urbanas também encontram nestas fases críticas, um maior destaque (HOWE *et al.*, 2005). De acordo com informações da FAO (2007) citadas por ARRUDA (2011), o número de cidadãos associados ao desenvolvimento da atividade agrícola no meio urbano tem tendência a aumentar durante os períodos de crise.

Gráfico 12. Produtos cultivados pelos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13. Criação de animais

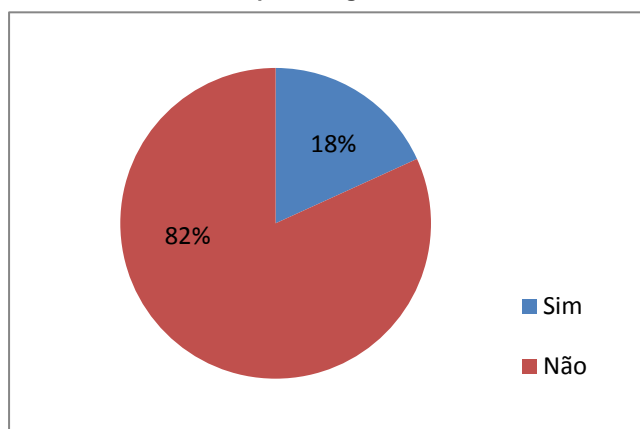


Fonte: Elaboração própria

Quando questionados a certa dos produtos que cultivam, o destaque vai para os legumes uma que vez que quase todos os agricultores urbanos, afirmaram que produzem legumes (99,2%). As ervas aromáticas (88,4%), correspondem ao segundo tipo de produto mais cultivado pelos agricultores, seguindo-se os tubérculos (65,3%), grãos (47,1%), frutas (28,9%), plantas medicinais (18,2%) e por último surgem as plantas ornamentais como o produto menos cultivado (Gráfico 12).

O meio urbano não é local mais propício ao desenvolvimento da pecuária, ainda assim, 8% dos agricultores urbanos inquiridos garantem que fazem criação de animais. Quando questionados à certa de quais os animais que criam, os agricultores mencionaram quatro animais de pequeno porte, galinhas, patos, coelhos e codornizes. A maioria dos agricultores (91%), apenas se dedicam ao cultivo de alimentos, a criação de animais não faz parte da sua atividade agrícola (Gráfico 13). Esta informação vai de encontro ao defendido por MADALENO (2002), que faz referência à criação de animais, como sendo uma prática menos recorrente na agricultura urbana e que se caracteriza principalmente pela criação de animais de pequeno porte.

Gráfico 14. Necessidades alimentares colmatadas com a prática agrícola

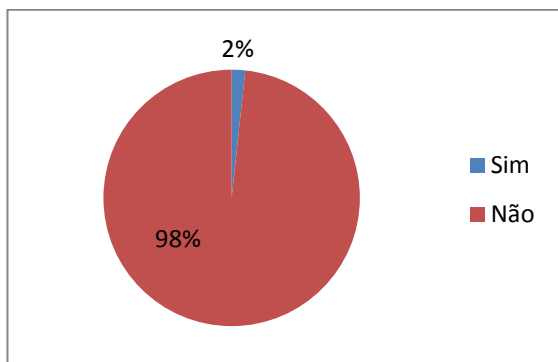


Fonte: Elaboração própria

Os produtos cultivados, pelos agricultores no meio urbano, não são suficientes para fazer face às necessidades alimentares do agregado familiar de 82% dos agricultores. Somente 18% dos agricultores garantem que os alimentos que produzem preenchem as suas necessidades alimentares.

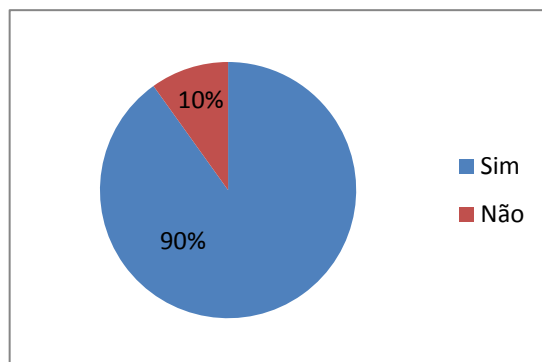
Contudo é importante frisar que muitos dos agricultores que responder de modo positivo a está questão, referiram que apenas não têm necessidade adquirir no mercado os produtos que cultivam, todos os outros que integram a dieta alimentar da família e não produzem, têm de ser comprados. Atendendo a esta informação é possível dizer que 82% dos agricultores têm necessidade de adquirir no mercado alimentos que produzem, por não serem suficientes para colmatarem as suas necessidades alimentares (Gráfico 14).

Gráfico 15. Comercialização da produção



Fonte: Elaboração própria

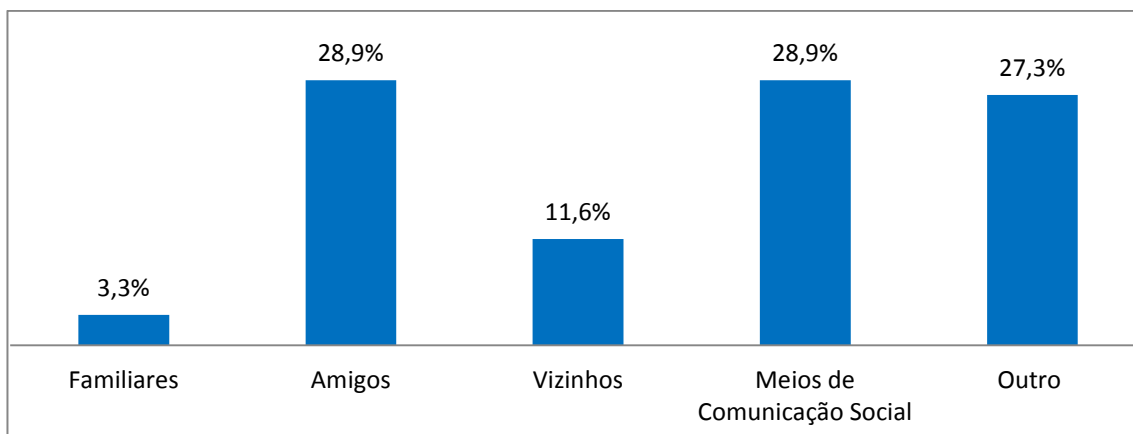
Gráfico 16. Doação dos excedentes agrícolas



Fonte: Elaboração própria

Com o intuito de averiguar o destino dos produtos cultivados pelos agricultores urbanos, foi-lhes perguntado se vendiam os alimentos que produziam, ao que, a quase totalidade dos produtores responderam que não (98%), só 2% dos agricultores afirmaram vender os excedentes agrícolas (Gráfico 15). Ainda na análise do destino dos produtos agrícolas, 90% dos agricultores confirmaram que oferecem os alimentos que cultivam e que não são consumidos pelo seu agregado familiar. A produção agrícola dos restantes 10% não se destina à partilha com familiares, amigos ou vizinhos, ou seja, apenas se destina a colmatar as necessidades do agregado familiar do agricultor (Gráfico 16).

Gráfico 17. Conhecimento da horta urbana

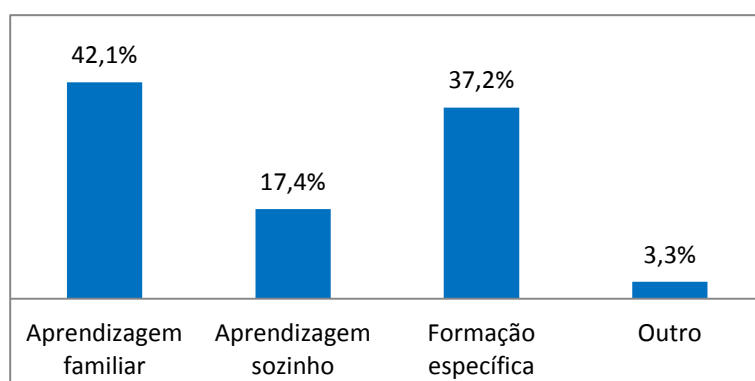


Fonte: Elaboração própria

A atividade agrícola urbana, pode ser desenvolvida em diversos espaços das áreas urbanas, porém as hortas urbanas, correspondem à maioria dos locais disponibilizados para a realização da atividade, uma vez que a maioria da população urbana não é proprietária de um espaço, onde possa desenvolver a atividade. Os Meios de Comunicação Social (Internet, Jornais, Rádio, Televisão) assim como os amigos, foram indicados pela mesma percentagem de agricultores (28,9%), quando questionados, teve conhecimento da horta onde está a

trabalhar por. A opção outro, foi assinalada por 27,3% dos agricultores, ao indicarem esta opção, em seguida os agricultores referiam as diversas formas como tiveram conhecimento da horta urbana onde desenvolvem a atividade agrícola. A opção outro, foi seleccionada por alguns agricultores que não encontraram nas restantes opções, uma que compreende-se a sua realidade, uma vez que desenvolvem atividade no quintal da sua residência. A localização da horta, próxima a um local de passagem foi a forma como alguns agricultores tomaram conhecimento da existência do espaço, outros agricultores referiram que o espaço onde se dedicam a agricultura foi cedido pela entidade empregada. A Associação Movimento Terra Solta, a LIPOR e o Gabinete de Apoio da Gaiurb, foram as respostas dadas pelos restantes agricultores que assinalaram a opção outro. Apenas 3,3% dos agricultores inquiridos mencionaram ter tido conhecimento da horta urbana por familiares.

Gráfico 18. Conhecimentos agrícolas

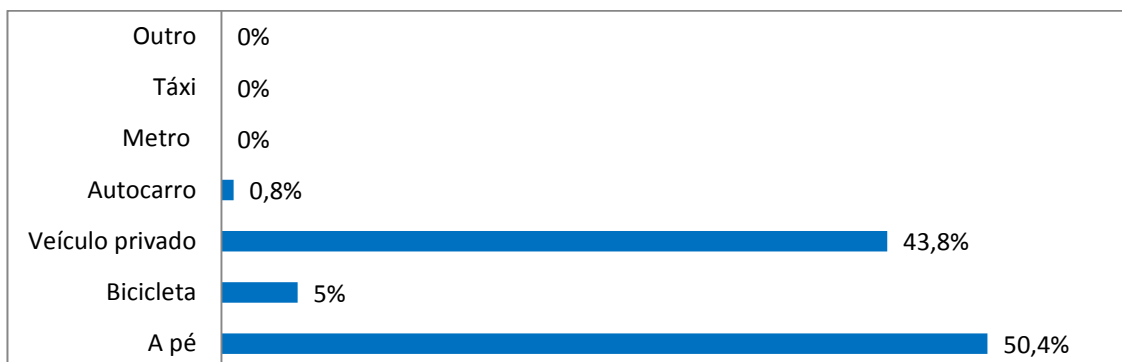


Fonte: Elaboração própria

O desenvolvimento da atividade agrícola implica determinados conhecimentos teóricos e práticos, que a maioria dos agricultores inquiridos obteve através de familiares (42,1%). A realização de uma ou mais formações

específicas foi o caminho encontrada por 37,2% dos agricultores, para aquisição de conhecimento que lhes permitem a execução das tarefas agrícolas. A auto-aprendizagem (aprendizagem sozinho) é indicada por 17,4% dos agricultores, como a forma de obtenção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da agricultura. A opção outro, foi indicada por 3,3% dos agricultores, ao assinalarem esta opção, de seguida os agricultores especificaram a internet e o contacto com outros agricultores como a forma encontrada para apreender a trabalhar a terra (Gráfico 18).

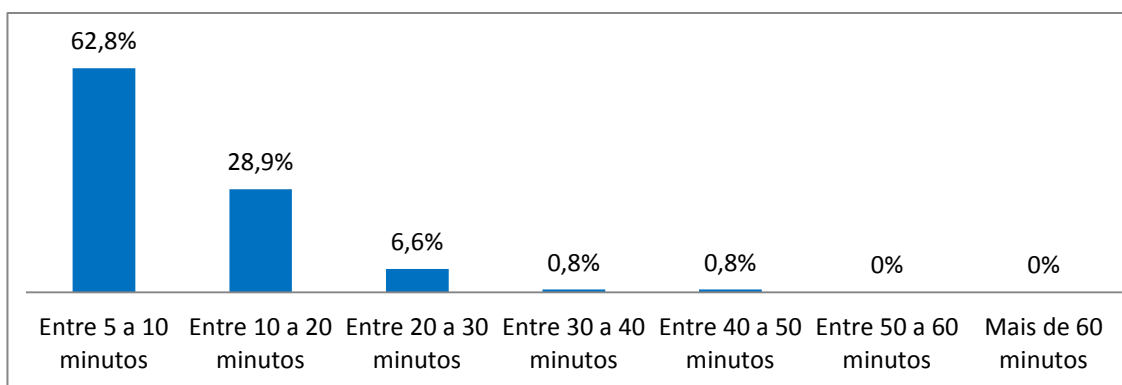
Gráfico 19. Meio de deslocação para o local de cultivo



Fonte: Elaboração própria

A maioria dos agricultores desloca-se a pé (50,4%) para o local onde desenvolvem a atividade agrícola. O veículo privado é utilizado por 43,8% dos agricultores. Assim, tendo em conta a presente informação, verifica-se que a quase totalidade dos agricultores desloca-se a pé ou de veículo privado, sendo a percentagem de agricultores que recorre à bicicleta, como meio de deslocação, de apenas 5%. Porém a menor percentagem recai sobre o autocarro que só é utilizado por 0,8% dos agricultores. Com o intuito de abranger o maior número de respostas possíveis, foram incluídas na questão opções de resposta, como metro, táxi e outro, que não foram de encontro a realidade de nenhum dos agricultores inquiridos (Gráfico 19).

Gráfico 20. Tempo de deslocação

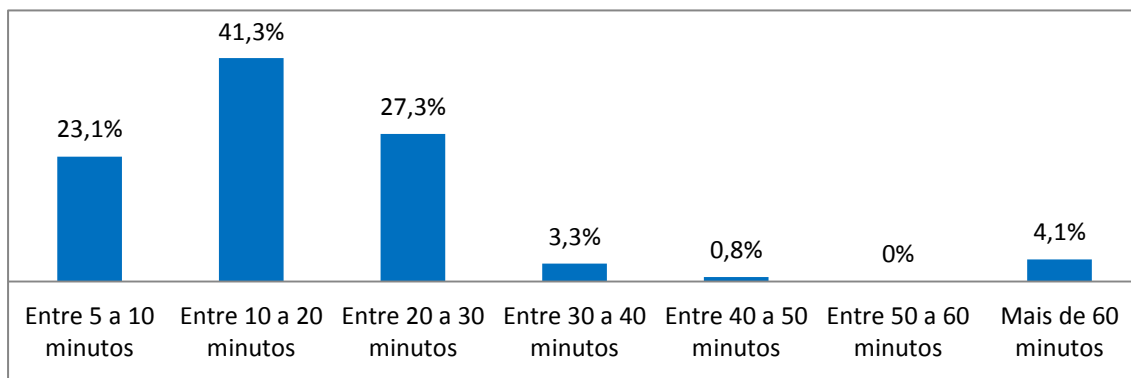


Fonte: Elaboração própria

Em relação, ao tempo necessário para o agricultor se deslocar da sua residência para área onde realiza a atividade agrícola, verifica-se que a maioria dos agricultores demora entre 5 a 10 minutos (62,8%), enquanto 28,9% dos agricultores inquiridos precisa de entre 10 a 20 minutos. A medida que os intervalos de tempo vão aumentando, a percentagem de agricultores que assinala essas opções vai diminuindo. Entre 20 a 30 minutos, corresponde ao tempo necessário para 6,6% dos agricultores se deslocarem até ao terreno agrícola. Somente 0,8% dos agricultores demoram entre 30 a 40 minutos na deslocação, a mesma percentagem de agricultores necessita entre 40 a 50 minutos. Nenhum dos agricultores inquiridos, precisa

de mais de 50 minutos para percorrer o trajeto entre a sua residência e lugar onde realiza a atividade agrícola (Gráfico 20).

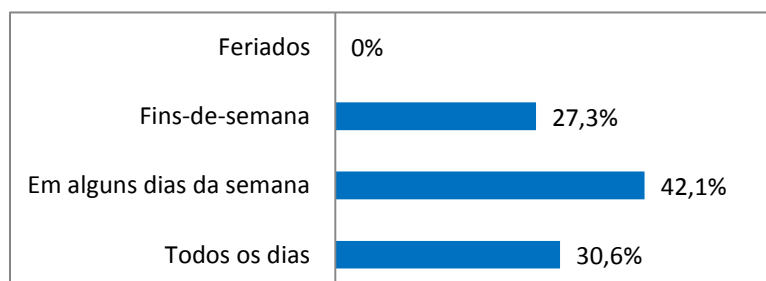
Gráfico 21. Tempo máximo de deslocação



Fonte: Elaboração própria

Com a intenção de perceber qual o máximo de tempo que o agricultor está disposto a despende para se deslocar da sua área de residência para uma local, onde possa desenvolver a atividade agrícola, originou a integração desta questão no presente questionário em análise. A maioria dos agricultores, admite ser capaz de despende no máximo entre 10 a 20 minutos, na deslocação entre a sua área de residência e o lugar de produção agrícola (41,3%). Aproximadamente 27% dos agricultores, mostram-se dispostos a gastar entre 20 a 30 minutos, enquanto 23,1% apenas se manifesta disponível para despende no máximo entre 5 a 10 minutos. Mais de 60 minutos, corresponde ao período que 4,1% dos agricultores pode demorar para percorrer o itinerário entre o local de residência e o terreno agrícola, já 3,3% dos agricultores apenas se mostram capazes de demorar no máximo entre 30 a 40 minutos. As menores percentagens recaem sobre o período entre 40 a 50 minutos (0,8%) e entre 50 a 60 minutos (0%) (Gráfico 21).

Gráfico 22. Período de realização da atividade agrícola



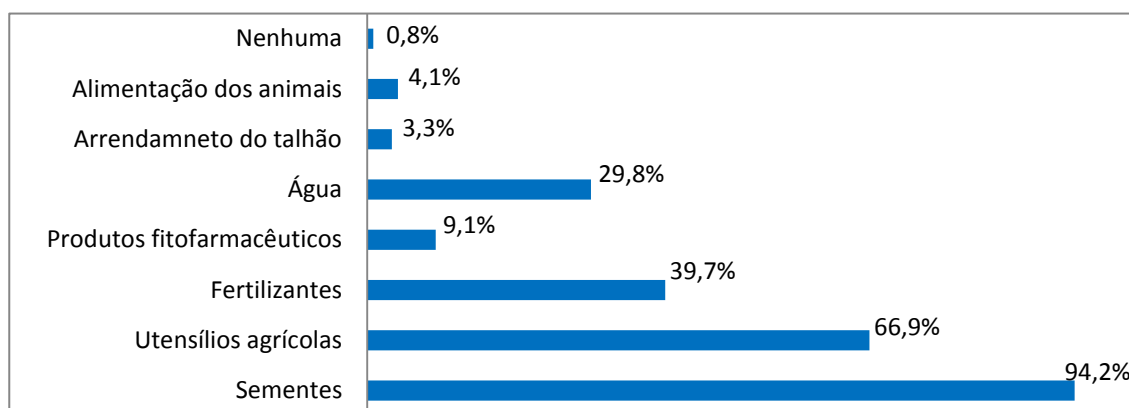
Fonte: Elaboração própria

A escolha do período para a realização das tarefas agrícolas é uma opção pessoal de cada agricultor e que se encontra dependente da profissão das obrigações pessoais,

entre outros aspetos. A maioria dos agricultores opta por realizar os trabalhos agrícolas em alguns dias da semana (42,1%), enquanto 30,6% dos agricultores consegue ter uma dedicação diária à atividade agrícola. O fim de semana corresponde aos dias escolhidos por

27,3% dos agricultores, para o desenvolvimento da atividade agrícola (Gráfico 22). Durante a fase inicial de recolha de questionários, foi possível constatar que o final da tarde é o horário escolhido por grande parte dos agricultores para a realização das tarefas agrícolas, após terem cumprido o horário laboral.

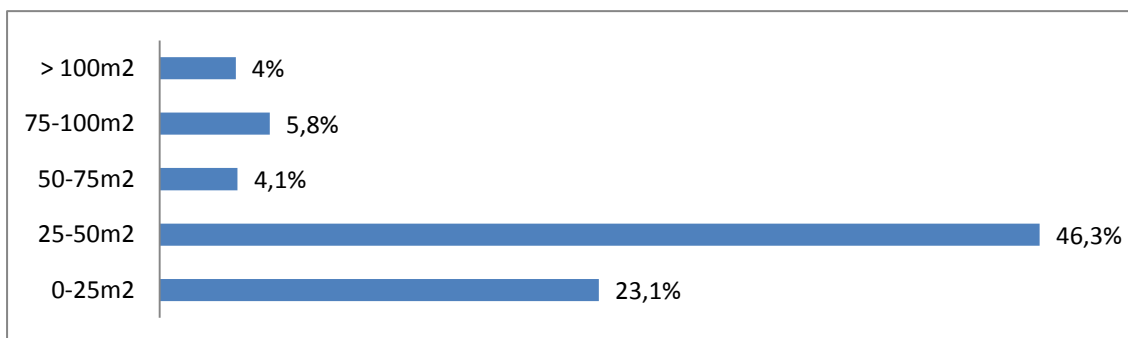
Gráfico 23. Despesas com a prática da agricultura



Fonte: Elaboração própria

Na agricultura, como na maioria das atividades existe normalmente custos inerentes ao seu desenvolvimento, por isso evidencia-se necessário averiguar quais os tipos de despesas que o desenvolvimento da atividade agrícola acarreta para os agricultores inquiridos. A quase totalidade dos agricultores menciona ter gastos com a aquisição de sementes (94,2%), sendo a compra de utensílios agrícolas o segundo tipo de despesa mais referido pelos agricultores (66,9%), seguindo-se os gastos com fertilizantes (39,7%). A água, indispensável para a realização da atividade agrícola, corresponde ao quarto tipo de despesa mais indicada pelos agricultores (29,8%), tal facto é explicado por muitos agricultores terem de fazer uso da água da rede pública para regar as suas produções. Apenas 9,1% dos agricultores compra produtos fitofarmacêuticos, de acordo com um grande número de agricultores que colaboraram no preenchimento do presente questionário em análise, o recurso a produtos fitofarmacêuticos não é permitido nos espaços agrícolas ao encargo da LIPOR, como a maioria dos espaços disponibilizados para o cultivo são da responsabilidade desta entidade, a maioria dos agricultores não têm necessidade de adquirir produtos fitofarmacêuticos. Como foi demonstrado anteriormente através da análise do Gráfico 13, apenas 8% dos agricultores inquiridos faz criação de animais, o que permite perceber a pequena percentagem de agricultores que apresentam gastos com a alimentação dos animais (4,1%). O arrendamento do local, onde desenvolvem a atividade agrícola é uma despesa suportada por 3,3% dos agricultores. Por último é importante referir que só 0,8% dos agricultores alegam não ter nenhuma despesa com a agricultura (Gráfico 23).

Gráfico 24. Dimensão mínima (m2) funcional de um talhão agrícola



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à pergunta, qual a dimensão mínima (m2) funcional que deverá ter um talhão para a prática da agricultura, a maioria dos agricultores respondeu entre 25 a 50 m2 (46,3%). Para 23,1% dos agricultores a dimensão compreendida entre 0 e 25 m2 é o suficiente, já 5,8% dos agricultores acreditam que a dimensão ideal encontra-se entre os 75 e os 100 m2. Apenas 4,1% dos agricultores consideram satisfatório, um local com uma dimensão entre 50 e 75 m2. A opção mais de 100 m2 foi assinalada por 4% dos agricultores (Gráfico 24).

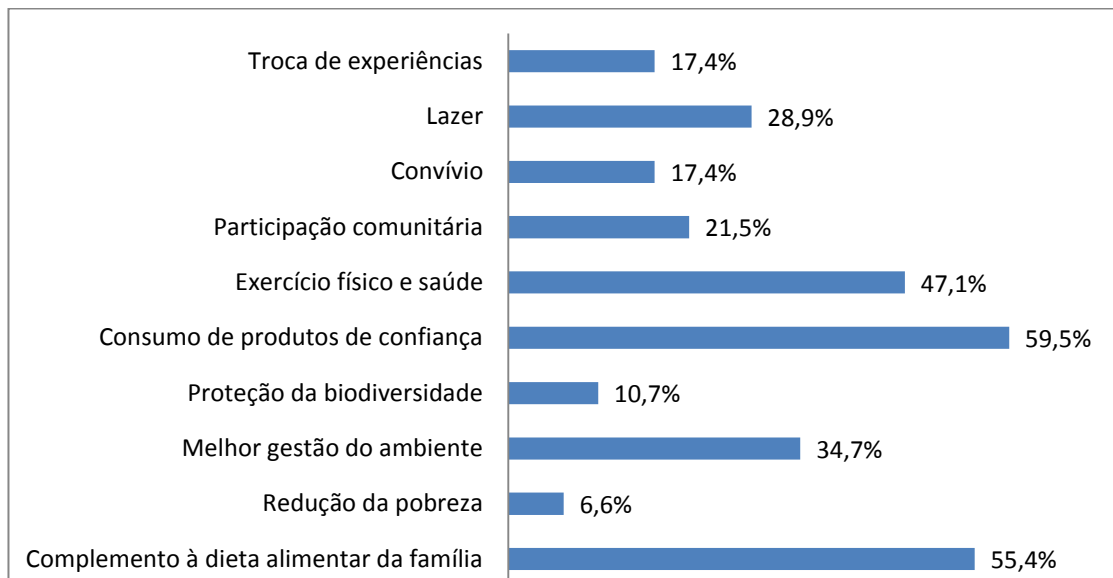
Quadro 3. Satisfação com o local que dispõem para a prática da agricultura

	Frequência	Porcentagem
Sim	102	84,3%
Não	19	15,7%
Total	121	100%

Fonte: Elaboração própria

O local de desenvolvimento da atividade agrícola, foi alvo de análise por parte dos agricultores inquiridos, ao serem questionados se estão ou não satisfeitos com a área que dispõem para a prática da agricultura, 102 dos 121 agricultores questionados, afirmam estarem satisfeitos, apenas se demonstraram descontentes 19 agricultores. A razão apontada por 12 dos 19 agricultores para o descontentamento que sentem, prende-se com a reduzida dimensão do terreno agrícola, alguns destes agricultores ainda frisam que este facto limita muito o desenvolvimento da atividade, uma vez que não lhes permite cultivar determinados alimentos, nem criar animais. A má drenagem do terreno agrícola corresponde ao motivo indicado por 3 dos agricultores descontentes. Os restantes agricultores mencionaram que a sua insatisfação advém dos lotes agrícolas que possuem serem muito sombrios, o que não permite ter boas colheitas (Quadro 3).

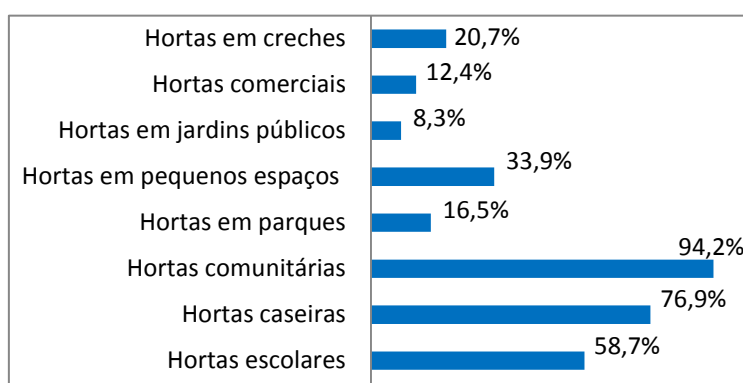
Gráfico 25. Benefícios da agricultura urbana



Fonte: Elaboração própria

A agricultura à semelhança de outras atividades é desenvolvida pelos benefícios que trás a quem a realiza. Nesta perspetiva, foi pedido aos agricultores inquiridos para assinalarem os que consideram ser os três principais benefícios da agricultura que praticam. O consumo de produtos de confiança corresponde a opção mais assinalada pelos agricultores (59,5%), seguindo-se a opção, complemento à dieta alimentar da família (55,4%) e posteriormente exercício físico e saúde (47,1%). A redução da pobreza (6,6%) é o benefício menos indicado pelos agricultores (Gráfico 25).

Gráfico 26. Tipos de hortas existentes na cidade

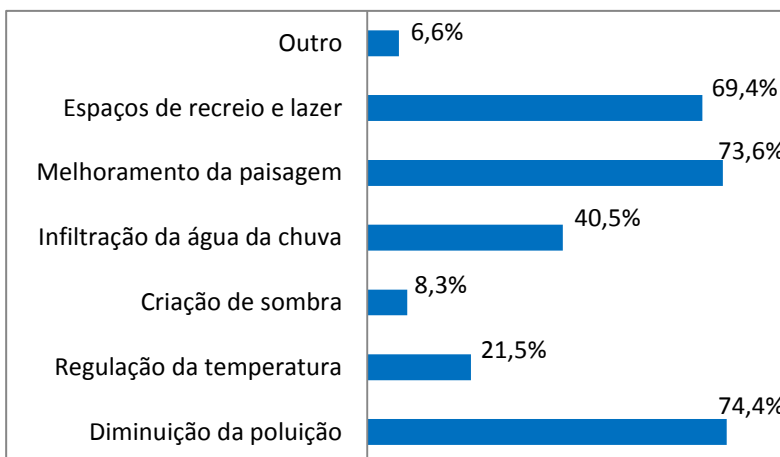


Fonte: Elaboração própria

O conhecimento que os agricultores têm em relação ao tipo de hortas que podem existir na cidade, foi averiguado no presente questionário. Entre as várias opções concedidas aos agricultores, as hortas comunitárias correspondem à opção mais assinalada (94,2%), seguindo-se as hortas caseiras (76,9%) e logo de seguida as hortas escolares (58,7%). Pela reduzida percentagem de agricultores que indicaram a opção hortas em jardins públicos (8,3%), esta será na visão da grande maioria dos agricultores o tipo de horta menos provável de ser encontrado nas áreas urbanas (Gráfico 26).

Gráfico 27. Benefícios das hortas urbanas enquanto espaços verdes

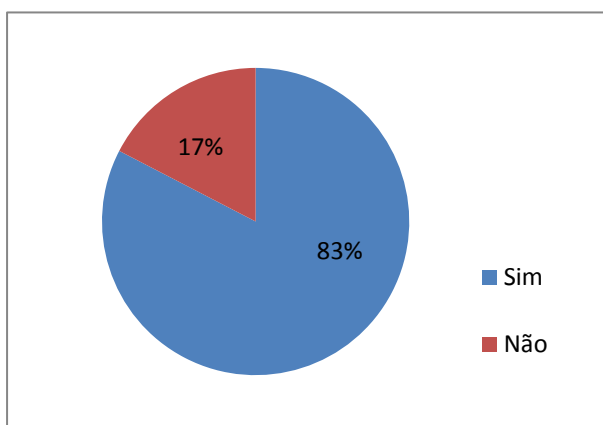
As hortas urbanas enquanto espaços verdes podem trazer à cidade vários benefícios. Tendo em conta esta informação, foi pedido aos agricultores para indicarem todos os que consideram ser os benefícios advindos das hortas urbanas,



Fonte: Elaboração própria

enquanto espaços verdes. A diminuição da poluição corresponde ao aspecto mais mencionado pelos agricultores (74,4%), seguindo-se o melhoramento da paisagem (73,6%). As hortas urbanas enquanto espaços de recreio e lazer é o terceiro benefício mais indicado pelos agricultores. A criação de sombra (8,3%) juntamente com a opção outro (6,6%), foram aos benefícios menos assinalados pelos agricultores. Aos agricultores que assinalaram a opção outro, foi-lhes pedido para especificar o benefício. Entre os benefícios referidos, encontra-se a diminuição de áreas devolutas e esteticamente negativas, uma forma de sentir o campo na cidade e ainda uma meio para acrescentam valor social e económico as áreas urbanas (Gráfico 27).

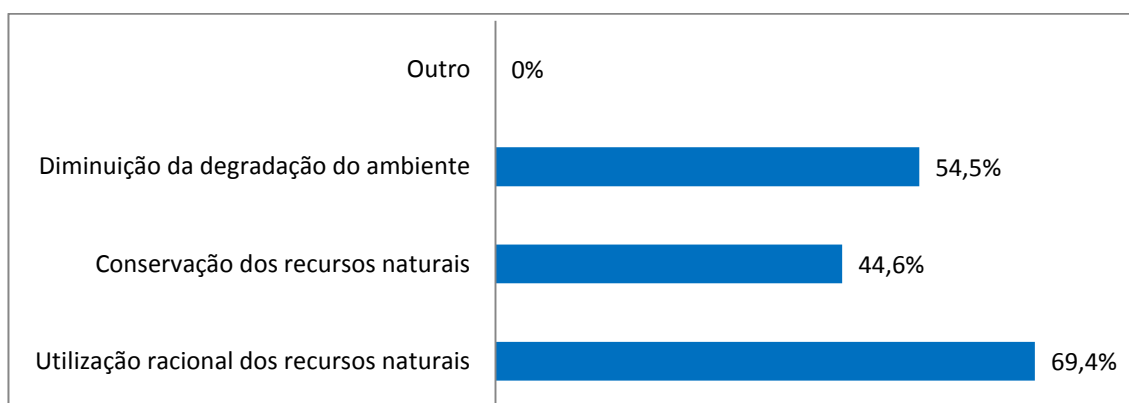
Gráfico 28. Agricultura urbana sustentável



Fonte: Elaboração própria

O respeito pelo ambiente é o principal foco da agricultura sustentável. Quando questionados, sabe o que é a agricultura urbana sustentável, a maioria dos agricultores inquiridos responderam de forma positiva (83%), já 17% dos agricultores demonstrara desconhecer o que é na verdade a agricultura sustentável (Gráfico 28).

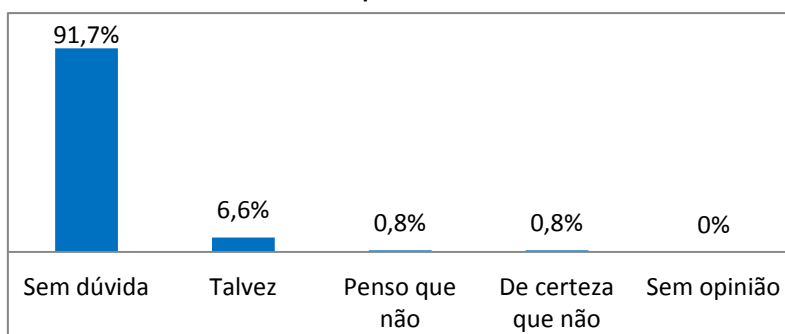
Gráfico 29. Principais benefícios da agricultura urbana sustentável



Fonte: Elaboração própria

A análise do Gráfico 29, requer primeiramente um breve esclarecimento, pois apenas foi solicitado aos agricultores que responderam positivamente a questão, sabe o que é a agricultura urbana sustentável (Gráfico 28), a responderem à pergunta, quais são para si os principais benefícios da agricultura urbana sustentável. A utilização racional dos recursos naturais, corresponde a opção mais selecionada pelos agricultores (69,4%), seguindo-se a diminuição da degradação do ambiente (54,5%) e por último a conservação dos recursos naturais (44,6%).

Gráfico 30. Capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade



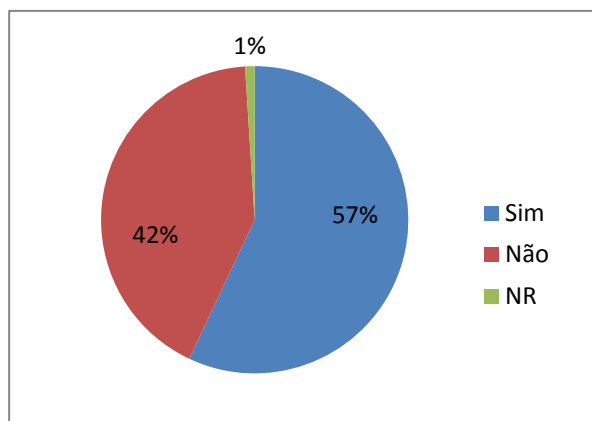
Fonte: Elaboração própria

À pergunta, pensa que a agricultura urbana é capaz de produzir produtos de qualidade, a maioria dos agricultores respondeu, sem dúvida (91,7%). Na visão de 6,6% dos agricultores,

talvez a agricultura urbana possa gerar produtos de qualidade. Já 1,6% dos agricultores não compartilha da mesma opinião da maioria, quanto a capacidade da atividade agrícola urbana produzir produtos de qualidade. Dos 1,6% dos agricultores, 0,8% assinalaram a opção penso que não e os restantes a opção de certeza que não (Gráfico 30).

Gráfico 31. Qualidade dos produtos cultivados no espaço urbano

A maioria dos agricultores inquiridos, considera que os alimentos cultivados nas áreas urbanas apresentam a mesma qualidade que os cultivados no espaço rural (57%), contudo ainda existe uma percentagem bastante significativa (42%) de agricultores que defende o oposto. Os agricultores, que não acreditam na qualidade dos produtos produzidos nas áreas urbanas, apontam a poluição

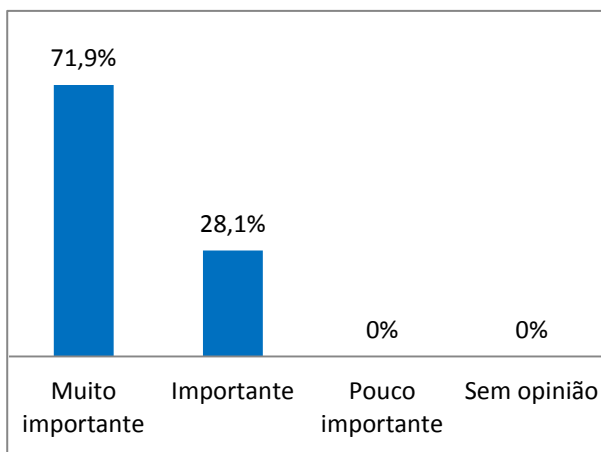


Fonte: Elaboração própria

atmosférica e a contaminação dos recursos edáficos e hídricos, como as principais causas da menor qualidade dos produtos obtidos com o desenvolvimento da agricultura urbana (Gráfico 31). Alguns dos agricultores inquiridos, que defendem, que os alimentos cultivados nas áreas urbanas não apresentam a mesma qualidade que os produzidos nos espaços rurais, afirmam que tal é perceptível através do sabor e aroma dos alimentos.

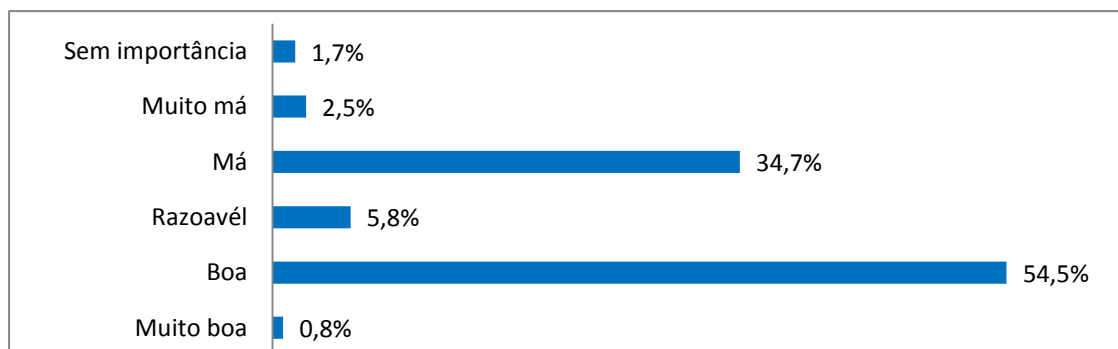
Gráfico 32. Importância atribuída aos produtos consumidos

O que pensam os agricultores em relação à qualidade dos produtos agrícolas que consomem, foi a questão que permitiu verificar, que aproximadamente 72% dos agricultores dá muita importância a qualidade dos produtos agrícolas que integram a sua dieta alimentar, já 28,1% dos agricultores considera importante, não existindo nenhum agricultor que atribuída pouca importância a presente questão (Gráfico 32).



Fonte: Elaboração própria

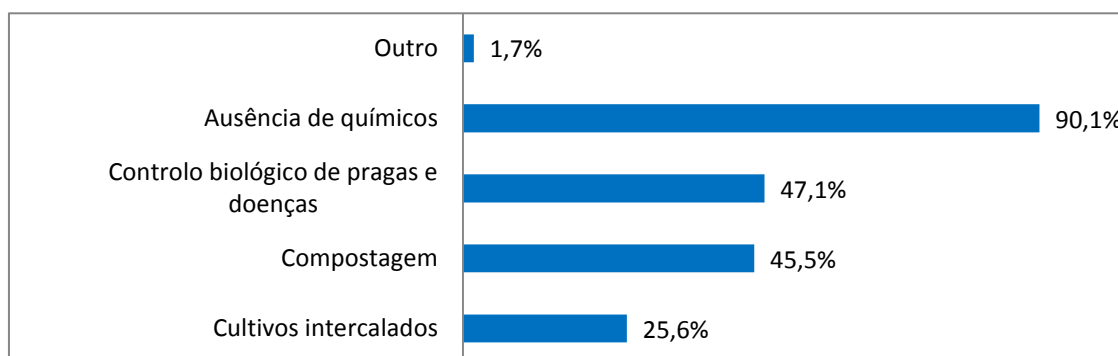
Gráfico 33. Qualidade dos produtos agrícolas que se encontram atualmente no mercado



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 33 revela, o que os agricultores pensam em relação a qualidade dos produtos agrícolas que atualmente estão no mercado. A maioria dos agricultores, considera que os produtos existentes no mercado apresentam uma boa qualidade (54,5%), porém esta visão não é comum a todos os agricultores, para aproximadamente 35% dos produtores agrícolas, a qualidade dos alimentos advindos da atividade agrícola existentes no mercado é má. Apenas 5,8% dos agricultores admite que os produtos são razoáveis. A opção muito boa foi a menos seleccionada pelos agricultores (0,8%).

Gráfico 34. O que os agricultores urbanos entendem por agricultura biológica

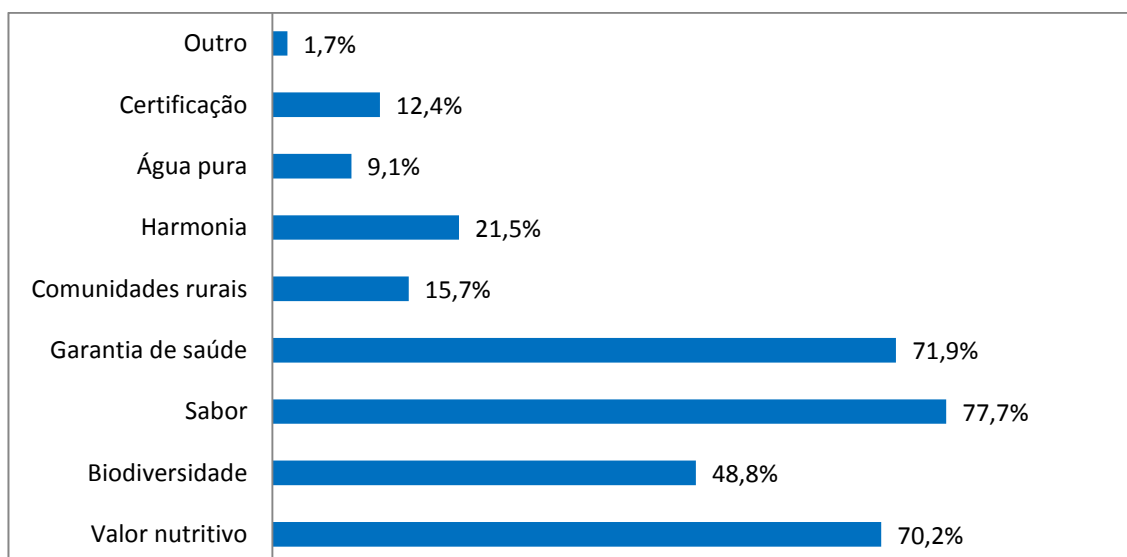


Fonte: Elaboração própria

Aos agricultores urbanos, foi-lhes pedido para selecionarem as opções que consideram responder a questão, o que entende por agricultura biológica. A maioria assinalou a opção ausência de químicos (90,1%), seguindo-se o controlo biológico de pragas e doenças (47,1%) e posteriormente a compostagem (45,5%). De acordo, com a indicação de vários agricultores inquiridos é comum aos diferentes espaços onde a atividade agrícola urbana é desenvolvida, existir um local destinado a compostagem. A compostagem é um processo biológico que faz uso de restos de legumes, cascas de fruta e de ovos, borros de café incluindo os filtros, folhas, aparas de relva, flores, palha, entre outros componentes. O produto resultante da compostagem, o composto pode ser aplicado diretamente sobre o solo, conferindo-lhe vários benefícios. A reutilização de resíduos, sobretudo orgânicos para a fertilização do solo, é

entendida por MOUGEOT (2007), LOVELL (2010) como uma vantagem da atividade agrícola urbana, que é realizada por vários agricultores inquiridos. A opção outro, apenas foi indicada por 1,7% dos agricultores, ao seleccionarem esta opção, de seguida os agricultores indicaram a rotação de culturas, como sendo na sua conceção uma técnica que caracteriza a agricultura biológica (Gráfico 34).

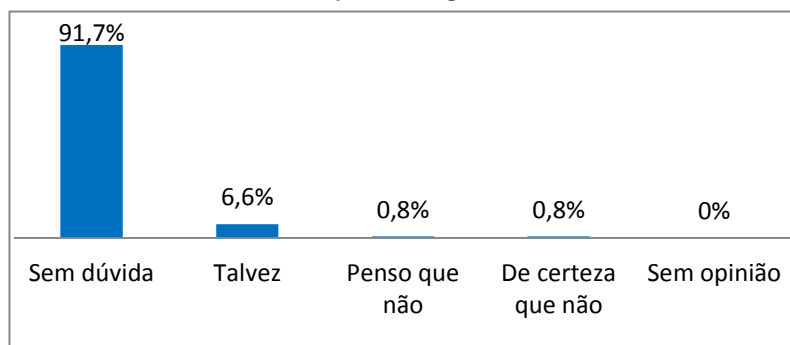
Gráfico 35. Contribuições da agricultura biológica



Fonte: Elaboração própria

Quando questionados, quais são para si as principais contribuições da agricultura biológica, a maioria dos agricultores indicou o sabor (77,7%), seguindo-se a garantia de saúde (72,9%) Com uma percentagem também na ordem dos 70%, surge o valor nutritivo (70.2%). A diminuição da poluição dos recursos edáficos e hídricos devido a ausência de químicos, corresponde as contribuição apresentada pelos agricultores que assinalaram a opção outro (1,7%) (Gráfico 35).

Gráfico 36. A agricultura biológica é um meio para aumentar a qualidade dos produtos agrícolas



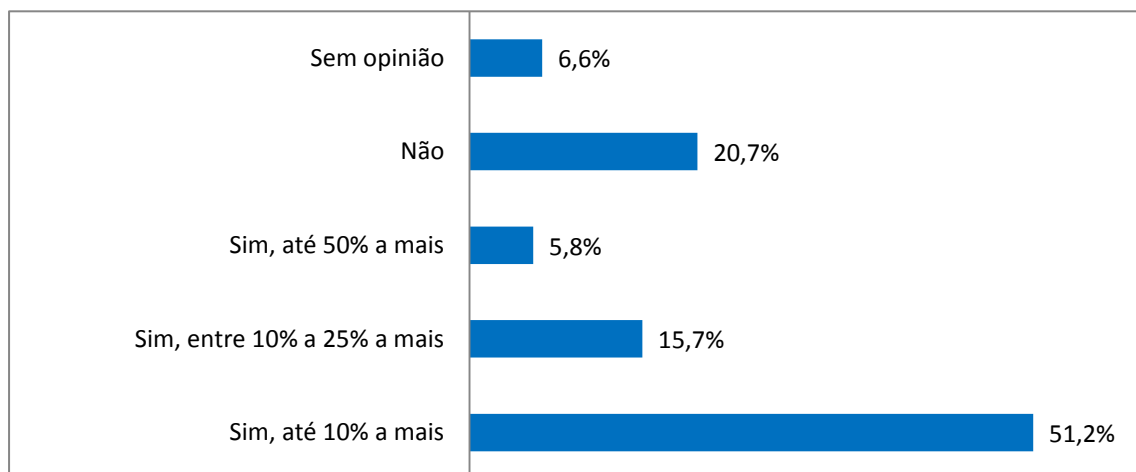
Fonte: Elaboração própria

Na visão de aproximadamente 92% dos agricultores inquiridos, a agricultura biológica, pode ser sem dúvida um meio para aumentar a qualidade dos produtos agrícolas, já

6,6% dos agricultores não se mostram tão convictos e afirmam apenas que talvez seja. A

mesma opinião positiva não é partilhada pelos restantes agricultores, 0,8% pensam que o modo de cultivo biológico não é capaz de acrescentar qualidade as produtos agricultores, a mesma percentagem de agricultores vai ainda mais longe, ao assinalarem a opção, de certeza que não (Gráfico 36).

Gráfico 37. Percentagem a mais, que os agricultores estão dispostos a pagar pela aquisição de produtos biológicos

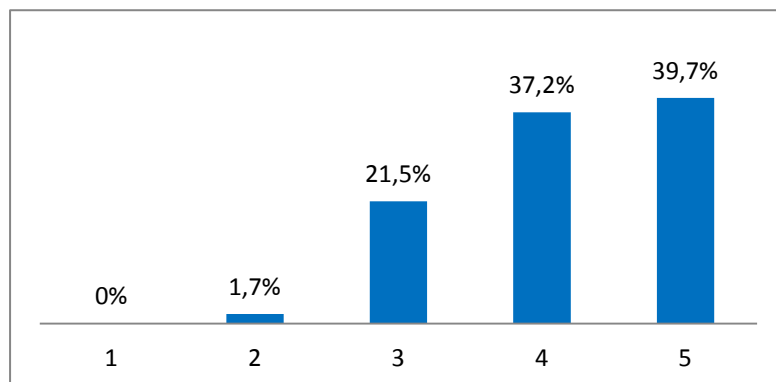


Fonte: Elaboração própria

À pergunta, está disposto a pagar mais pelo consumo de produtos biológicos, 20,7% dos agricultores responderam que não e 6,6% afirmaram não ter uma opinião formada sobre a questão. Os restantes agricultores, que são a maioria, confirmaram estar dispostos a pagar mais para poderem consumir produtos biológicos. Dos agricultores que responderam sim, 51,2% encontram-se dispostos a pagar até 10% a mais, 15,7%, entre 10% a 25% a mais e 5,8% até 50% a mais. A medida que o valor a pagar aumenta a percentagem de agricultores dispostos a pagar mais para adquirir bens alimentares biológicos diminui (Gráfico 37).

A análise do contributo da agricultura, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos urbanos que se dedicam a atividade, encera a exposição e análise da informação obtida com a aplicação do presente inquérito por questionário.

Gráfico 38. Importância da atividade agrícola para a qualidade de vida dos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 38, retrata a importância que o desenvolvimento da atividade agrícola tem para a qualidade de vida dos agricultores. Os agricultores foram chamados a indicarem, uma escala de 1 a 5,

sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante, qual a importância da agricultura que praticam, para a sua qualidade de vida. Aproximadamente 40% dos agricultores, atribuíram a pontuação máxima ao contributo da agricultura para melhoria da sua qualidade de vida. Os restantes 60% das respostas, encontram-se divididas entre a pontuação 2 e 4, uma vez que a pontuação 1 não foi indicada por nenhum agricultor. Entre a pontuação 2 e 4, a mais assinalada pelos agricultores urbanos foi a 4 (37,2%), seguindo-se a pontuação 3 (21,5%) e por último a 2, assinalada apenas por 1,7% dos inquiridos. O gráfico em análise, demonstra que o desenvolvimento da atividade agrícola apresenta um contributo muito significativo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, visto que as pontuações mais altas foram seleccionadas pela maioria dos inquiridos, confirmado a visão GARNETT (1996), HYNES (1996), WHEELER e HOWE (1999), citados por HOWE *et al.* (2005). Todos os autores defendem que um dos maiores contributos da prática agrícola urbana é ser capaz de melhorar significativamente a qualidade de vida da população citadina.

3.2.2. Questionário 2 - Prática agrícola rural e urbana

A agricultura enquanto atividade do sector primário, encontra-se fortemente vinculada ao espaço rural, pois é nessas áreas que se depara com um conjunto de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, porém este não é o único local onde a atividade agrícola se manifesta, como comprova a agricultura urbana. A participação de agricultores rurais e urbanos no preenchimento do presente questionário em análise, permitiu averiguar os aspetos comuns e específicos da agricultura rural e urbana e ainda perceber como os agricultores rurais e urbanos vêem a agricultura realizada nas áreas urbanas.

A implementação do Questionário 2 pretendeu averiguar:

- As diferenças entre a atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores nos espaços rurais e nas áreas urbanas, através da/o:
 - Caracterização da atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores no espaço rural e no espaço urbano (motivações que estão na origem da dedicação à atividade; produtos mais cultivados e/ou criados e o seu destino; aquisição dos conhecimentos agrícolas necessários a execução dos trabalhos agrícolas; meio e tempo de deslocação para o local de cultivo; período de realização das tarefas agrícolas; tipo de despesas; satisfação/descontentamento com o local de cultivo);
 - Identificação dos três principais benefícios alcançados com o desenvolvimento da agricultura na visão dos agricultores inquiridos;
 - Averiguação da importância que tem a agricultura na qualidade de vida de quem realiza a atividade.
- A visão que os agricultores que desenvolvem a atividade agrícola nos espaços rurais e nas áreas urbanas têm em relação a agricultura realizada nas áreas urbanas, através da/o:
 - Averiguação dos conhecimentos que os agricultores têm em relação ao tipo de hortas que podem existir na cidade e quais os seus benefícios enquanto espaços verdes;
 - Apuramento do que os agricultores entendem por agricultura urbana sustentável e por agricultura biológica;
 - Análise da opinião dos agricultores inquiridos em relação à capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade e comparação da qualidade dos produtos produzidos nas áreas urbanas com os cultivados nos espaços rurais;
 - Entendimento da importância que é atribuída pelos agricultores aos produtos agrícolas que consomem e qual a sua opinião em relação aos produtos agrícolas que se encontram no mercado atualmente.

3.2.2.1. Disponibilidade para a prática agrícola

Quadro 4. Estudantes com familiares ligados a atividade agrícola

	Frequência	Percentagem
Sim	289	66,1%
Não	148	33,9%
Total	437	100%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5. Agricultores em espaço rural e em espaço urbano

	Frequência	Percentagem
Agricultores em espaço rural	131	45,3%
Agricultores em espaço urbano	158	54,7%
Total	289	100%

Fonte: Elaboração própria

O presente questionário, contou com a colaboração 437 estudantes da UP, dos quais 289 afirmaram ter um ou mais membros do seu núcleo familiar envolvidos com a atividade agrícola, os restantes estudantes (148), garantiram que nenhum dos seus familiares se dedica a agricultura (Quadro 4). Dos 289 familiares dos estudantes que desenvolvem a atividade agrícola, 131 fazem-no em áreas rurais e 158 em áreas urbanas (Quadro 5).

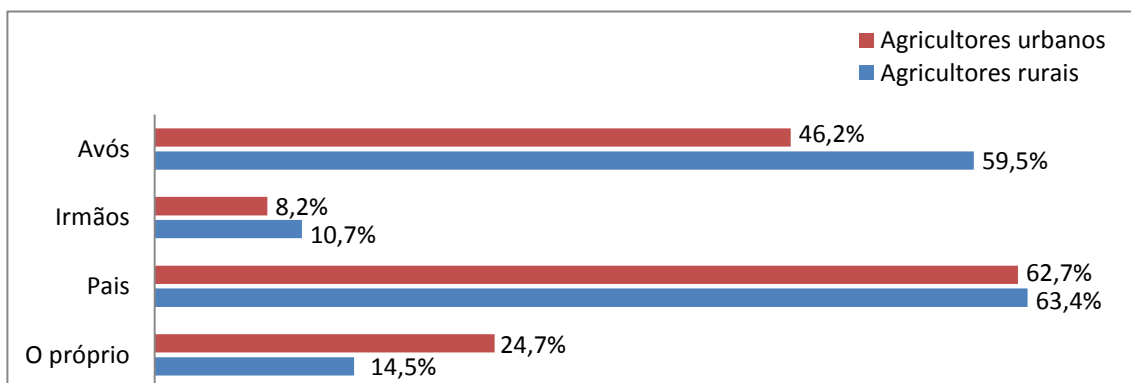
Quadro 6. Distribuição dos agricultores pelos locais onde desenvolvem a atividade agrícola

	Área Metropolitana do Porto (AMP)	Noroeste	Outras regiões do norte	Restantes	Total
Agricultores em espaço rural	21	48	32	30	131
Agricultores em espaço urbano	97	41	3	17	158
Total	118	89	35	47	289

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o Quadro 6, designado por distribuição dos agricultores pelos locais onde desenvolvem a atividade agrícola, verifica-se que os agricultores que desenvolvem a atividade agrícola no espaço rural, fazem-no sobretudo nas áreas rurais do noroeste e noutras regiões rurais do norte de Portugal, já a maioria dos agricultores que praticam a atividade numa área urbana, fazem-no na AMP e noroeste do país.

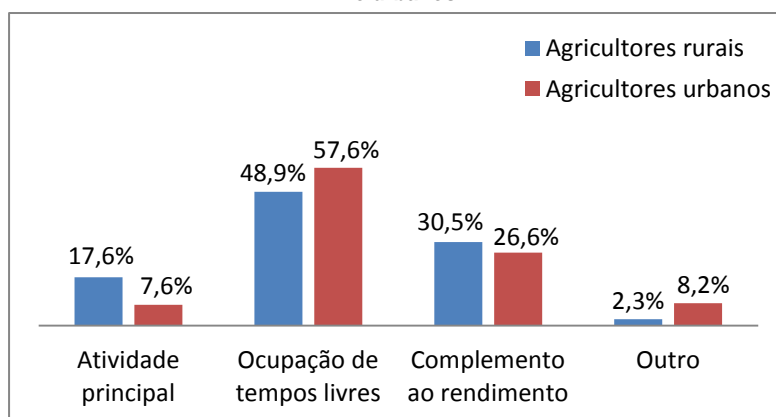
Gráfico 39. Membros do núcleo familiar dos estudantes que praticam agricultura nas áreas rurais e urbanas



Fonte: Elaboração própria

Os estudantes que responderam positivamente a questão, algum membro do seu núcleo familiar pratica agricultura, foram chamados logo de seguida a indicarem, quais os membros. A maioria dos estudantes que tem familiares a desenvolver a atividade agrícola em áreas rurais, assegura que maioria dos agricultores da família são os pais (63,4%), seguindo-se os avós (59,5%), o próprio (14,5%) e posteriormente os irmãos (10,7%). Os estudantes com familiares a realizarem a atividade agrícola em espaços urbanos, indicaram que são os pais (62,7%), os principais membros do núcleo familiar envolvidos com a atividade, seguindo-se os avós (46,2%). Aproximadamente 25% dos estudantes, assumem que se encontram ligados a atividade agrícola urbana. Por último surgem os irmãos, com uma percentagem na ordem dos 8%, sendo por isso os membros do núcleo familiar dos estudantes, que menos se dedicam ao desenvolvimento da agricultura no meio urbano (Gráfico 39).

Gráfico 40. Função da atividade agrícola na vida dos agricultores rurais e urbanos



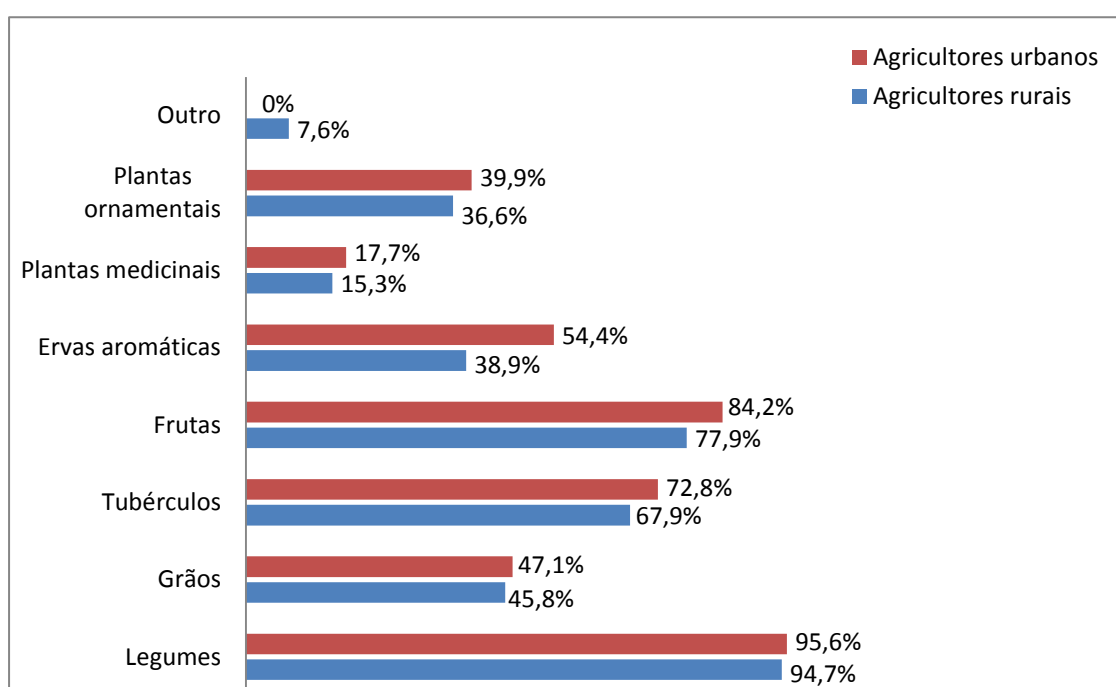
Fonte: Elaboração própria

A atividade agrícola é realizada com diferentes propósitos, quer pelos agricultores rurais, como pelos urbanos. A ocupação de tempos livres foi a razão mencionada pela maioria dos agricultores rurais (48,9%) e urbanos (57,6%) para o desenvolvimento da

agricultura. O complemento ao rendimento é a segunda opção que reúne, uma maior percentagem de agricultores rurais (30,5%) e urbanos (26,6%). O desenvolvimento da agricultura, enquanto atividade principal, corresponde a terceira opção mais assinalada, porém

a percentagem de agricultores rurais que têm a agricultura como a sua principal atividade é significativamente superior (17,6%) aos agricultores urbanos (7,6%), ao contrário das opções indicadas anteriormente que apresentavam valores relativamente semelhantes. A opção outro, foi selecionada por uma maior percentagem de agricultores urbanos (8,2%), do que rurais (2,3%), que apontam a produção biológica, como sendo o principal papel da atividade agrícola na sua vida, permitindo-lhes desta forma consumir produtos com uma qualidade superior aos produtos que se encontram no mercado. Para os agricultores rurais é uma forma de ter sempre alimentos frescos, ou seja, ter a possibilidade de ir “à horta colher diretamente para a panela” (Gráfico 40).

Gráfico 41. Produtos cultivados pelos agricultores no espaço rural e no urbano

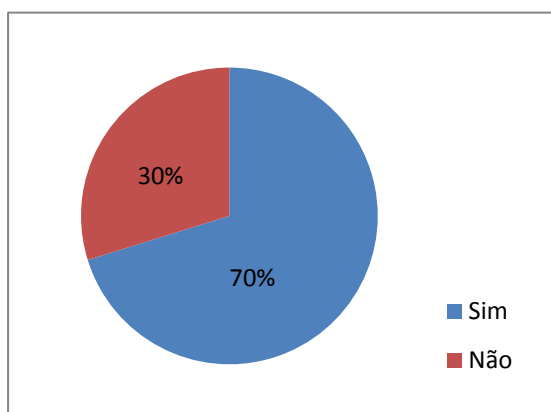


Fonte: Elaboração própria

A análise do Gráfico 41, permite averiguar que os produtos mais cultivados nas áreas rurais, são também os mais produzidos nos espaços urbanos. A produção de legumes é sem margem para dúvidas o tipo de produto mais cultivado, quer por agricultores rurais (94,7%), como por urbanos (95,6%), seguindo-se as frutas e posteriormente os tubérculos. As ervas aromáticas, evidenciam por serem mais cultivadas nas áreas urbanas (54,4%) do que nas rurais (38,9%), tal facto pode ser explicado, pela menor espaço necessário para a sua produção, em comparação com outro tipo de produtos, adaptando-se bem à realidade urbana. As plantas medicinais são cultivadas por apenas 17,7% dos agricultores urbanos e por 15,3% dos produtores rurais, colocando a sua produção no final da lista como o produto menos cultivado. A vinha responsável pelas uvas necessárias ao fabrico de vinho, assim como a produção de cereais, foram indicadas pelos agricultores rurais que assinalaram a opção outro. A produção de uvas e de cereais para ser rentável, exige grandes dimensões de solo, que o ambiente o

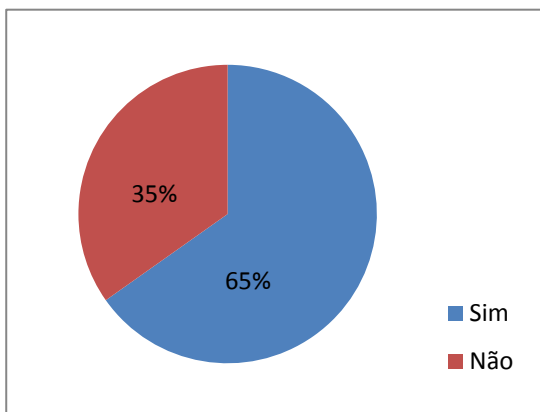
urbano não pode oferecer, por isso este tipo de produções apenas é indicado por agricultores rurais (LOVELL, 2010). Segundo Isabel Madaleno, os produtos mais cultivados nos espaços urbanos à escala mundial são os produtos hortícolas, ervas aromáticas, árvores de fruto, plantas ornamentais e medicinais, esta informação vai de encontro a grande parte dos dados presentes no gráfico em análise, uma vez que os legumes, as frutas e as ervas aromáticas, encontram-se entre os quatro produtos cultivados por um maior número de agricultores urbanos (MADALENO, 2002).

Gráfico 42. Criação de animais pelos agricultores rurais



Fonte: Elaboração própria

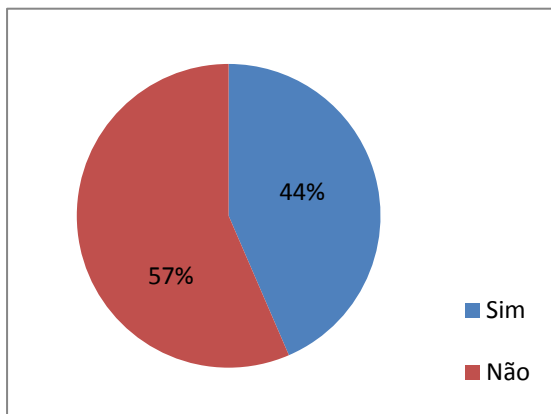
Gráfico 43. Criação de animais pelos agricultores urbanos



Fonte: Elaboração própria

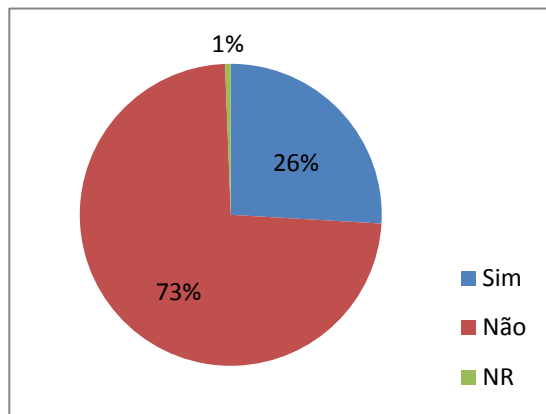
A criação de gado é realizada por 70% dos agricultores rurais e por 65% dos agricultores urbanos. A maior percentagem de agricultores rurais que se encontram ligados a pecuária, não é a informação mais revelante, mas sim os animais que são criados pelos agricultores rurais e urbanos. Os agricultores rurais enunciaram que criam coelhos, aves de capoeira (galinhas, perus, patos, perdizes), suínos, cabras, ovelhas, bovinos, cavalos e burros, ou seja, animais de pequeno e grande porte. Já os agricultores urbanos, mencionaram sobretudo animais de pequeno porte, como as aves de capoeiras (galinhas, patos, perus, gansos, codornizes) e os coelhos. A criação de suínos e de ovinos também foi indicada por alguns agricultores urbanos. Tendo em conta a presente informação é possível referir, que o porte dos animais é o que permite distinguir a atividade pecuária rural da urbana. Os animais criados pelos agricultores urbanos caracterizam-se por serem maioritariamente animais de pequeno porte. A pecuária é uma atividade, que dependendo do gado que é criado, implica determinadas condições que o espaço urbano não consegue oferecer (Gráficos 42 e 43).

Gráfico 44. Necessidades alimentares colmatadas com a produção agrícola rural



Fonte: Elaboração própria

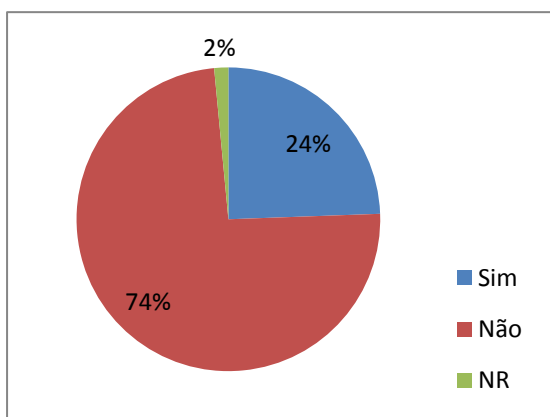
Gráfico 45. Necessidades alimentares colmatadas com a produção agrícola urbana



Fonte: Elaboração própria

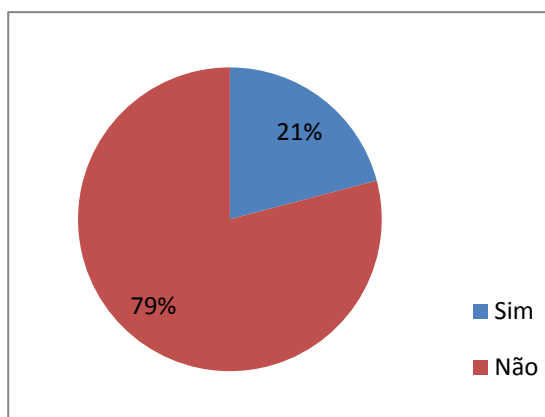
Os produtos obtidos com a prática agrícola, são suficientes para fazer face às necessidades alimentares do agregado familiar de 44% dos agricultores rurais e de 26% das famílias dos produtores urbanos. A maior percentagem de respostas positivas concedidas pelos agricultores rurais, pode ser explicada pelo facto do espaço rural ser mais favorável à realização da atividade e por isso, os seus resultados serem mais satisfatórios. A análise dos Gráficos 44 e 45, permite ainda verificar que a maioria dos agricultores rurais e urbanos não conseguem suprimir as suas necessidades alimentares através do desenvolvimento da atividade agrícola.

Gráfico 46. Comercialização da produção agrícola rural



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 47. Comercialização da produção agrícola urbana

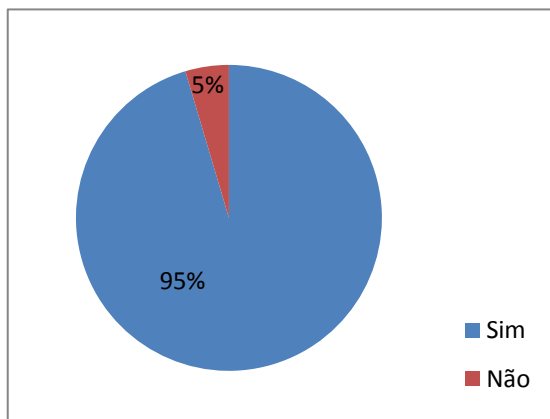


Fonte: Elaboração própria

Com a intenção de perceber o destino da produção agrícola rural e urbana, ambos os produtores, foram chamados a responder a questão, vendem os produtos agrícolas que não são consumidos pelo agregado familiar. A maioria dos agricultores rurais e urbanos afirmam não comercializar os produtos que cultivam e/ou criam, somente 24% dos produtores rurais e 21% dos agricultores urbanos, vendem parte da sua produção agrícola (Gráficos 46 e 47). A

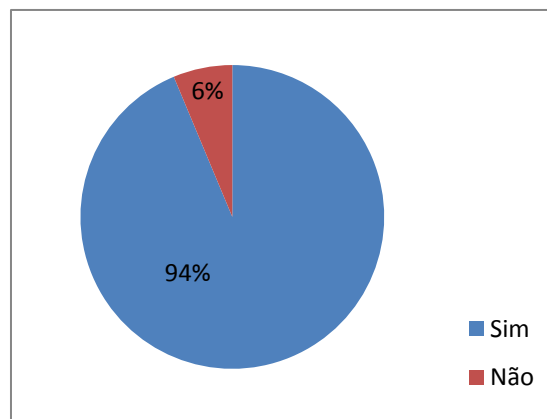
comercialização dos excedentes agrícolas é uma prática comum, entre agricultores que pretendem aumentar a sua renda (MOUGEOT, 2000; VAN VEENHUIZEN e DANSO 2007; DRECHSEL e DONGUS, 2008; MATOS, 2010).

Gráfico 48. Doação dos excedentes agrícolas rurais



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 49. Doação dos excedentes agrícolas urbanos

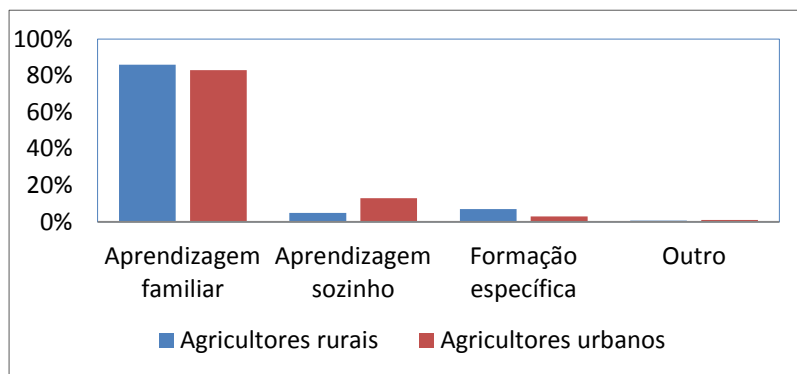


Fonte: Elaboração própria

A partilha dos produtos obtidos com o desenvolvimento da atividade agrícola, caracteriza os agricultores rurais e urbanos, uma vez que a quase totalidade dos agricultores, afirmaram dar os produtos agrícolas que não são consumidos pelo seu agregado familiar. Apenas 5% dos produtores rurais e 6% dos agricultores urbanos alegam não oferecer a familiares, amigos ou vizinhos os excedentes agrícolas (Gráficos 48 e 49).

Com a finalidade de apurar o destino dos produtos produzidos nos espaços rurais e nas áreas urbanas, foram colocadas três questões, expostas e analisadas anteriormente através dos Gráficos 44, 45, 46, 47, 48 e 49, que permitiram perceber que existe uma unanimidade entre o destino dos alimentos produzidos pelos agricultores rurais e pelos urbanos. O autoconsumo é o principal destino dos alimentos cultivos e/ou criados por ambos os agricultores, sendo a produção da maioria dos agricultores insuficientes para suprimir as suas necessidades alimentares, ainda assim quase todos os agricultores compartilham o que produzem com familiares, amigos, entre outras pessoas. A comercialização da produção agrícola é levada a cabo por aproximadamente 20% dos agricultores rurais e urbanos, que através desta prática obtêm uma renda extra.

Gráfico 50. Conhecimentos agrícolas adquiridos pelos agricultores rurais e urbanos



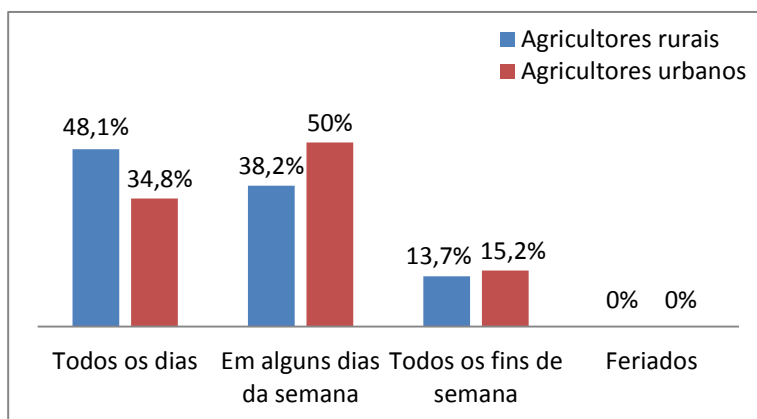
Fonte: Elaboração própria

Em relação, ao modo como os agricultores adquiriram os conhecimentos que lhes permitem a realização das mais diversas tarefas agrícolas, sensivelmente 80% dos agricultores rurais

mencionaram que o contacto com familiares que detinham esses conhecimentos teóricos e práticos foi a forma como aprenderam a executar os trabalhos agrícolas. Aproximadamente a mesma percentagem de agricultores urbanos, indicam precisamente o mesmo modo de aprendizagem. Através da análise do Gráfico 50, verifica-se que a aprendizagem familiar prevalece sobre as outras formas de obtenção de conhecimento, sendo a aprendizagem sozinho (auto-aprendizagem) a segunda opção mais assinalada e posteriormente a formação específica. O facto da maioria dos agricultores tanto rurais, como urbanos, ter indicado que os conhecimentos agrícolas que possuem, foram obtidos através da aprendizagem familiar, tal pode ser explicado por até há bem pouco tempo, a maioria da população portuguesa se encontrar ligada à agricultura (Gráfico 50).

Gráfico 51. Período de realização da atividade agrícola pelos agricultores rurais e urbanos

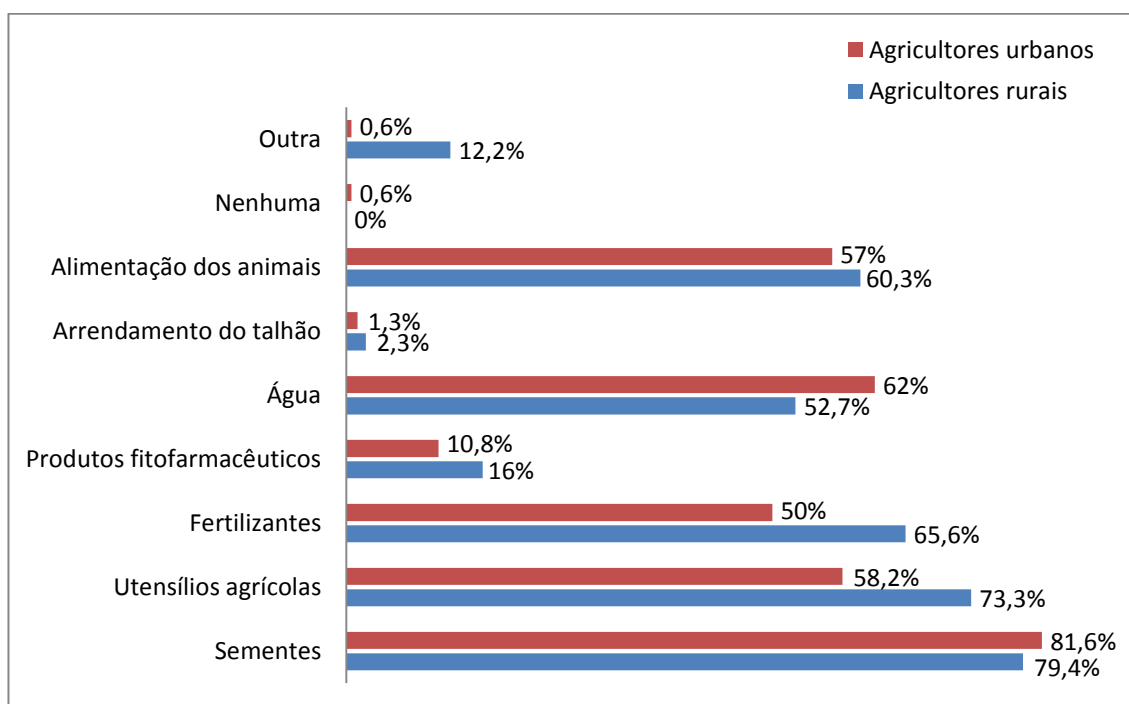
A atividade agrícola implica uma dedicação constante, que a maioria dos agricultores rurais, cumpre diariamente (48,1%), já a maioria dos agricultores urbanos afirmam realizarem as suas tarefas agrícolas em alguns dias da semana, não lhes sendo possível dar a



Fonte: Elaboração própria

mesma atenção a atividade que a maioria dos produtores rurais lhes concede. Os fins de semana, são utilizados por 15,2% dos agricultores urbanos e por 13,7% dos produtores rurais, para a realização dos trabalhos agrícolas (Gráfico 51).

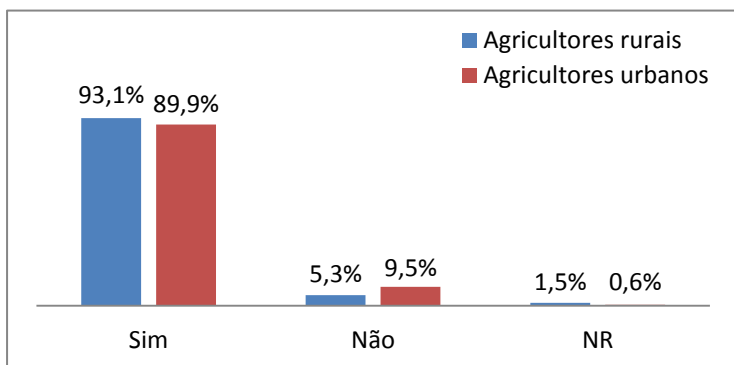
Gráfico 52. Despesas com a prática da agricultura rural e urbana



Fonte: Elaboração própria

Com o intuito de averiguar, os custos associados ao desenvolvimento da agricultura, foi pedido aos estudantes, para indicarem todas as despesas que os agricultores do seu núcleo familiar têm com a atividade. A aquisição de sementes representa um custo suportado por 79,4% dos agricultores rurais e por 81,6% dos produtores urbanos, sendo por isso a principal despesa. Os utensílios agrícolas representam o segundo tipo de despesa, apresentado por uma maior percentagem de agricultores rurais (73,3%). A compra de utensílios agrícolas é mais comum entre os agricultores rurais do que entre os urbanos, devido a reduzida dimensão dos espaços urbanos destinados ao cultivo, que não permitem o recurso a determinadas máquinas agrícolas e nem justificam o elevado investimento. A água corresponde a segunda despesa indicada por um maior número de agricultores urbanos, tal facto é explicado por terem de recorrer a água da rede pública de abastecimento, para regar as suas produções. Na análise das despesas inerentes a prática da agricultura, é importante salientar as despesas indicadas pelos agricultores rurais que assinalaram a opção outro, uma vez que estas permitem diferenciar a agricultura desenvolvida nas áreas rurais da realizada nos espaços urbanos. O combustível indispensável ao funcionamento das máquinas agrícolas, corresponde a uma das despesas indicadas pelos agricultores rurais, juntamente com a mão-de-obra necessária à realização das mais diversas tarefas agrícolas e da eletricidade imprescindível, por exemplo, ao funcionamento de uma bomba centrífuga, mencionada pelos inquiridos (Gráfico 52).

Gráfico 53. Opinião dos agricultores rurais e urbanos em relação ao local que dispõem para a realização da atividade agrícola

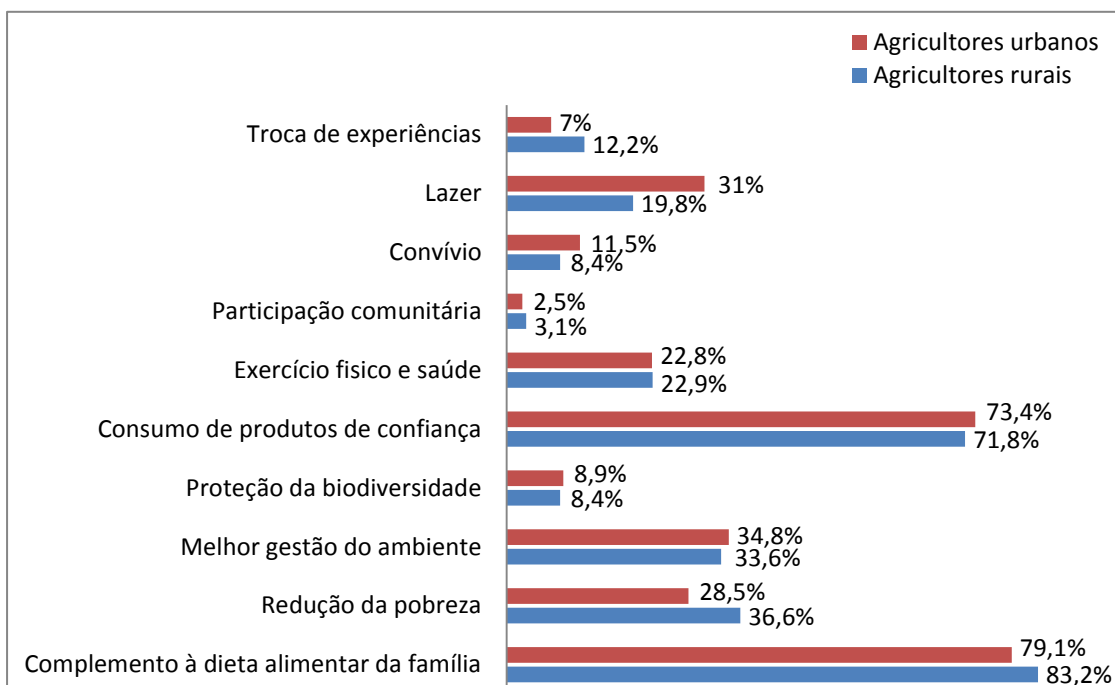


Fonte: Elaboração própria

A maioria dos agricultores rurais e urbanos, afirmaram estar satisfeitos com os terrenos que dispõem para o exercício da atividade agrícola, porém esta visão não é compartilhada pela totalidade dos inquiridos. O descontentamento é sentido

por mais agricultores urbanos (9,5%) do que por rurais (5,3%). Os agricultores urbanos descontentes alegam o reduzido espaço que dispõem para a realização da atividade, a má qualidade do solo e os espaços serem sombrios, como as principais razões que estão na origem da sua insatisfação, já para os agricultores rurais o descontentamento prende-se com a dimensão do terreno agrícola, que para alguns produtores é demasiado pequeno e para outros excessivamente grande (Gráfico 53).

Gráfico 54. Benefícios da agricultura rural e urbana

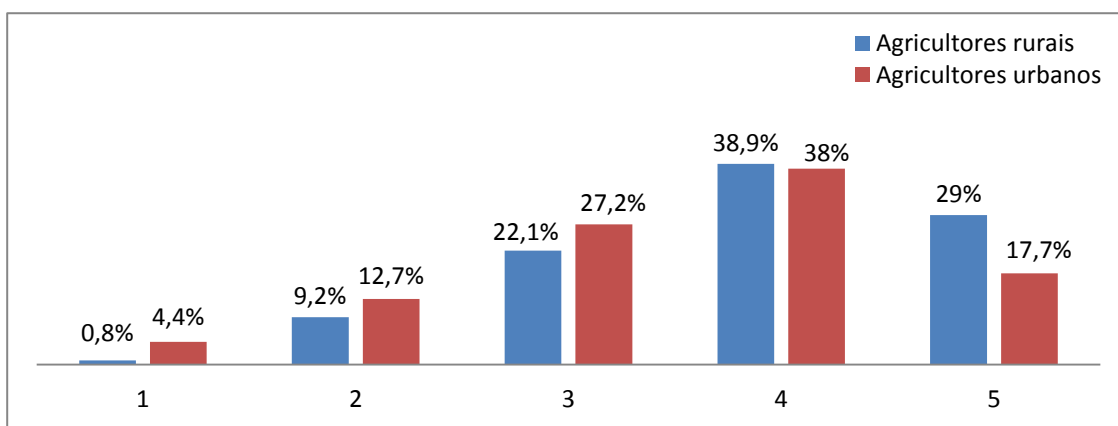


Fonte: Elaboração própria

Com o propósito de conhecer, quais os benefícios proporcionados pelo desenvolvimento da atividade agrícola que os agricultores mais valorizam, os inquiridos, foram chamados a indicarem os que consideram ser os três principais benefícios da agricultura desenvolvida

pelos seus familiares. O complemento à dieta alimentar da família, corresponde ao benefício mais selecionado pelos agricultores rurais (83,2%) e urbanos (79,1%), seguindo-se o consumo de produtos de confiança. O terceiro benefício mais assinalado, não reúne consenso, sendo para os agricultores rurais a redução da pobreza, para os urbanos a melhor gestão do ambiente. A participação comunitária, corresponde ao benefício menos selecionado pelos agricultores rurais (3,1%) e urbanos (2,5%) (Gráfico 54).

Gráfico 55. Importância da atividade agrícola na qualidade de vida dos agricultores rurais e urbanos

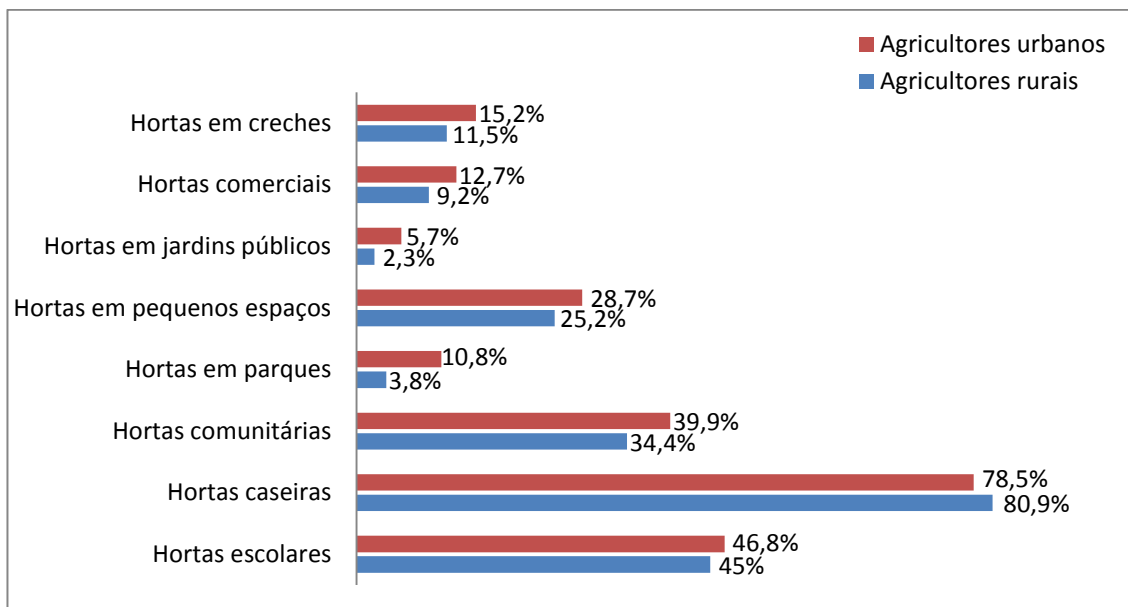


Fonte: Elaboração própria

A melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento da agricultura é uma realidade vivenciada pela maioria dos agricultores rurais e urbanos. Os agricultores foram chamados a indicarem, numa escala de 1 a 5, sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante, qual a importância da agricultura que praticam para a sua qualidade de vida. A classificação que reúne mais agricultores rurais e urbanos é a 4, seguindo-se a 3 e posteriormente a 5, que foi assinalada por mais agricultores rurais (29%) do que urbanos (17,7%). Apenas 9,2% dos agricultores rurais e 12,7% dos produtores urbanos selecionaram a classificação 2. A atividade agrícola não proporciona nenhuma melhoria na qualidade de vida de 0,8% dos produtores rurais e de 4,4% dos agricultores urbanos (Gráfico 55).

3.2.2.2. Agricultura em espaço urbano

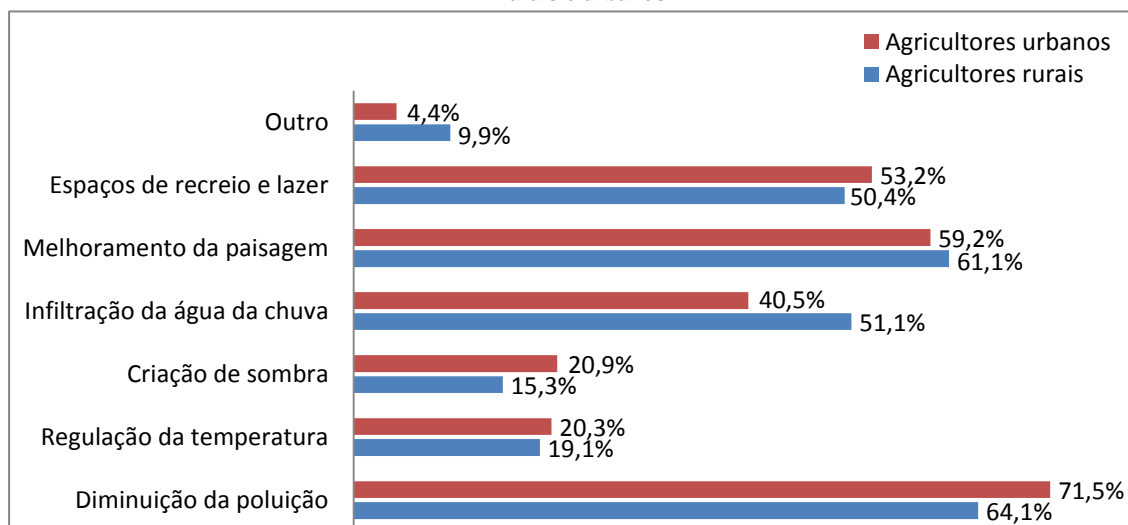
Gráfico 56. Tipos de hortas existentes na cidade na visão dos agricultores rurais e urbanos



Fonte: Elaboração própria

Quando questionados, à certa do tipo de hortas que é possível encontrar na cidade, a maioria dos agricultores rurais e urbanos mencionaram as hortas caseiras, seguindo-se as hortas escolares e posteriormente as hortas comunitárias. Na visão de ambos os agricultores, as hortas em jardins públicos são menos prováveis de serem encontradas nas áreas urbanas (Gráfico 56).

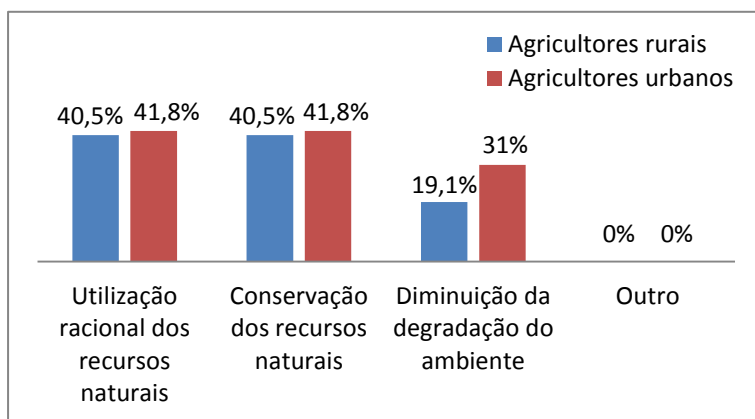
Gráfico 57. Benefícios das hortas urbanas enquanto espaços verdes na perspetiva dos agricultores rurais e urbanos



Fonte: Elaboração própria

Os benefícios advindos das hortas urbanas enquanto espaços verdes, foram alvo de análise, por parte dos agricultores urbanos e rurais. Ambos os agricultores assinalaram todas as opções que consideram responder à questão, que benefícios podem trazer à cidade as hortas urbanas enquanto espaços verdes. A diminuição da poluição, corresponde a opção mais assinalada pelos agricultores urbanos e rurais, seguindo-se o melhoramento da paisagem. A terceira opção mais selecionada pelos agricultores rurais foi a infiltração da água da chuva, enquanto o espaço de recreio e lazer foi a opção mais assinalada pelos produtores urbanos. A opção outro, foi indicada por uma menor percentagem de agricultores rurais e urbanos, que salientaram a importância das hortas para a manutenção da sustentabilidade ambiental e para a conservação da biodiversidade e ainda frisaram o contributo destes espaços para a sensibilização da população urbana para as questões ambientais (Gráfico 57).

Gráfico 58. O conhecimento que os agricultores rurais e urbanos têm sobre o que é a agricultura urbana sustentável

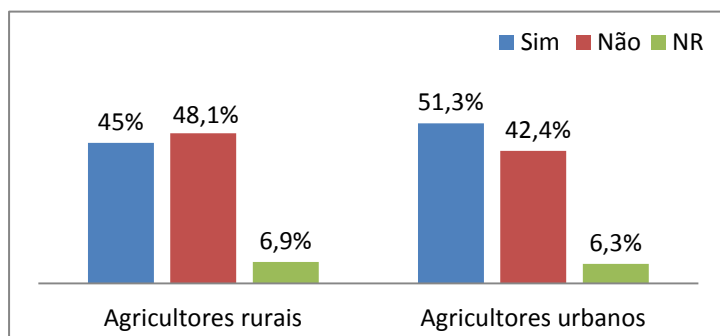


Fonte: Elaboração própria

À pergunta, sabe o que é a agricultura urbana sustentável, 45% dos agricultores rurais afirmaram que sim, os restantes garantem não ter nenhum conhecimento à certa do tema em análise. A maioria dos agricultores urbanos (51,3%), ao contrário dos

produtores rurais, mencionam saber o que é a agricultura urbana sustentável (Gráfico 58).

Gráfico 59. Principais benefícios da agricultura urbana sustentável no entendimento dos agricultores rurais e urbanos



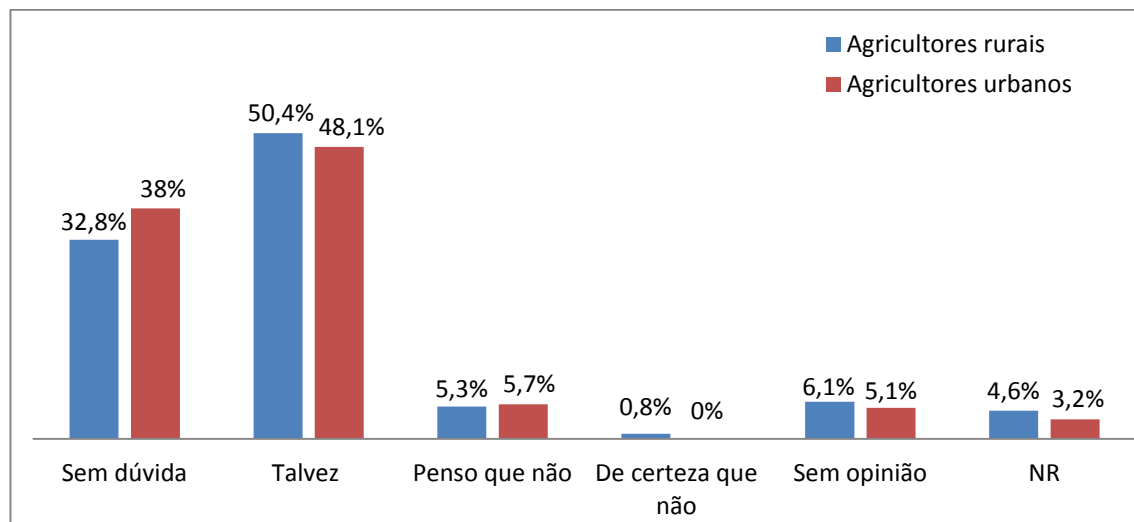
Fonte: Elaboração própria

Aos agricultores rurais e urbanos que responderam positivamente a questão anterior, foi-lhes pedido para indicarem os que consideram ser os principais benefícios da agricultura urbana sustentável.

A utilização racional dos recursos naturais, juntamente com a conservação dos recursos naturais, correspondem as opções mais selecionadas pelos produtores rurais e urbanos, demonstrando que ambos os

agricultores apresentam a mesma opinião sobre a questão. A diminuição da degradação do ambiente é para a maioria dos agricultores a opção que menos atende a presente questão, uma vez que foi a menos assinalada pelos produtores rurais e urbanos (Gráfico 59).

Gráfico 60. Capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade na visão dos agricultores rurais e urbanos

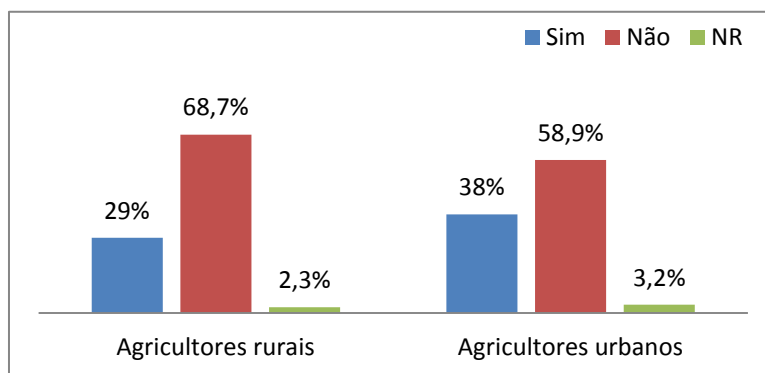


Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 60, demonstra o que pensam os agricultores rurais e urbanos, em relação à capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade. A maioria dos agricultores rurais (50,4%) e urbanos (48,1%), acreditam que a atividade agrícola desenvolvida no espaço urbano talvez seja capaz de produzir produtos de qualidade. Esta incerteza não é compartilhada por 38% dos produtores urbanos e por 32,8% dos agricultores rurais, uma vez que para estes a agricultura urbana e sem dúvida uma forma de obter produtos de qualidade. Os agricultores rurais e urbanos, que pensam que agricultura urbana não é capaz de produzir produtos de qualidade, correspondem a uma percentagem que não vai além dos 6%. A opção de certeza que não, apenas foi selecionada pelos agricultores rurais (0,8%). Aproximadamente 6% dos agricultores rurais e 5% dos urbanos, não têm uma opinião formada sobre a questão. Na análise do presente gráfico é de ressaltar a proximidade entre as respostas concedidas pelos agricultores rurais e urbanos, evidenciando que têm uma visão semelhante a certa do tema.

Gráfico 61. Qualidade dos produtos cultivados no espaço urbano na opinião dos agricultores rurais e urbanos

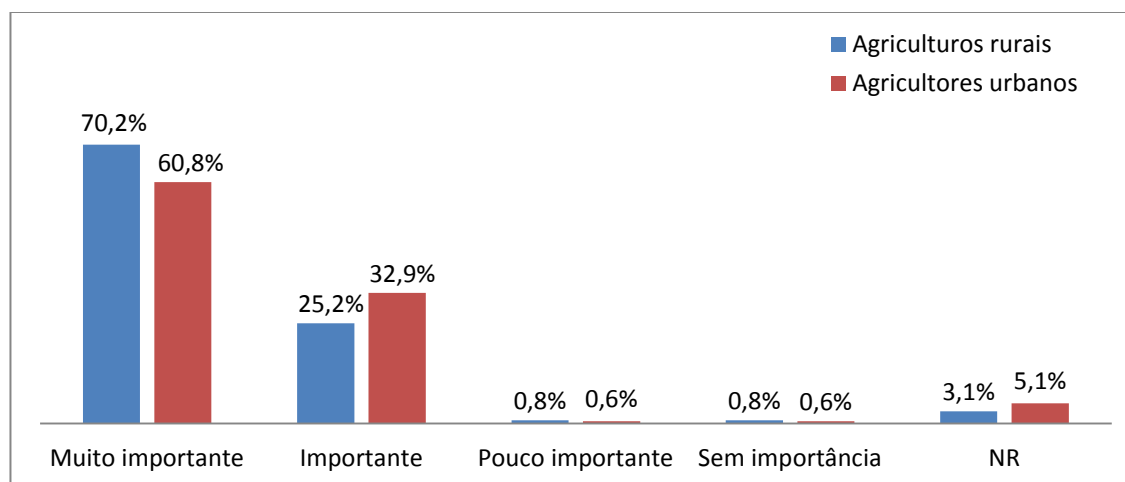
À pergunta, pensa que os alimentos cultivados no espaço urbano apresentam a mesma qualidade que os cultivados no espaço rural, a maioria dos agricultores rurais (68,7%) e urbanos (58,9%), responderam que não, alegando que a maior



Fonte: Elaboração própria

concentração de poluentes existentes na atmosfera urbana e a má qualidade dos recursos edáficos e hídricos causada pela poluição, não permitem obter produtos com a mesma qualidade que os produzidos pela agricultura rural, que é desenvolvida num ambiente mais puro (Gráfico 61).

Gráfico 62. Importância atribuída pelos agricultores rurais e urbanos aos produtos agrícolas que integram a sua dieta alimentar

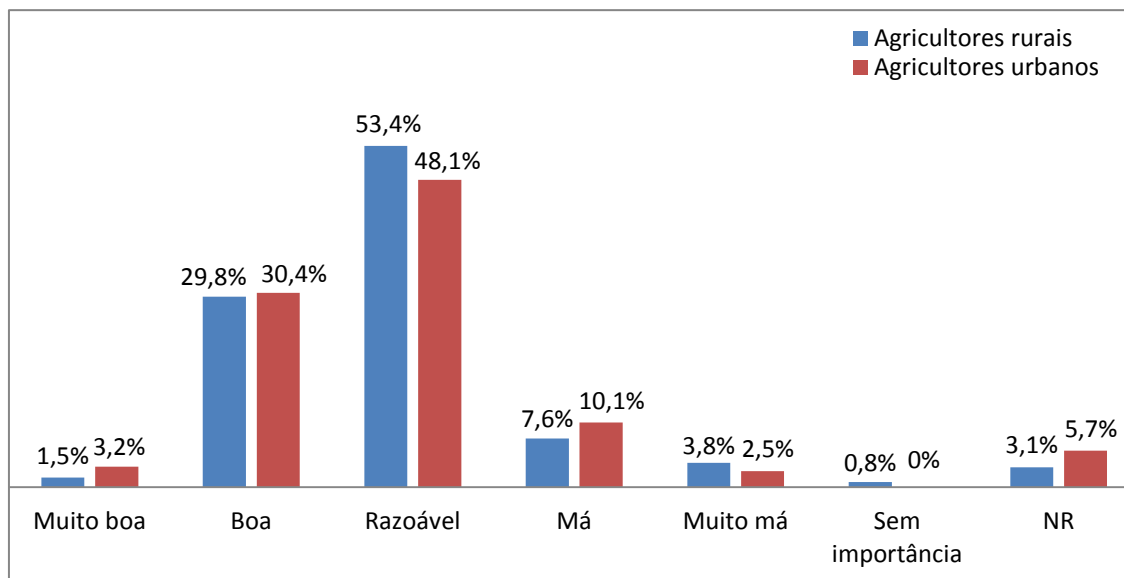


Fonte: Elaboração própria

A importância atribuída pelos agricultores rurais e urbanos aos produtos agrícolas que consomem, foi avaliada através do presente questionário em análise, constando-se que a maioria dos produtores rurais (70,2%) e urbanos (60,8%) dão muita importância à qualidade dos produtos agrícolas que integram a sua dieta alimentar. A mesma relevância não é atribuída por sensivelmente 25% dos produtores rurais e por 33% dos agricultores urbanos, que apenas consideram importante. Na visão de 0,8% dos agricultores rurais e de 0,6% dos agricultores urbanos a qualidade dos alimentos obtidos através do desenvolvimento da atividade agrícola e que fazem parte da sua alimentação é pouco importante. Para finalizar a análise é essencial referir que menos de 1% dos produtores rurais e urbanos afirmam que a

qualidade dos produtos agrícolas que consomem não tem para si qualquer importância (Gráfico 62).

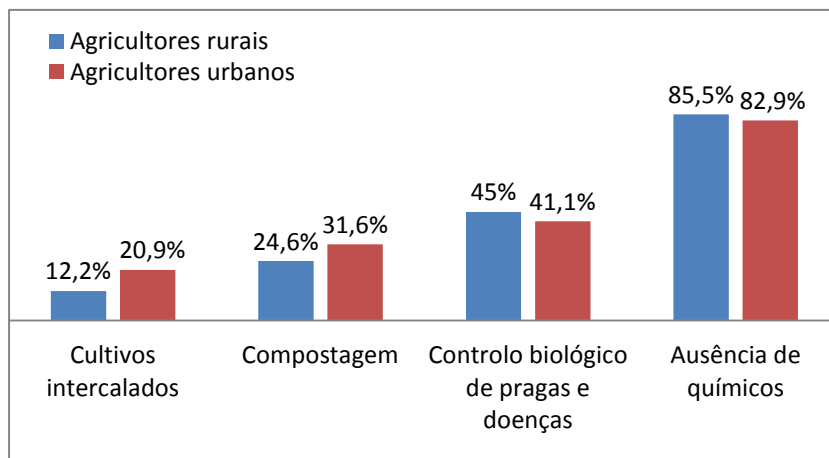
Gráfico 63. Qualidade dos produtos agrícolas que se encontram atualmente no mercado na opinião dos agricultores rurais e urbanos



Fonte: Elaboração própria

A opinião dos agricultores rurais e urbanos, em relação a qualidade dos produtos agrícolas que atualmente se encontram no mercado, foi avaliada através do presente questionário, que permitiu apurar, que a maioria dos produtores rurais (53,4%) e urbanos (48,1%) acredita que a qualidade dos produtos agrícolas existentes no mercado nos dias de hoje é razoável. Para aproximadamente 30% dos produtos rurais e para a mesma percentagem de agricultores urbanos, a opção boa, corresponde à escolha que melhor traduz a sua visão sobre a questão em análise. Na opinião de 7,6% dos agricultores rurais e de 10,1% dos agricultores urbanos, os produtos agrícolas disponíveis no mercado, caracterizam por serem de má qualidade. Uma visão ainda mais negativa é compartilhada por 3,8% dos produtores rurais e por 2,5% dos urbanos, que afirmam que os produtos que se encontram hoje no mercado são de muita má qualidade. A opção, muito boa, foi selecionada por apenas 1,5% dos agricultores rurais e por 3,2% dos produtores urbanos. Para finalizar a análise do Gráfico 63, é importante salientar a falta de confiança que uma grande parte dos agricultores demonstra ter em relação aos produtos agrícolas existentes atualmente no mercado, tal é visível pela reduzida percentagem de agricultores que selecionaram a classificação muito boa e pela considerável percentagem de agricultores que assinalaram a opção má e muito má (Gráfico 63).

Gráfico 64. O que os agricultores rurais e urbanos entendem por agricultura biológica

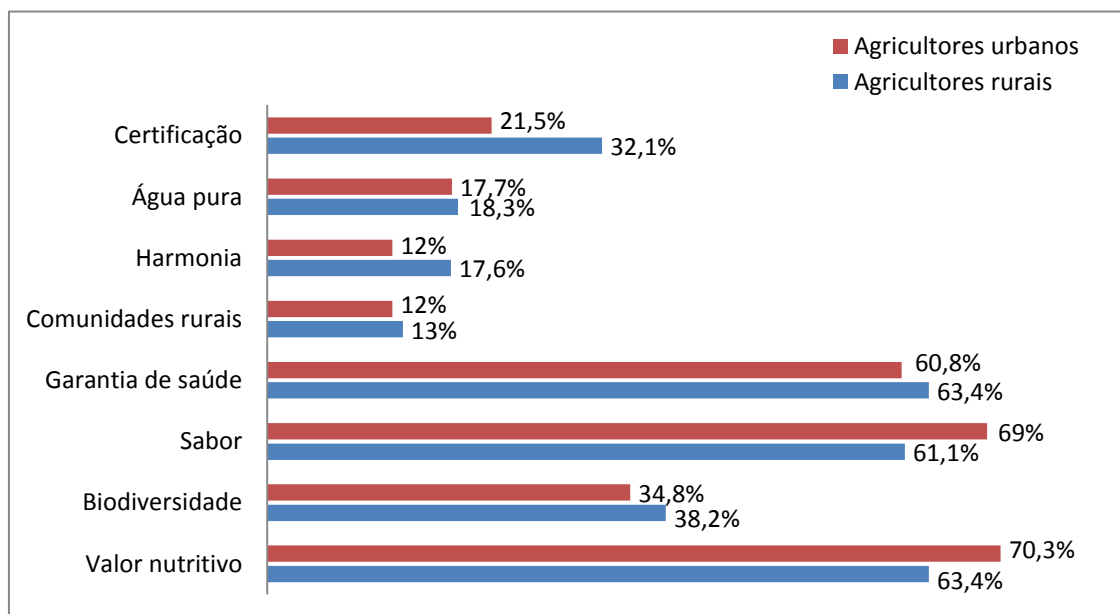


Fonte: Elaboração própria

A agricultura urbana biológica é norteadada por um conjunto de princípios que a diferenciam de outras formas de cultivo. Com a intenção de perceber que conhecimentos os agricultores rurais e urbanos têm em

relação a atividade agrícola biológica, foi pedido aos inquiridos, para seleccionarem as opções que os seus familiares agricultores consideram responder a questão, o que entende por agricultura biológica. A ausência de químicos, corresponde a opção mais assinalada pelos agricultores rurais (85,5%) e pelos urbanos (82,9%), seguindo-se o controlo biológico de pragas e doenças, a compostagem e por último surge a opção cultivos intercalados, como a opção menos seleccionados por ambos os agricultores. As respostas concedidas pelos agricultores rurais e urbanos demonstram que ambos apresentam praticamente os mesmos conhecimentos (Gráfico 64).

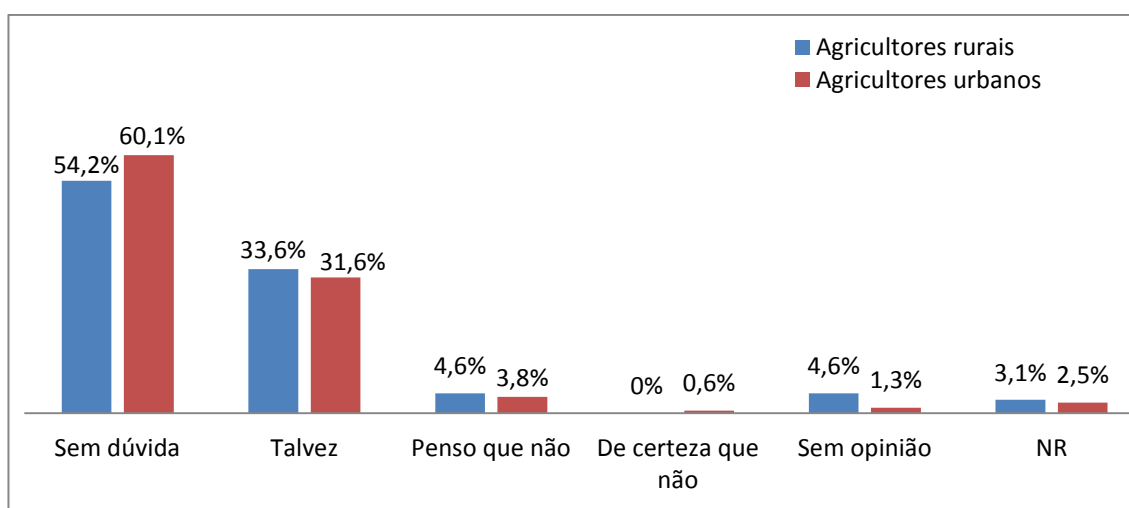
Gráfico 65. Contribuições da agricultura biológica no entendimento dos agricultores rurais e urbanos



Fonte: Elaboração própria

As principais contribuições da agricultura biológica na visão dos agricultores rurais são o valor nutritivo (63,4%) e a garantia de saúde (63,4%), seguindo-se o sabor (61,1%) e posteriormente a biodiversidade (38,2%). Os agricultores urbanos, também foram chamados a indicarem as que consideram ser as principais contribuições da agricultura biológica. A opção mais selecionada pelos produtores urbanos, foi o valor nutritivo (70,3%), logo de seguida surge o sabor (69%) e a garantia de saúde (60,8%). A harmonia (12%) e as comunidades rurais (12%) são para os agricultores urbanos as contribuições menos significativas da agricultura biológica, uma vez que correspondem as opções menos assinaladas. A opção, comunidades rurais (13%), também se apresenta como a menor contribuição da atividade agrícola biológica para os agricultores rurais (Gráfico 65).

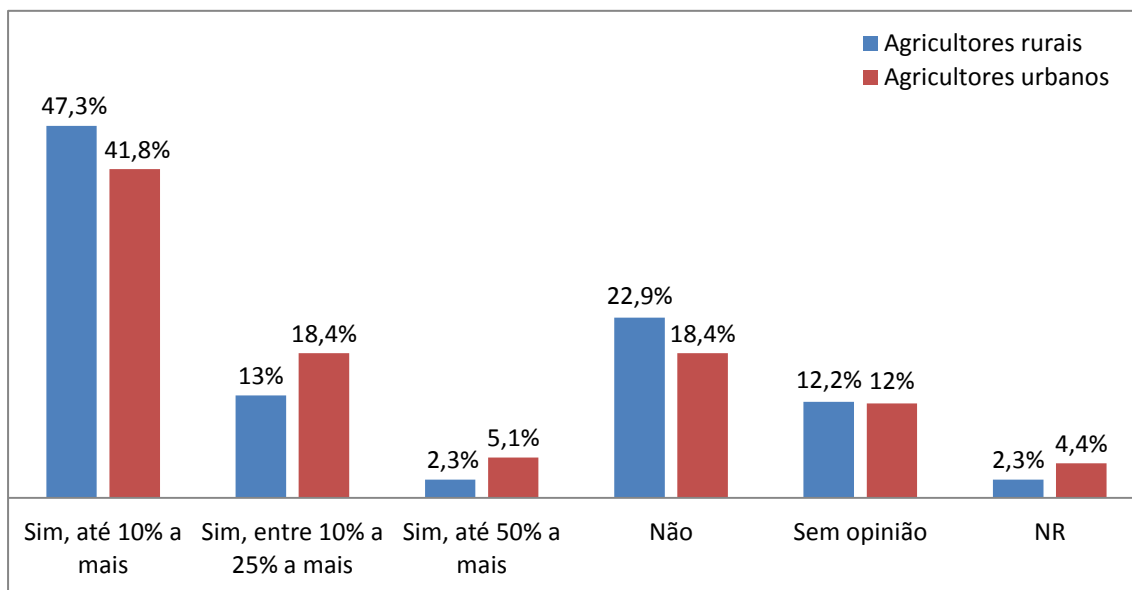
Gráfico 66. Como os agricultores rurais e urbanos vêem a agricultura biológica



Fonte: Elaboração própria

A agricultura biológica é sem dúvida uma forma de aumentar a qualidade dos produtos cultivos, para sensivelmente 54% dos agricultores rurais e para 60% dos produtores urbanos. A mesma convicção não faz parte da opinião de 33,6% dos agricultores rurais e de 31,6% dos produtores urbanos, uma vez que assinalaram a opção talvez. A percentagem de agricultores rurais (4,6%) e urbanos (3,8%) que pensam que agricultura biológica não é um meio para alcançar produtos de maior qualidade não é muito significativa. Somente 0,6% dos produtores urbanos afirmam ter a certeza, quanto a incapacidade da atividade agrícola biológica se traduzir em produtos de maior qualidade (Gráfico 66).

Gráfico 67. Percentagem a mais, que os agricultores rurais e urbanos estão dispostos a pagar pela aquisição de produtos biológicos



Fonte: Elaboração própria

A aquisição de produtos biológicos, normalmente está associada a um maior custo em comparação com os produtos convencionais. Tendo em atenção esta informação, foi pedido aos inquiridos para enunciarem se os seus familiares agricultores se encontram dispostos a pagar mais pelo consumo de produtos biológicos. A maioria dos agricultores rurais e urbanos indicam estar dispostos a desembolsar mais pela aquisição de produtos biológicos, porém a medida que a percentagem a pagar aumenta, a percentagem de agricultores que assinalam essa opção diminui. Dos agricultores que responderem sim, 47,3% dos agricultores rurais e 41,8% dos urbanos encontram-se disponíveis a pagar até 10% a mais, já 13% dos produtores rurais e 18,4% dos produtores urbanos revelaram poder pagar entre 10% a 25% a mais, até 50% a mais, apenas se demonstraram capazes de pagar, aproximadamente 2% dos agricultores rurais e 5% dos urbanos. A percentagem de agricultores rurais (22,9%) que não estão dispostos a pagar mais para adquirirem produtos biológicos e superior à dos agricultores urbanos (18,4%). A percentagem de agricultores rurais e de produtores urbanos que não têm uma opinião formada sobre o tema, encontra-se na ordem dos 12% (Gráfico 67).

3.2.3. Iniciativas municipais direcionadas à agricultura urbana

A atividade agrícola desenvolvida nas áreas urbanas, pode surgir por iniciativa exclusiva dos cidadãos ou ser desencadeada por iniciativas do poder público local. As câmaras municipais de várias cidades nacionais têm promovido a realização da atividade agrícola no meio urbano através da conversão de vários espaços em hortas urbanas.

O presente questionário foi implementado com os seguintes objetivos:

- Averiguar quais são as câmaras municipais de cidades nacionais que se encontram associadas a alguma iniciativa ou projeto relacionado com hortas urbanas e perceber se a condução do projeto é exclusiva da câmara municipal ou é realizado em parceria com outras instituições;
- Identificar as principais razões que estão na origem da dinamização das hortas urbanas e os objetivos que se pretendem alcançar com a sua implementação;
- Verificar quais são os critérios usados na selecção dos candidatos às hortas urbanas;
- Perceber quais são os três principais benefícios da agricultura urbana na perspectiva dos técnicos municipais;
- Averiguar qual o contributo das hortas urbanas na qualidade de vida dos cidadãos urbanos na visão dos técnicos municipais.

Quadro 7. Respostas concedidas pelos técnicos municipais

O contacto eletrónico, foi a via utilizada para a divulgação do questionário online, que contou com a colaboração de 31 câmaras municipais. Das quais 23, mencionaram estar associadas a iniciativas/projetos relacionados com hortas urbanas e as

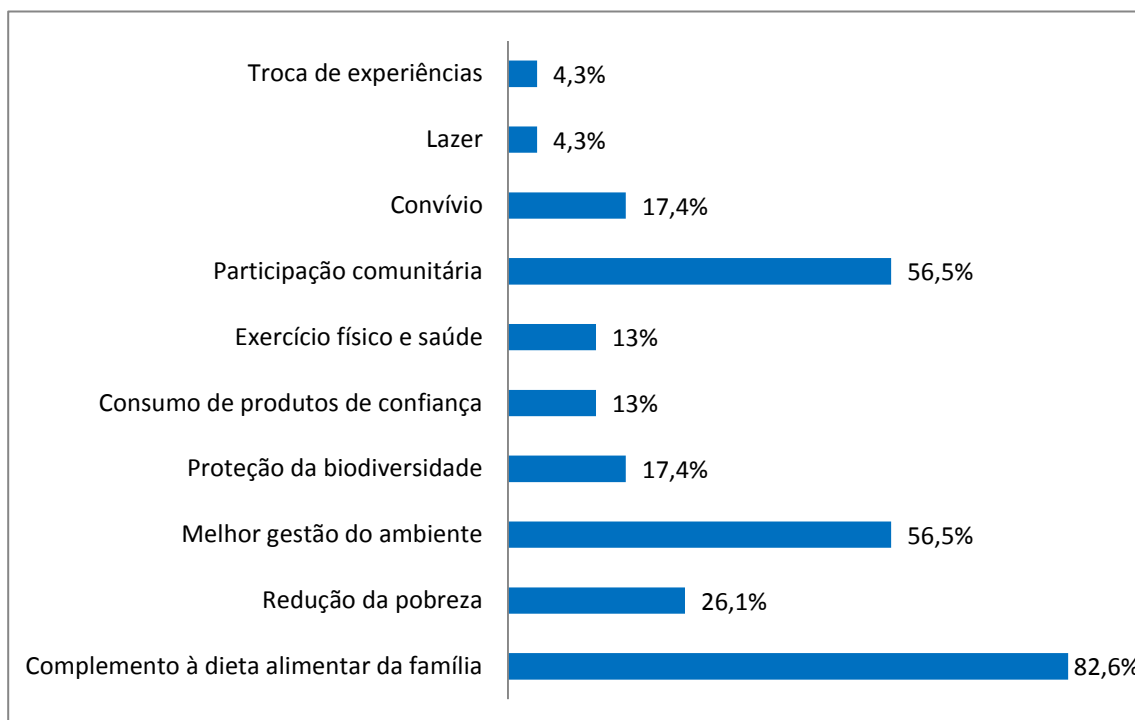
	Frequência	Percentagem
Sim	23	74,2%
Não	8	25,8%
Total	31	100%

Fonte: Elaboração própria

restantes 8 câmaras, alegaram que não se encontram envolvidas com nenhuma iniciativa/projeto desta natureza. As câmaras municipais que responderam positivamente a questão, foi a câmara municipal da cidade de Águeda, de Braga, de Estarreja, de Estremoz, de Faro, da Figueira da Foz, do Funchal, de Gondomar, de Guimarães, de Lagoa (Algarve), de Lagos, da Maia, de Matosinhos, de Montemor-o-Novo, de Odivelas, de Paços de Ferreira, Porto, da Póvoa de Varzim, de Rio Maior, de São João da Madeira, de Tavira, da Trofa e de Vila Nova de Gaia. A câmara municipal da cidade de Bragança, de Felgueiras, do Fundão, de Mangualde, de Oliveira de Azeméis, de Oliveira do Hospital, de Santa Comba Dão e de Vila Nova de Foz Côa, ao contrário das câmaras anteriores, afirmaram que não se encontram associadas a iniciativas/projetos ligados à agricultura urbana.

3.2.3.1. Contribuições das hortas urbanas

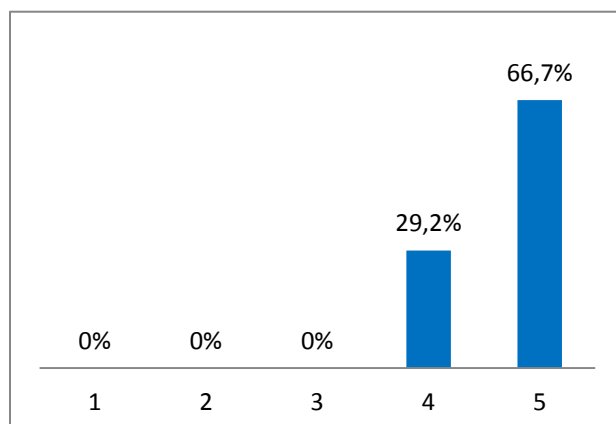
Gráfico 68. Benefícios da agricultura urbana na visão dos técnicos das câmaras municipais de algumas cidades nacionais



Fonte: Elaboração própria

A atividade agrícola urbana é responsável pelo aparecimento de um conjunto de benefícios ambientais, económicos e sociais. Na visão dos técnicos municipais que colaboraram no preenchimento do Questionário 3, o complemento à dieta alimentar da família (82,6%), é o principal benefício alcançado com a realização da atividade agrícola, seguindo-se a melhor gestão do ambiente (56,5%) e a participação comunitária (56,5%). A troca de experiências (4,3%) e o lazer (4,3%), correspondem aos benefícios conquistados com a realização da agricultura urbana menos significativos na óptica dos técnicos municipais, uma vez que foram as opções menos selecionadas ao responderem a questão, assinala os que considera serem os três principais benefícios da agricultura urbana (Gráfico 68).

Gráfico 69. Importância das hortas urbanas na qualidade de vida dos agricultores na visão dos técnicos municipais



Fonte: Elaboração própria

Quando questionados, numa escala de 1 a 5, que importância acredita terem estas iniciativas (hortas urbanas) na qualidade de vida dos cidadãos, sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante, a maioria dos técnicos municipais assinalaram a opção 5 (66,7%), ou seja, a classificação máxima. Os restantes técnicos (29,2%) acreditam que hortas urbanas,

enquanto espaços de desenvolvimento da atividade agrícola, são capazes de proporcionar melhorias na qualidade de vida dos cidadãos que podem ser qualificadas através da classificação 4. A classificação 1, 2 e 3 não foram seleccionadas por nenhum dos técnicos, o que permite verificar que as hortas urbanas na visão dos técnicos inquiridos são sem dúvida uma forma de aumentar a qualidade de vida dos cidadãos urbanos (Gráfico 69).

As restantes perguntas que compõem o questionário em análise encontram-se expostas no Anexo 1, uma vez que o carácter subjetivo das respostas concedidas pelos técnicos municipais não permitem traçar pontos comuns entre elas.



Capítulo IV – Considerações finais



Capítulo IV – Considerações finais

O quarto e último capítulo da presente dissertação consiste na apresentação das principais conclusões dos estudos efetuados. Para tal é apresentado em primeiro lugar dois quadros que sintetizam e ressaltam a informação mais importante obtida com a implementação do Questionário 1 e do Questionário 2, de seguida são expostos e analisados dois gráficos que reúnem a opinião de todos os inquiridos (Questionário 1, 2 e 3) em relação aos benefícios alcançados através do desenvolvimento da atividade agrícola (Gráfico 70) e um outro que analisa a importância da agricultura para a qualidade de vida de quem se dedica da atividade (Gráfico 71). Por último é apresentada uma breve reflexão sobre os resultados mais revelantes obtidos através três dos questionários online.

4.1. Síntese de duas abordagens: hortas urbanas e agricultura em contextos territoriais diferenciados

Quadro 8. Síntese do Questionário 1 – Sensibilidade à agricultura urbana

Perfil do agricultor urbano	
Género	O género feminino (51,2%) predomina entre os agricultores urbanos inquiridos.
Grupos etários	A maioria dos agricultores apresenta idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos (38%) e entre os 35 e os 44 anos (25,6%).
Estado civil	A grande maioria dos agricultores inquiridos são casados (75,2%). Em termos percentuais o estado civil que ocupa o segundo lugar é o solteiro (14%).
Dimensão do agregado familiar	O agregado familiar dos agricultores é composto sobretudo por 4 (32,2%) e por 3 (29,8%) elementos.
Concelho de residência dos agricultores	O concelho da Maia (26,4%), do Porto (25,6%) e de Matosinhos (20,7%) são os concelhos da AMP onde a maioria dos agricultores urbanos residem.
Concelho onde os agricultores desenvolvem a atividade agrícola	A atividade agrícola urbana é desenvolvida pelos agricultores inquiridos sobretudo no concelho da Maia (34,7%), do Porto (24%) e de Matosinhos (21,5%).
Habilitações literárias	Aproximadamente 52% dos agricultores concluíram o ensino superior ou mais, e 29,8% o ensino secundário.
Situação profissional	A maioria dos cidadãos inquiridos que se dedicam à prática agrícola na AMP estão empregados (71%) e 14% reformados.
Rendimento mensal	O rendimento mensal da maioria dos agricultores urbanos (42,1%) centra-se entre

	os 2 e os 5 salários mínimos. Entre 1 a 2 salários mínimos corresponde a renda mensal de 38% dos agricultores inquiridos.
Caraterização da agricultura urbana	
Função da atividade agrícola na vida dos agricultores da AMP	A ocupação dos tempos livres e a razão indicada por 85,1% dos agricultores para a realização da agricultura. Para 8,3% dos agricultores a atividade agrícola é uma forma de complemento ao rendimento.
Período de iniciação da atividade agrícola urbana	O período compreendido entre 2010 e 2013 foi o período escolhido por 72,7% dos cidadãos para iniciarem a atividade agrícola na AMP, enquanto 16,5% dos agricultores optaram por começar a realizar a atividade entre o ano 2005 e 2009.
Produtos cultivados pelos agricultores urbanos	Os legumes (99,2%), as ervas aromáticas (88,4%) e os tubérculos (65,3%) correspondem aos produtos mais cultivados pelos agricultores inquiridos.
Criação de animais	A criação de animais apenas é realizada por 8% dos agricultores urbanos inquiridos.
Necessidades alimentares colmatadas com a prática agrícola	Os produtos cultivados por 82% dos agricultores não são suficientes para fazer face às necessidades alimentares do seu agregado familiar.
Comercialização da produção agrícola	A venda dos produtos cultivados apenas é realizada por 2% dos agricultores inquiridos.
Doação dos excedentes agrícolas	A partilha dos produtos cultivados é uma prática realizada por 90% dos agricultores da AMP.
Conhecimento da horta urbana	Os Meios de Comunicação Social (28,9%) e os amigos (28,9%) foram indicados pelos agricultores inquiridos como os responsáveis pelo conhecimento da existência da horta urbana onde atualmente se dedicam a agricultura.
Conhecimentos agrícolas	Os conhecimentos teóricos e práticos necessários a realização das tarefas agrícolas foram obtidos pelos agricultores através de familiares (42,1%). A realização de uma ou mais formações específicas foi a forma encontrada por 37,2% dos agricultores para a aquisição dos conhecimentos agrícolas.
Meio de deslocação para o local de cultivo	A maioria dos agricultores (50,4%) deslocam-se a pé para o local onde desenvolvem a atividade agrícola. O veículo privado é utilizado por 43,8% dos agricultores.
Tempo de deslocação	Entre 5 a 10 minutos corresponde ao tempo que a maioria dos agricultores (62,8%) precisa para deslocar-se para a local onde realizam a atividade agrícola. Aproximadamente 30% dos agricultores demoram entre 10 a 20 minutos a percorrer o trajeto entre a sua área de residência e lugar onde desenvolvem a agricultura.
Tempo máximo de deslocação	O tempo máximo que a maioria dos

	agricultores (41,3%) estão dispostos a despende para se deslocarem da sua área de residência para o local onde praticam a atividade agrícola encontra-se entre os 10 e os 20 minutos. Entre 20 a 30 minutos corresponde ao tempo que 27,3% dos agricultores estão dispostos a gastar na deslocação.
Período de realização da atividade agrícola	A realização das tarefas agrícolas é concretizada pela maioria dos agricultores (42,1%) em alguns dias da semana, enquanto 30,6% dos agricultores opta por desenvolver as tarefas agrícolas todos os dias.
Despesas com a prática agrícola	O desenvolvimento da agricultura acarreta para os agricultores inquiridos várias despesas que passam sobretudo pela aquisição de sementes (94,2%), de utensílios agrícolas (66,9%) e de fertilizantes (39,7%).
Dimensão mínima (m2) funcional de um talhão agrícola	Na visão de 46,3% dos agricultores um talhão agrícola deverá ter entre 25 e 50 m2 para ser viável para o desenvolvimento da atividade agrícola, para 23,1% dos agricultores um talhão poderá ter no máximo 25 m2 que já é o suficiente.
Satisfação com o local que dispõem para a prática da agricultura	A maioria dos agricultores inquiridos (84,3%) afirmaram que se encontram satisfeitos com o local que dispõem para o desenvolvimento da atividade agrícola, os restantes agricultores (15,7%) admitiram o oposto.
Benefícios da agricultura urbana	O consumo de produtos de confiança (59,5%), o complemento à dieta alimentar da família (55,4%) e o exercício físico e saúde (47,1%) correspondem aos benefícios alcançados através do desenvolvimento da atividade agrícola mais valorizados pelos agricultores.
Tipos de hortas existentes na cidade	Na visão dos agricultores inquiridos, as hortas comunitárias (94,2%) as hortas caseiras (76,9%) e as hortas escolares (58,7%) correspondem ao tipo de hortas mais prováveis de serem encontradas nos espaços urbanos.
Benefícios das hortas urbanas enquanto espaços verdes	Os agricultores urbanos consideram a diminuição da poluição (74,4%), o melhoramento da paisagem (73,6%) e os espaços de recreio e lazer (69,4%), os principais benefícios advindos das hortas urbanas enquanto espaços verdes.
Agricultura urbana sustentável	A maioria dos agricultores inquiridos afirmaram saber o que é a agricultura urbana sustentável (83%).
Principais benefícios da agricultura urbana sustentável	A utilização racional dos recursos naturais (69,4%) e a diminuição da degradação do ambiente (54,5%) são os principais benefícios obtidos com o desenvolvimento da agricultura urbana sustentável na visão dos agricultores inquiridos.

Capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade	No entendimento de 91,7% dos agricultores inquiridos a agricultura urbana está sem dúvida apta para produzir produtos de qualidade. A mesma opinião não é partilhada por 6,6% que afirmam que talvez esteja.
Qualidade dos produtos cultivados no espaço urbano	Para 57% dos agricultores inquiridos os alimentos produzidos nas áreas urbanas apresentam a mesma qualidade que os cultivados no espaços rural.
Importância atribuída aos produtos consumidos	A maioria dos agricultores (71,9%) atribui muita importância a qualidade dos produtos agrícolas que integram a sua dieta alimentar. Os demais agricultores inquiridos (28,1%) consideram a qualidade dos produtos que consomem importante.
Qualidade dos produtos que se encontram atualmente no mercado	A qualidade dos produtos que atualmente se encontram no mercado, na opinião de 54,5% dos agricultores é boa, enquanto que para 34,7% dos produtores agrícolas inquiridos é má.
O que os agricultores entendem por agricultura biológica	A ausência de químicos (90,1%) e o controlo biológico de pragas e doenças (47,1%) são características indicadas pelos agricultores como sendo as que melhor descrevem o que é a agricultura biológica.
Contribuições da agricultura biológica	Na visão dos agricultores inquiridos as principais contribuições da agricultura biológica são o sabor (77,7%), a garantia de saúde (71,9%) e o valor nutritivo (70,2%).
A agricultura biológica é um meio para aumentar a qualidade dos produtos cultivados	A agricultura biológica é sem dúvida, na opinião da maioria dos agricultores (91,7%), uma forma de aumentar a qualidade dos produtos agrícolas.
Percentagem a mais, que os agricultores estão dispostos a pagar pela aquisição de produtos biológicos	A maioria dos agricultores (51,2%) garantem estar dispostos a pagar até 10% a mais pela aquisição de produtos biológicos, já 15,7% dos agricultores garantem serem capazes de pagar entre 10% a 25% a mais, enquanto 20,7% alegam não estar dispostos a pagar mais pelo consumo deste tipo de produtos.
Importância da atividade agrícola urbana na qualidade de vida dos agricultores	Numa escala de 1 a 5, sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante, a maioria dos agricultores (39,7%) atribuíram a pontuação máxima ao contributo da atividade agrícola na melhoria da sua qualidade de vida. Para 37,2% dos agricultores a classificação que melhor traduz a importância do desenvolvimento da agricultura na sua qualidade de vida é a pontuação 4.

Quadro 9. Síntese do Questionário 2 – Prática agrícola rural e urbana

Disponibilidade para a prática agrícola	
Membros do núcleo familiar dos estudantes que praticam agricultura nas áreas rurais e urbanas	Os pais e os avós são os membros do núcleo familiar dos estudantes da UP que mais se dedicam a atividade agrícola quer no espaço rural como no urbano.
Função da atividade agrícola na vida dos agricultores rurais e urbanos	Os agricultores rurais (48,9%) e urbanos (57,6%) apontam a ocupação dos tempos livres como a razão que justifica o seu envolvimento com a agricultura. O desenvolvimento da atividade agrícola enquanto complemento ao rendimento é o motivo pelo qual 30,5% dos agricultores rurais e 26,6% dos urbanos se dedicam a atividade.
Produtos cultivados pelos agricultores rurais e urbanos	Os legumes encontram-se no topo da lista dos produtos mais cultivados pelos agricultores rurais e urbanos, seguindo-se as frutas e posteriormente os tubérculos.
Criação de animais realizada pelos agricultores rurais e pelos urbanos	A criação de animais é realizada por 70% dos agricultores rurais e por 68% dos agricultores que desenvolvem a atividade agrícola no espaço urbano.
Necessidades alimentares colmatadas com a produção agrícola rural e urbana	A produção agrícola permite fazer face as necessidades alimentares de 44% dos produtores rurais e de 26% dos agricultores urbanos.
Comercialização da produção agrícola rural e urbana	A venda dos produtos cultivados e/ou criados apenas é realizada por 24% dos produtores rurais e por 21% dos agricultores urbanos.
Doação dos excedentes agrícolas rurais e urbanos	A maioria dos agricultores rurais (95%) e urbanos (94%) afirmam dar os produtos obtidos com a prática agrícola que não são consumidos pelo seu agregado familiar.
Conhecimentos agrícolas adquiridos pelos agricultores rurais e urbanos	Os conhecimentos necessários à realização das diversas tarefas agrícolas foram apreendidos por aproximadamente 80% dos agricultores rurais e por sensivelmente a mesma percentagem de agricultores urbanos através do contacto com familiares que detinham esses conhecimentos. A auto-aprendizagem foi a forma encontrada por sensivelmente 5% dos produtores rurais e por aproximadamente 13% dos agricultores urbanos para adquirir os conhecimentos que lhes permitem executar os trabalhos agrícolas.
Período de realização da atividade agrícola pelos agricultores rurais e urbanos	A realização das tarefas agrícolas é concretizada pela maioria dos agricultores urbanos (50%) em alguns dias da semana, enquanto a maioria dos produtores rurais (48,1%) tem uma dedicação diária a atividade.
Despesas com a prática agrícola rural e urbana	A aquisição de sementes é a principal despesa indicada pelos agricultores rurais

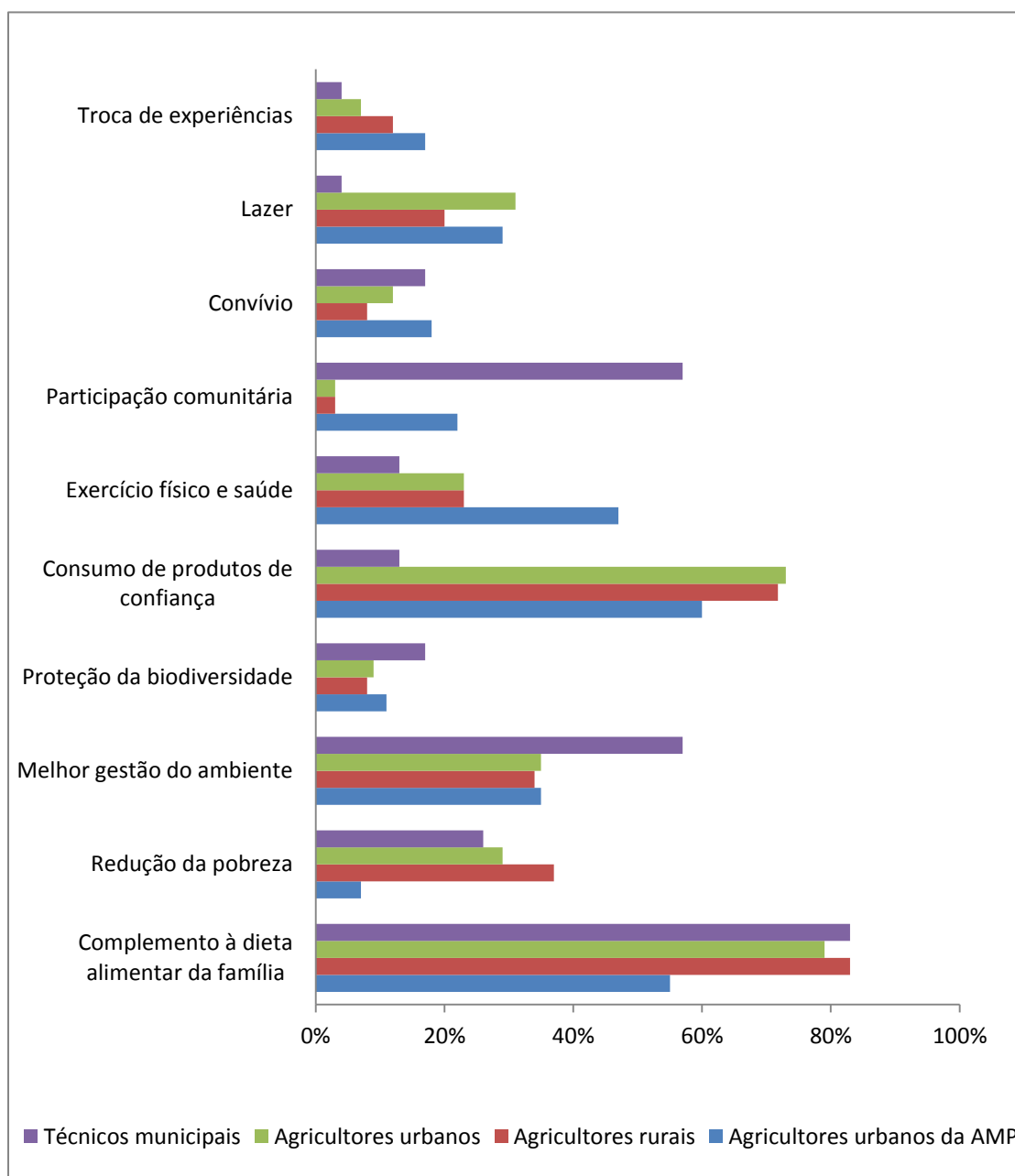
	(81,6%) e pelos urbanos (79,4%). Os utensílios agrícolas são a segunda despesa mais apontada pelos produtores rurais (73,3%) e a água pelos urbanos (62%).
Opinião dos agricultores rurais e urbanos e urbanos em relação ao local que dispõem para a realização da atividade agrícola	A maioria dos agricultores rurais (93,1%) e dos urbanos (89,9%) garantem estar satisfeitos com o terreno que dispõem para o cultivo, os restantes agricultores defendem o oposto.
Benefícios da agricultura rural e urbana	A atividade agrícola é responsável por vários benefícios, sendo os mais valorizados pelos agricultores rurais e urbanos, o complemento à dieta alimentar da família, o consumo de produtos de confiança e a melhor gestão do ambiente.
Importância da atividade agrícola na qualidade de vida dos agricultores rurais e urbanos	Numa escala de 1 a 5, sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante, a maioria dos agricultores rurais (38,9%) e urbanos (38%) indicaram a pontuação 4, como sendo a que melhor traduz a importância que a atividade agrícola tem para a melhoria da sua qualidade de vida. Para 29% dos agricultores rurais a pontuação máxima evidência a importância atribuída a atividade agrícola, já para 27,2% dos agricultores urbanos a classificação 3 é suficiente para demonstrar o contributo da agricultura na melhoria da sua qualidade de vida.
Agricultura em espaço urbano	
Tipos de hortas existentes na cidade na visão dos agricultores rurais e urbanos	Na visão da maioria dos agricultores rurais e urbanos inquiridos, as hortas caseiras correspondem ao tipo de hortas mais prováveis de serem encontradas nas áreas urbanas, seguindo-se as hortas escolares e posteriormente as hortas comunitárias.
Benefícios das hortas urbanas enquanto espaços verdes na perspetiva dos agricultores rurais e urbanos	Os agricultores rurais e urbanos consideram a diminuição da poluição como o benefício mais importante advindo das hortas urbanas enquanto espaços verdes, seguindo-se o melhoramento da paisagem e os espaços de recreio e lazer.
O conhecimento que os agricultores rurais e urbanos têm sobre o que é a agricultura urbana sustentável	Quando questionados, sabe o que é a agricultura urbana sustentável, 45% dos agricultores rurais e 51,3% dos agricultores urbanos alegaram que sim, os restantes agricultores inquiridos afirmaram o oposto.
Principais benefícios da agricultura urbana sustentável no entendimento dos agricultores rurais e urbanos	Na visão dos agricultores rurais e urbanos a utilização racional dos recursos naturais e a conservação dos recursos naturais são os principais benefícios obtidos com o desenvolvimento da agricultura urbana sustentável.
Capacidade da agricultura urbana produzir produtos de qualidade na visão dos agricultores rurais e urbanos	Para 50,4% dos agricultores rurais e para 48,1% dos agricultores urbanos a agricultura urbana talvez seja capaz de produzir produtos de qualidade. Esta incerteza não é compartilhada por 32,8% dos produtores

	<p>rurais e por 38% dos produtores urbanos que defendem que a agricultura urbana é sem dúvida um meio para obter produtos de qualidade.</p>
<p>Qualidade dos produtos cultivados no espaço urbano na opinião dos agricultores rurais e urbanos</p>	<p>A maioria dos agricultores rurais (68,7%) e urbanos (58,9%) defendem que o espaço urbano pelas características que apresenta não é capaz de produzir alimentos com a mesma qualidade que os cultivados no espaço rural.</p>
<p>Importância atribuída pelos agricultores rurais e urbanos aos produtos que integram a sua dieta alimentar</p>	<p>Na opinião da maioria dos agricultores rurais (70,2%) e urbanos (60,8%) a qualidade dos produtos agrícolas que consomem é muito importante, já para 25,2% dos produtores rurais e para 32,9% a opção que melhor traduz a importância que atribuem a qualidade dos produtos que integram a sua dieta alimentar é a opção importante.</p>
<p>Qualidade dos produtos que se encontram atualmente no mercado na opinião dos agricultores rurais e urbanos</p>	<p>A qualidade dos produtos que atualmente se encontram no mercado, na opinião de 53,4% dos agricultores rurais e de 48,1% dos agricultores urbanos é razoável, já para 29,8% dos produtores rurais e 30,4% dos urbanos é boa.</p>
<p>O que os agricultores rurais e urbanos entendem por agricultura biológica</p>	<p>A ausência de químicos e o controlo biológico de pragas e doenças correspondem as características que melhor traduzem o que é a agricultura biológica na óptica dos agricultores rurais e urbanos inquiridos.</p>
<p>Contribuições da agricultura biológica no entendimento dos agricultores rurais e urbanos</p>	<p>A principal contribuição da agricultura biológica para os agricultores rurais é o valor nutritivo, seguindo-se o sabor e a garantia de saúde, já para os urbanos a contribuição mais importante é o valor nutritivo, seguindo-se a garantia de saúde e depois o sabor.</p>
<p>Como os agricultores rurais e urbanos vêem a agricultura biológica</p>	<p>A agricultura biológica é sem dúvida, na opinião da maioria dos agricultores rurais (54,2%) e dos urbanos (60,1%), uma forma de aumentar a qualidade dos produtos agrícolas.</p>
<p>Percentagem a mais, que os agricultores rurais e urbanos estão dispostos a pagar pela aquisição de produtos biológicos</p>	<p>A maioria dos agricultores rurais (47,3%) e dos urbanos (41,8%) afirmam estar dispostos a pagar até 10% a mais pelo consumo de produtos biológicos. Em contra partida 22,9% dos produtores rurais e 18,4% dos urbanos não estão dispostos a pagar mais pela aquisição de produtos biológicos. De acordo com as respostas concedidas pelos agricultores é possível verificar que quanto maior é a percentagem a mais a pagar, menor é o número de agricultores que estão dispostos a pagar esse valor.</p>

4.2. Exposição e análise das questões comuns aos três questionários

Os dois gráficos que se seguem pretendem comparar a opinião dos diferentes inquiridos (Questionário 1, 2 e 3), em relação aos principais benefícios alcançados através do desenvolvimento da atividade agrícola (Gráfico 70) e a importância que os inquiridos acreditam ter a realização da atividade agrícola na melhoria da qualidade de vida dos agricultores (Gráfico 71).

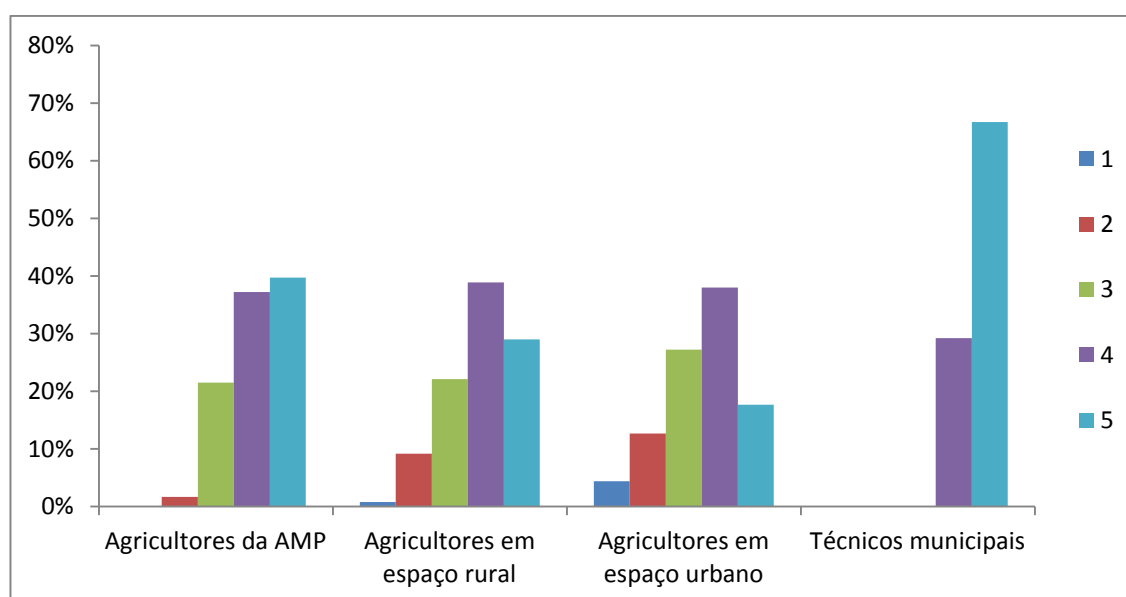
Gráfico 70. Identificação dos benefícios da atividade agrícola na visão dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito, aos benefícios alcançados com o desenvolvimento da agricultura, o complemento à dieta alimentar, destaca-se entre os demais benefícios por ter sido assinalado pela maioria dos inquiridos, seguindo-se o consumo de produtos de confiança. A participação comunitária e a melhor gestão do ambiente, também se evidenciam por terem sido assinaladas por grande número de técnicos municipais, assim como o exercício físico e saúde, indicado pelos agricultores urbanos da AMP. Tendo em conta a opinião dos inquiridos é possível verificar que existe uma unanimidade em relação ao que consideram ser o principal benefício advindo da realização da atividade agrícola (Gráfico 70).

Gráfico 71. Importância da prática agrícola na qualidade de vida dos agricultores na opinião dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 71, expõem a opinião dos agricultores da AMP, dos agricultores em espaço rural, dos agricultores em espaço urbano e ainda dos técnicos municipais em relação a importância que acreditam ter o desenvolvimento da atividade agrícola na melhoria da qualidade de vida de quem se dedica a atividade, através de uma escala de 1 a 5, sendo o 1 classificado sem importância e o 5 muito importante. Os agricultores da AMP e os técnicos municipais atribuíram a pontuação máxima (5) e os agricultores em espaço rural e os agricultores em espaço urbano indicaram a pontuação 4. Na visão de uma percentagem pouco significativa de agricultores em espaço rural e agricultores em espaço urbano, a atividade agrícola não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

4.3. Reflexão sobre a prática agrícola rural e urbana

A agricultura urbana, assim como muitas outras atividades é realizada pelos benefícios que proporciona a quem a desenvolve, sendo os seus benefícios mais valorizados em determinados períodos de crise, como já ficou evidenciado no Capítulo II. A grande maioria dos agricultores urbanos inquiridos da AMP, iniciaram a atividade agrícola após o período de crise económica, que teve início em 2008, demonstrando que a atividade não é somente uma ocupação de tempos livres como a maioria referiu, mas também uma forma de complemento ao rendimento, uma vez que o desenvolvimento da atividade permite suprimir algumas das necessidades alimentares do agregado familiar do agricultor. O desenvolvimento da agricultura enquanto complemento ao rendimento torna-se ainda mais evidente quando mais de metade dos agricultores inquiridos assinalaram o complemento à dieta alimentar da família como sendo um dos principais benefícios advindos da atividade agrícola.

A atividade agrícola desenvolvida enquanto ocupação de tempos livres ou complemento ao rendimento torna-se uma informação menos relevantes quando se verifica que a sua realização é responsável pela melhoria da qualidade de vida da maioria dos agricultores inquiridos.

Os produtos produzidos através da agricultura urbana são para a quase totalidade dos agricultores inquiridos, produtos de qualidade, porém quando comparados com os produtos cultivados em espaço rural, apenas 57% dos agricultores defendem que estes apresentam a mesma qualidade, os restantes agricultores afirmam que os produtos cultivados nos espaços rurais diferenciam-se dos produtos produzidos nas áreas urbanas pela superior qualidade, que advém de um ambiente onde não predomina a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos edáficos e hídricos como se verifica no espaço urbano.

Os agricultores inquiridos que exercem a atividade agrícola no espaço rural e no urbano fazem-no pelas mesmas razões, e apesar das diferentes características do espaço rural e do urbano, a agricultura desenvolvida pelos agricultores inquiridos apresenta-se muito semelhante, um dos poucos aspetos que diferenciam a agricultura desenvolvida pelos agricultores no espaço rural da atividade agrícola realizada pelos agricultores nas áreas urbanas e o tipo de despesas que indicam, pois o combustível e a electricidade indispensável ao funcionamento das máquinas agrícolas e ainda a mão-de-obra necessária a realização das mais diversas tarefas agrícolas são despesas que apenas estes agricultores alegam ter. Neste contexto de exposição das despesas associadas a agricultura desenvolvida pelos agricultores rurais é importante referir que as despesas apresentadas por estes agricultores devem-se à maior dimensão dos terrenos agrícolas rurais que permitem a utilização de máquinas na realização das tarefas agrícolas e por ser uma atividade mais direccionada para o mercado, o mesmo não verifica nas áreas urbanas destinadas ao cultivo.

A visão que os agricultores rurais demonstraram ter em relação a atividade agrícola urbana é muito próxima da dos agricultores urbanos.

Os técnicos municipais mostram-se bastante conscientes da importância da atividade agrícola na vida dos seus munícipes, tendo em conta que indicaram o complemento à dieta alimentar da família como sendo o principal benefício alcançado pelos agricultores através do desenvolvimento da agricultura nas áreas urbanas. A ideia anterior é reforçada pelos técnicos municipais que assinalaram apenas a pontuação 4 e 5, sendo a última a mais assinalada, como as pontuações que numa escala de 1 a 5 (sendo o 1 sem importância e o 5 muito importante) melhor representam o contributo da agricultura para a melhoria da qualidade de vida de quem se dedica a atividade.

O destaque dado à agricultura desenvolvida nas áreas urbanas nos últimos anos pelos cidadãos urbanos e pelo poder público é evidente, estando na origem deste interesse várias razões, que já foram anteriormente enunciadas, porém há sempre uma questão que fica suspensa e que só o tempo poderá se encarregar de responder, será a agricultura urbana mais uma moda.

5. Bibliografia

5.1. Publicações

- ALLEN, A. (2003). Environmental planning and management of peri-urban interface: perspectives on an emerging field. *Environment and Urbanization*, 15(1), 135-148.
- ALMEIDA, M. A. B., GUTIERREZ, G. L. e MARQUES, R. (2012). *Qualidade de Vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa* E. EACH (Ed.) Retrieved from http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf
- ARGENTI, O. (2000). Feeding the cities: Food supply and distribution.
- ARMAR-KLEMESU, M. (2000). Urban agriculture and food security, nutrition and health. In N. BAKKER, DUBBELING, M., GUNDEL, S., SABEL-KOSCHELLA, U. e ZEEUW, H (Ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 99-117).
- ARRUDA, J. (2006). *Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Urbanas Comunitárias como subsídio para políticas públicas* (Dissertação de Mestrado), Faculdade da Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas Campinas.
- ARRUDA, J. (2011). *Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: Sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias*. (Dissertação de Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio Janeiro
- AZEVEDO, E. (2008). *Qualidade de vida na perspectiva da Agricultura Familiar Orgânica*. Paper presented at the IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília.
- BALDIN, N. e MUNHOZ, E. M. B. (2011). *Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. Paper presented at the X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Curitiba.
- BARSKY, A. (2005). El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.
- BATOUXAS, M. e VIEGAS, J. (Ed.) (1998) Dicionário de Geografia. Edições Sílabo.

- BAUD, P., BOURGEAT, S. e BRAS, C. (Ed.) (1999) Dicionário de Geografia. Plátano Edições Técnicas.
- BON, H. (2001). Urban and periurban horticulture in Africa and Asia: characterisation of the systems and issues of sustainability *Annotated Bibliography on Urban Agriculture* (pp. 353-365).
- BOURQUE, M. (2000). Policy options for urban agriculture. In N. BAKKER, DUBBELING, M., GUNDEL, S., SABEL-KOSCHELLA, U. e ZEEUW, H (Ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 119-145).
- BOWLING, A. e BRAZIER, J. (1995). Quality of Life in Social Science and Medicine: An Introduction Social Science and Medicine.
- CABANNES, Y. (2012). Pro-poor legal and institutional frameworks for urban and peri-urban agriculture Rome: FAO.
- COBB, C. W. (2000). Measurement tools and the quality of life: Redefining Progress.
- COHEN, M. J. e GARRET, J. L. (2010). The food price crisis and urban food (in)security. *Environment and Urbanization*, 22(2), 467-482.
- COUTINHO, M. N. (2007). *Agricultura urbana: Análise e reflexão sobre os marcos legais e normativas do município de Belo Horizonte* (Monografia Bacharelato), Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Minas Gerais.
- COVARRUBIAS, J. D. R. (2011). *Agricultura urbana em Porto Ferreira/SP: Mapeamento, caracterização e tipificação* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de São Carlos Araras.
- DEELSTRA, T. e GIRARDET, H. (2000). Urban agriculture and sustainable cities. In N. BAKKER, DUBBELING, M., GUNDEL, S., SABEL-KOSCHELLA, U. e ZEEUW, H (Ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 43-65).
- DRECHSEL, P. e DONGUS, S. (2010). Dynamics and sustainability of urban agriculture: examples from sub-Saharan Africa. *Sustainability Science*, 5, 69-78.
- DRESCHER, A. (2001). The integration of urban agriculture into urban planning - An analysis of the current status and constraints *Annotated Bibliography on Urban Agriculture* (pp. 555-569).

- FADIGAS, L. S. (1993). *A natureza na cidade: Uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano* (Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa Lisboa.
- FERRÃO, J., GUERRA, J. e HONÓRIO, F. (2004). Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contribuições para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente). Lisboa: ISCTE/ICS.
- FILHO, L. S. S. (2010). *A outra face da produção do espaço em Aracaju/SE: O desenvolvimento da agricultura urbana, seus impasses e contradições* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Sergipe São Cristóvão
- GARRET, S. (2008). *Urban agriculture in Cardiff: Its potential contribution for creating a 'sustainable capital'*. (Dissertação de Mestrado), Cardiff University
- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa* (4^o ed.). São Paulo: Esitora Atlas S.A.
- GODOY, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 57-63.
- GOLDENBERG, M. (2004). *A arte de pesquisar - Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais* Retrieved from <http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>
- GOMES, D. A. A. M. e DINIS, M. A. P. (2006). Qualidade de vida urbana: o papel das NUT III nos indicadores de desenvolvimento sustentável.
- HANCOCK, T. (2000). Quality of life indicators and the DHC. <http://www.ontla.on.ca/library/repository/mon/24002/299271.pdf>
- HERCULANO, S. C. (2000). A qualidade de vida e os seus indicadores. In S. C. HERCULANO, PORTO, M. F. S. e FREITAS, C. M (Ed.), *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais* Editora da Universidade Federal Fluminense.
- HODGSON, K., CAMPBELL, M. C. e BAILKEY, M. (2011). Investing in healthy, sustainable places through urban agriculture: Funders' Network for Smart Growth and Livable Communities.
- HOWE, J. (2002). Planning for urban food: The experience of two UK cities. *Planning Practice and Research*, 17(2), 125-144.

- HOWE, J., BOHN, K. e VILJOEN, A. (2005). Food in time: The history of english open urban space as a european example. In A. VILJOEN, BOHN, K. e HOWE, J (Ed.), *Continuous productive urban landscapes: Designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 95-107).
- HOWE, J., VILJOEN, A. e BOHN, K. (2005). New cities with more life: Benefits and obstacles. In A. VILJOEN, BOHN, K. e HOWE, J (Ed.), *Continuous productive urban landscapes: Designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 56-64).
- Instituto Nacional de Estatística (2004). Retrato da Área Metropolitana do Porto: Porto:INE
- KAUFMAN, J. e BAILKEY, M. (2000). *Farming inside cities: Entrepreneurial urban agriculture in the United States*: Lincoln Institute of Land Policy.
- KLEIN, J. (2008). *Medindo qualidade de vida e de condições para viver: estudo de caso no Sudoeste do Paraná*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina.
- KOC, M., MACRAE, R., MOUGEOT, L. J. A. e WELSH, J. (1999). Introduction: Food security is a global concern. In M. KOC, MACRAE, R., MOUGEOT, L. J. A. e WELSH, J (Ed.), *For hunger-proof cities: Sustainable urban food systems* (pp. 5-12).
- LEITE, S. M. (2009). *Avaliação da qualidade de vida urbana - o caso do concelho de Amarante*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- LIMA, P. T., SÁNCHEZ, L. M. R. e URIZA. B. I. G. (2000). Mexico city: The integration of urban agriculture to contain urban sprawl. In N. BAKKER, DUBBELING, M., GUNDEL, S., SABEL-KOSCHELLA, U. e ZEEUW, H (Ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 363-390).
- LOVELL, S. T. (2010). Multifunctional urban agriculture for sustainable land use planning in the United States. *Sustainability*, 2.
- MACHADO, A. T. e MACHADO, C. T. T. (2002). *Agricultura Urbana*: Embrapa Cerrados.
- MADALENO, I. M. (2002). *A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará*: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia
- MAGIDIMISHA, H. H. (2009). *The responsiveness of town planning to urban agriculture in low-income neighbourhoods: A case study of Kwa-Mashu in Durban, South Africa* (Dissertação de Mestrado).

- MANSO, J. R. P. e SIMÕES, N. M. (2007). Os municípios e a qualidade de vida em Portugal: proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação. *Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social*.
- MANTAS, A. (Ed.) (1992) Dicionário de Agricultura. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MARQUES, J. L. e FIGUEIREDO, E. (2008). *De que depende a percepção social da qualidade de vida? Uma análise exploratória para o concelho de Aveiro*. Paper presented at the VI Congresso Português de Sociologia - Mundos sociais: saberes e práticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, T. M. V. S. (2002). *Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)*. (Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARTINS, I. C. G. (2004). *O papel da análise subjectiva na avaliação da qualidade de vida urbana: reflexões a partir da experiência do município do Porto*. Paper presented at the V Congresso da Geografia Portuguesa - Territórios e Protagonistas.
- MARTINS, I. C. G. (2011). *Os territórios da qualidade de vida no Porto: Uma avaliação das disparidades intra-urbanas*. (Dissertação de Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- MARTINS, I. C. G e MARQUES, T. S. (2009). *Evaluating quality of life in cities - Towards new tools to support urban planning*. Paper presented at the City Futures '09 - An International Conference on globalism and urban change http://www.cityfutures2009.com/PDF/55_I_Martins_T_S_Marques.pdf
- MATOS, R. S. (2010). *A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano - reflexões*. (Dissertação de Doutoramento), Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora Évora
- MINAYO, M. C. (2000). Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Revista Ciência e Saúde Colectiva*, 5, 1-18.
- MOUGEOT, L. J. A. (2000a). Agricultura Urbana - conceito e definição *Revista de Agricultura Urbana nº 1*. <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf>
- MOUGEOT, L. J. A. (2000b). Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks and policy challenges: International Development Research Centre

- MOUGEOT, L. J. A. (2006). *Growing better cities: Urban agriculture for sustainable development* International Development Research Centre
- NEVES, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo.
- NOVO, M. G. e MURPHY, C. (2000). Urban agriculture in the city of Havana: A popular response to a crisis. In N. BAKKER, DUBBELING, M., GUNDEL, S., SABEL-KOSCHELLA, U. e ZEEUW, H (Ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 329-346).
- NUGENT, R. (2000). The impact of urban agriculture on the household and local economies. In N. BAKKER, DUBBELING, M., GUNDEL, S., SABEL-KOSCHELLA, U. e ZEEUW, H (Ed.), *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 67-97).
- NUGENT, R. A. (1999). Measuring the sustainability of urban agriculture. In M. KOC, MACRAE, R., MOUGEOT, L. J. A. e WELSH, J (Ed.), *For hunger-proof cities: Sustainable urban food systems* (pp. 96-101).
- PELICIONI, M. C. F. (1998). Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. *Revista Saúde e Sociedade*, 2, 19-31.
- PESSÔA, C. C. (2005). *Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria - RS*. (Dissertação de Mestrado), Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- PESTANA, M. e CORREIA, P. Cultura em sistemas hidropónicos. Universidade do Algarve.
- PETTS, J. (2005). The economics of urban an peri-urban agriculture. In A. VILJOEN, BOHN, K. e HOWE, J (Ed.), *Continuous productive urban landscapes: Designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 65-77).
- PINTO, R. S. B. F. F. (2007). *Hortas urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga* (Dissertação de Mestrado), Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- REDWOOD, M. (2009). Agriculture in urban planning: Generating livelihoods and food security (pp. 1-20; 253-242): International Development Research Centre.
- RIBEIRO, D. M. M. (2011). *Qualidade de vida em contexto urbano*. (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- RODRIGUES, D. S. (2007). *Sistema de Informação para avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários* (Dissertação de Doutoramento), Escola de Engenharia da Universidade do Minho
- RODRIGUES, M. I. M. C. (2006). *Agricultura peri-urbana e ecossistemas mediterrânicos - Palmela e a sua vocação agro-florestal* (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa Lisboa.
- ROMEIRO, A. R. (1996). Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural.
- SANTOS, L. D., MARTINS, I. e BRITO, P. (2005). O conceito de qualidade de vida urbana na perspectiva dos residentes na cidade do Porto. *Estudos Regionais* (9), 5-18.
- SANTOS, S. R. D. (2011). *A qualidade de vida urbana: Aplicação de um inquérito online para a avaliação da percepção individual* (Dissertação de Mestrado), Escola de Engenharia da Universidade do Minho
- SARAIVA, R. A. (2011). *As hortas urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do concelho de Oeiras*. (Mestrado).
- SHEU, S., WEI, L., CHEN, C., YU, S. e TANG, F. (2008). Using snowball sampling method with nurses to understand medication administration errors. *Journal of Clinical Nursing*, 18(4), 559-569.
- SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- SILVA, L. O. (2006). Agricultura: Utopia e práticas urbanas. *Revista Integração*, 217-230.
- SINGHAL, S. (2009). Urban Agriculture: Farming of the Future.
- SMIT, J. e NASR, J. (1992). Urban agriculture for sustainable cities: Using wastes and idle land and water bodies as resources
Environment and Urbanization, 4(2), 141-152.
- SMIT, J., RATTA, A. e BERNSTEIN, J. (1996). *Urban Agriculture: An opportunity for environmentally sustainable development in sub-Saharan Africa*: Environmentally Sustainable Division, Africa Technical Department (AFTES), The World Bank.
- TOBELEM-ZANIN, C. (1995). *La qualité de la vie dans les villes françaises*: l'Université de Rouen.

VAN VEENHUIZEN, R. (2006). *Cities farming for the future: Urban agriculture for green and productive cities* Filipinas: International Institute of Rural Reconstruction e ETC Urban Agriculture.

VAN VEENHUIZEN, R e DANSO, G. (2007). *Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture* (Vol. 19). Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations

VILJOEN, A., BOHN, K. e HOWE, J. (2005). More food with less space: Why brother? . In A. VILJOEN, BOHN, K. e HOWE, J (Ed.), *Continuous productive urban landscapes: Designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 19-31).

ZEEUW, H. (2004). *The development of urban agriculture: Some lessons learnt*. Paper presented at the Key note paper for the International Conference "Urban Agriculture, Agro-tourism and City Region Development"

Beijing.

ZEEUW, H., GUNDEL, S. e WAIBEL, H. (2000). A integração da Agricultura Urbana nas Políticas Urbanas. *Revista de Agricultura Urbana* nº 1. <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1integracao.pdf>

ZEEUW, H., VAN VEENHUIZEN, R. e DUBBELING, M. (2011). The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries. *Journal of Agricultural Science*.

ZEZZA, A. e TASCIOTTI, L. (2010). Urban agriculture, poverty, and food security: Empirical evidence from a sample of developing countries. *Food Policy*, 35, 265-273.

5.2. Legislação

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, "Lei de bases do Ambiente", artigo 5º, I Serie Nº81.

5.3. Endereços eletrónicos

- ✓ <http://www.portau.org/> (Consultado: outubro de 2012)
- ✓ <http://valenciaenfotos.wordpress.com/2012/11/11/articulo-agricultura-urbana-y-ciudades-ecologicas/> (Consultado: novembro de 2012)
- ✓ http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota_completa.asp?idCat=47976&idArt=7452480 (Consultado: novembro de 2012)
- ✓ <http://peregrinacultural.wordpress.com/2012/06/20/pensando-o-espaco-urbano-verde-uma-fazenda-no-telhado/> (Consultado: novembro de 2012)

- ✓ <http://www.cityfarmer.info/2010/02/27/havana-harvest-organic-agriculture-incuba%E2%80%99s-capital/> (Consultado: novembro de 2012)
- ✓ <http://www.lipor.pt/pt/educacao-ambiental/horta-da-formiga/horta-a-porta/> (Consultado: dezembro de 2012)
- ✓ <http://www.dac.dk/en/dac-cities/sustainable-cities-2/all-cases/green-city/london-2012vegetable-gardens-by-2012/?bbredirect=true> (Consultado: dezembro de 2012)
- ✓ <http://germanyiswunderbar.com> (Consultado: janeiro de 2013)
- ✓ <http://www.urbanagriculturesummit.com/Start.html> (Consultado: fevereiro de 2013)
- ✓ http://www.leap2020.eu/LEAP-2020-Annonce-Speciale-Crise-Systemique-Globale-Septembre-2008_a2140.htm (Consultado: julho de 2013)
- ✓ <http://www.ine.pt> (Consultado: agosto de 2013)

Anexo 1. Caracterização de projetos ligados a agricultura urbana promovidos por câmaras municipais de cidades

Câmara Municipal	A presente câmara é responsável ou está associada a alguma iniciativa ou projeto relacionado com hortas urbanas?	Mencione, as principais razões, que levaram a câmara a dinamizar projeto(s) de hortas urbanas?	A câmara é a única entidade responsável pela criação das hortas urbanas ou a condução do projeto é realizada em parceria com outras instituições?	Que objetivos a câmara pretende alcançar com a implementação de hortas urbanas no município?	Que critérios são usados na selecção dos candidatos às hortas urbanas?	Número de talhões disponibilizados pela câmara:	Cada talhão corresponde a uma área de aproximadamente quantos m2?	A câmara possui informação disponível sobre o(s) seu(s) projet(s) de hortas urbanas em: Site (indique quais):
Águeda	Sim	Apoio às famílias com carências económicas ou em situação de desemprego/reforma; Promover a alimentação saudável; Garantir a sustentabilidade do concelho.	A Câmara Municipal de Águeda realiza parcerias com as Juntas de Freguesia na perspetiva da angariação de hortelões. A gestão é da total responsabilidade da autarquia.	Garantir a sustentabilidade familiar e a alimentação saudável.	-Residência; -Situação face ao emprego; -Não posse de terras; -Carências económicas; - Assinatura de um documento, onde são explicados os direitos e deveres.	52	40 m2	presidente@cm-agueada.pt
Braga	Sim	A carência económica da população, o interesse manifestado pela agricultura biológica e a disponibilidade de tempo por parte da população (idosos e desempregados) que poderão assim manter-se fisicamente ativos e estabelecer contactos sociais.	É a única entidade responsável.	-Produção biológica para consumo próprio - Ocupação saudável e prática desportiva - Socialização e entre ajuda - Participação social - Maior biodiversidade	-Proximidade da residência; -O mais baixo rendimento familiar "per capita".; -Ordem de inscrição.	-	-	Ainda se encontra em elaboração
Bragança	Não	-	-	-	-	-	-	-
Estarreja	Sim	A actividade agrícola de subsistência, materializada sob a forma de hortas, assume grande importância no desenvolvimento sustentável e na promoção da qualidade de vida das populações. Estes espaços, também de lazer, e com enorme potencial sócio-cultural, constituem um importante contributo para a economia familiar e assumem grande importância na promoção de hábitos de consumo sustentáveis. Assim, faz sentido potenciar, junto das zonas urbanas, espaços de agricultura tradicional como forma de garantir sustentabilidade ambiental dos espaços, bem como permitir a produção de alimentos. Neste âmbito, o projeto "Hortas	É a única entidade responsável.	-Complemento ao rendimento; -Disponibilizar aos munícipes, de forma gratuita, uma parcela de terreno que se destina única e exclusivamente ao cultivo; -Promover hábitos de alimentação saudável; -Responder às necessidades crescentes de contacto da população urbana com o espaço rural; -Fortalecer a identidade cultural e colectiva da comunidade, bem como o sentimento de pertença; -Incentivar a requalificação ambiental de terrenos camarários abandonados,	-Ordem de inscrição.	60	36 m2	www.cm-estarreja.pt

		da Urbanas” visa criar um novo espaço de produção agrícola familiar, fomentando o espírito comunitário e a prática da agricultura tradicional.		subaproveitados ou com uso Inadequado; -Sensibilizar ambiental e socialmente a comunidade.				
Estremoz	Sim	Falta de recursos financeiros da população.	Realizado em parceria com a junta de freguesia local	-Aumentar a qualidade de vida dos munícipes; -Proporcionando-lhes um espaço onde possam produzir; -Produtos hortícolas para consumo; -Reduzir a fatura do supermercado.	-Famílias com menores rendimentos -Ordem de inscrição.	20	15 m2	-
Faro	Sim	Promoção da educação ambiental e de hábitos de saúde saudáveis, surge dotada de uma componente social, na medida em que visa disponibilizar talhões de cultivo a agregados familiares com algumas carências económicas, e a Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho.	A condução do processo fez-se sempre na base da parceria: Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, Fagar – Gestão de Águas e Resíduos E.M., Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Glocal Faro – Grupo informal de Cidadãos, Associação In loco.	- Forma de introduzir a dimensão do ambiente no nosso dia-a-dia, procurando-se assim alcançar mais valias económicas, sociais e ambientais; - Permite produzir alimentos de forma saudável e biológica, tem uma componente pedagógica inerente ao processo que permite o envolvimento do indivíduo no ato da plantação dos próprios alimentos; - Desenvolvimento de consciência ambiental e da responsabilidade social; - Criação de momentos de descontração e socialização;	-Ordem de chegada da candidatura; - Residência no concelho e mais próxima do local da instalação da Horta Social; - Situação económica do agregado familiar, cujos rendimentos globais não sejam inferiores a 2 vezes o Indexante dos Apoios Sociais e superiores a 4 vezes esse valor.	8	40 m2	http://www.cm-faro.pt/menu/170/horta-social.aspx
Felgueiras	Não	-	-	-	-	-	-	-
Figueira da Foz	Sim	A atividade de subsistência, materializada sob a forma de hortas, permite a melhoria da qualidade ambiental, tornando-se relevante para a manutenção da qualidade do solo, da biodiversidade e da estrutura ecológica. Pretendeu-se fomentar o desenvolvimento integrado, que alie as mudanças de atitude à conservação ambiental, ao crescimento económico e às práticas salutaras da vida gregária e potenciar, junto das zonas urbanas, espaços de agricultura	O projeto é realizado em parceria com outras instituições locais, designadas por entidades gestoras, nomeadamente: -Associação de Solidariedade Social Viver em Alegria; -Figueira Viva; - Associação de Cooperação e Solidariedade para o Desenvolvimento, Rede de Cooperação Interinstitucional da	-Fomentar a prática de agricultura biológica como atividade de lazer; -Apoiar as famílias com baixos rendimentos; - Promover uma alimentação saudável -Sensibilizar e educar a população para o respeito e defesa do meio ambiente; -Valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e na manutenção/requalificação do mesmo; -Contribuir para o	-Rendimento per capita, utilizando como referência o motante do valor do IAS, da qual se consideram três prioridades – 1ª prioridade: rendimento per capita igual ou inferior ao IAS; 2ª prioridade - rendimento per capita igual ou inferior a duas vezes o IAS; 3ª prioridade - rendimento per capita superior a duas vezes o IAS;	51	Entre 10 m2 e 84 m2	www.figueiradigital.pt

		tradicional e biológica, como forma de garantir sustentabilidade ambiental dos espaços, bem como, permitir a produção de espécies hortícolas mais saudáveis, contemplando ainda, uma forte componente de sensibilização e educação da população para o respeito e defesa do meio ambiente.	Figueira da Foz representada, pela Casa Nossa Senhora do Rosário..	desenvolvimento integrado, numa aliança entre as constantes mudanças de atitude face à conservação ambiental, ao crescimento económico e as práticas salutaras da vida gregária; -Potenciar o recurso a técnicas de compostagem, sensibilizando para a problemática da redução de resíduos.	-Ordem de Inscrição.			
Funchal	Sim	-	É a única entidade responsável	-Promover a agricultura urbana; -Contribuir para a segurança alimentar e a melhoria e diversificação das dietas; -Facilitar o acesso dos agregados familiares à produção pecuária doméstica; -Demonstrar que os espaços verdes também podem ter uma função de produção, para além da proteção e do recreio; -Servir de modelo para a ocupação espontânea de terrenos abandonados; -Recriar a ligação entre o campo e a cidade e incentivar o contacto com a Natureza; -Fomentar a compostagem de materiais orgânicos, contribuindo para a redução desta fração nos resíduos sólidos urbanos (RSU); -Melhorar a circulação da água e harmonizar a paisagem e o ambiente urbano em geral, favorecendo o conforto das populações e a biodiversidade potencial do meio.	-Ordem de inscrição	523	50 m2	http://www.cm-funchal.pt/ambiente/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=272
Fundão	Não	-	-	-	-	-	-	-
Gondomar	Sim	No âmbito das competências atribuídas ao Pelouro de Ambiente, está a remoção ou eliminação espontânea de vegetação que surja nos espaços públicos, nomeadamente terrenos de património público municipal, ou outros espaços verdes, evitando	Parceria com a Lipor, cada parceiro assume responsabilidades na implementação do mesmo. O terreno e a água são disponibilizados pela Câmara e o local para	-Promover a qualidade de vida da população, através de boas práticas agrícolas, ambientais e sociais; -Promover a agricultura biológica e a compostagem caseira e o correcto encaminhamento dos resíduos	• Atribuição de talhões entre 25 e 50 m2: -Ordem de receção da inscrição; -Residência no concelho de Gondomar. - Atribuição do número de talhão por sorteio.	50 m2	Entre 25 m2 e 130 m2	www.cm-gondomar.pt www.lipor.pt

		<p>situações de insalubridade e risco de incêndio.</p> <p>Acarretando a manutenção desses terrenos, encargos avultados e disponibilização periódica de Recursos Humanos especializados, sem benefícios diretos para a gestão do serviço, pois o objetivo único da tarefa é desmatar, para o terreno ficar limpo, proponho a rentabilização de recursos, para a criação do projeto Horta à Porta, nos terrenos públicos com gestão da Câmara Municipal de Gondomar, que reúnam condições de solo adequadas ao cultivo de hortícolas e cidadãos interessados em cultivar.</p> <p>O projeto Horta à Porta, promovido no Sistema Intermunicipal da Lipor – Gestão de Resíduos do Grande Porto, surgiu em Julho de 2003, devido à necessidade de articular a disponibilidade de várias entidades, numa rede, que viabilizasse uma estratégia para a Região do Grande Porto no domínio da Compostagem Caseira, na criação de Hortas e na promoção da Agricultura Biológica.</p> <p>Promover a agricultura biológica e o correcto encaminhamento dos resíduos orgânicos para valorização em adubo organico natural.</p>	<p>armazenar as ferramentas e o</p> <p>compostor individual, pela Lipor.</p>	<p>orgânicos para valorização em adubo orgânico natural;</p> <p>-Diminuir custos com a manutenção dos terrenos municipais;</p> <p>- Ocupação da população em situação de desemprego e contribuição para a subsistência das famílias.</p>	<p>• Atribuição de talhões entre 50 e 130 m2:</p> <p>- Exclusivos para agregados familiares maiores ou iguais a 5 elementos;</p> <p>-No caso do mesmo número de elementos do agregado familiar, prevalece:</p> <p>-Ordem de inscrição;</p> <p>-Residência no concelho de Gondomar.</p> <p>-Caso não existam candidaturas de elementos do agregado familiar, maiores que 5 elementos, a organização decidirá sobre a sua atribuição.</p>			
Guimarães	Sim	<p>-Componente social;</p> <p>-Ordenamento do território;</p> <p>-Dinamização da população local</p>	<p>1ª fase em parceria com o hipermercado Continente, 2ª fase é da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal</p>	<p>-Convívio da população;</p> <p>-Incentivo à prática agrícola;</p> <p>-Dinamização e melhoria do local.</p>	-	300	50 m2	<p>http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=18558</p>

Lagoa (Algarve)	Sim	<p>Importância de reequacionar os recursos disponíveis em prol da população, valorização de terrenos agrícolas e um melhor ordenamento do território.</p> <p>A criação de Hortas Comunitárias prevê a constituição de espaços de promoção da agricultura tradicional e biológica, a par de um processo educativo ambiental e de cidadania</p>	<p>A câmara é a única entidade responsável pela criação das hortas urbanas</p> <p>A formação dos agricultores será efetuada em parceria Associações de Desenvolvimento Local e/ou com a Direção Regional de Agricultura.</p>	<p>-Estratégia alternativa de apoio à economia familiar, fornecendo elementos essenciais à subsistência do agregado familiar em torno de uma alimentação saudável;</p> <p>-Forma de promover a sustentabilidade ambiental.</p>	<p>-Rendimento mensal per capita do agregado familiar;</p> <p>-Constituição do agregado familiar;</p> <p>-Proximidade da residência ao local;</p> <p>-Outras situações especiais.</p>	35	50 m2	http://www.cm-lagoa.pt
Lagos	Sim	<p>O Município de Lagos desenvolveu um projeto de hortas sociais urbanas, devido ao elevado número de pedidos de terrenos para esse fim.</p>	<p>O projeto é desenvolvido em parceria com outras entidades</p>	<p>-Proporcionar a famílias de baixos rendimentos, desempregados e reformados;</p> <p>-Um meio de subsistência;</p> <p>-Ocupação de tempos livres;</p> <p>-Sensibilização da população para a agricultura biológica.</p>	<p>-Ordem de receção da respetiva candidatura, Apenas se podem candidatar os cidadãos que preencham os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ser beneficiário de apoios sociais; - Ser reformado; -Ter rendimento igual ou inferior ao rendimento mínimo; - Pertencer a famílias numerosas (mais de 5 elementos) 	28	Entre 25m2 a 75m2	www.cm-lagos.com
Maia	Sim	<p>A procura dos munícipes por espaços de contacto com a natureza e produção em pequena escala de frutas e legumes foi uma das principais razões, aliada à sensibilidade da autarquia para as questões ambientais e sociais,.</p>	<p>A CMM trabalha neste protejo em colaboração com a Lipor.</p>	<p>-Promoção do contacto com a terra;</p> <p>-Produção de legumes em modo biológico;</p> <p>-Fomentar a compostagem caseira;</p> <p>-Promover a fruição dos espaços verdes em família</p>	<p>-Ordem de inscrição</p> <p>-Proximidade ao local da horta</p>	260	45 m2	http://ambiente.maiadigital.pt/
Mangualde	Não	-	-	-	-	-	-	-

Matosinhos	Sim	-Promoção da qualidade de vida dos munícipes; -Reabilitação de espaços e redução de RSU; -Incentivo a boas praticas agrícolas.	Em parceria com a Lipor	-Promoção da qualidade de vida dos munícipes; -Contacto privilegiado com a natureza e consequentemente boas práticas agrícolas; -Benefícios ambientais resultantes; -Reabilitação de novos espaços -Redução de RSU com a compostagem	-Residentes no Município	120	25 m2	www.cm-matosinhos.pt
Montemor-o-Novo	Sim	-Valorização dos produtos agrícolas; Dar prioridade aos alimentos de base local; -Criação de espaços comunitários de produção e sociabilização, criando ao mesmo tempo um suporte alimentar e fomentando novas atitudes, comportamentos e estilos de vida mais saudáveis; -Promoção da qualidade e vida no concelho.	É realizado em parceria com outras instituições.	-Promover a horticultura tradicional, reduzindo ao mínimo o recurso a agroquímicos; -Incentivar a troca de experiência inter-geracional, na área da horticultura, valorizando o conhecimento dos mais velhos, transmitindo-o às gerações mais novas; -Promover visitas das escolas essencialmente do 1º e 2º Ciclo, sensibilizando os jovens para a importância da Horticultura tradicional no âmbito de uma alimentação saudável característica da nossa -Dieta Mediterrânica e de valorização ambiental; -Estimular atividades de auto subsistência, reduzindo encargos com a compra de produtos hortícolas; -Preservar e estimular a troca de produtos entre os horticultores locais,	-A ordem de inscrição; -Não disponibilidade de terreno; -Avaliação da situação social do agregado familiar.	135	Entre 100 m2 e 220 m2	http://morinvest.cm-montemornovo.pt/destaque.php?id=49
Odivelas	Sim	-Incentivar o espírito comunitário; -Promover a alimentação saudável; -Sensibilização ambiental.	É a única entidade responsável	-Fomentar a prática de horticultura biológica como actividade pedagógica, criativa ou de recreio de natureza comunitária, destinada ao cultivo; -Sensibilizar e educar a população para o respeito e defesa do ambiente; -Valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e na manutenção do mesmo;	-Ser pessoa singular e maior de idade; -Proximidade entre a residência do interessado e a localização da horta; -Ordem de apresentação de candidaturas; -Candidatos reformados ou que se encontrem desempregados mediante apresentação de prova;	44	Todos os talhões apresentam dimensões diferentes	www.cm-odivelas.pt

				-Fomentar a utilização da compostagem e a sensibilização relativamente às questões relativas ao tratamento de resíduos;	-Maior número de elementos do agregado familiar.			
Oliveira de Azeméis	Não	-	-	-	-	-	-	-
Oliveira do Hospital	Não	-	-	-	-	-	-	-
Paços de Ferreira	Sim	-Sensibilizar a população para -Agricultura e preservar bom Ambiente.	Outras instituições estão envolvidas como a Cooperativa Agrícola A Lavoura de Paços de Ferreira e Ipss locais.	-Embelezamento da paisagem urbana; -Sensibilização da população para meio rural; - Estimular o gosto pela agricultura	Interesse pela agricultura e formação de um curso com aproveitamento.	22	100 m2	http://www.cm-pacosdeferreira.pt
Porto	Sim	A criação de Hortas Municipais no Município do Porto nasceu de um processo de auscultação da população em algumas zonas-piloto do projeto "Acção Local 21" (2003-2007) para resolver um desafio de gestão do Pelouro do Ambiente: como revitalizar terrenos votados ao abandono, inseguros, permanentemente conspurcados ou pejados de seringas em áreas periféricas da Cidade. Deste processo participativo e de envolvimento cívico da rede de actores locais resultou a instalação de duas Hortas - a de "Aldoar" (Março 2004) e da "Condomínia" (Fev. 2005) – que funcionam ainda hoje, sem terem sido alguma vez vandalizadas, como espaços lúdicos com valências ocupacionais, de complemento ao orçamento familiar (agricultura de subsistência),mas também como um exemplo de gestão e conservação de espaços semi-públicos com economia de recursos.	A LIPOR é também parceira no projeto de instalação das 2 primeiras hortas municipais, na medida em que já durante o processo de instalação da Horta de Aldoar, suscitou a participação da CMP no projeto "Horta à Porta", que permitiu dividir responsabilidades: i) A CMP assegurava a rede de rega, iluminação, vedação e construção do espaço, assim como a mediação de conflitos/comunicação com os utentes; ii) A LIPOR assegurava a componente de formação nas áreas da compostagem doméstica e produção agrícola em modo biológico, bem como o fornecimento de uma Casa de Apoio para armazenamento de alfaias.	-Conversão de terrenos sem capacidade construtiva em espaços permeáveis; -Disponibilização de meios complementares de subsistência e com valências lúdicas sociais (é frequente as Hortas funcionarem com polo de convívio e entretenimento sobretudo com a população sénior); -Promover a aquisição e disseminação de preocupações de consumo responsável e sustentabilidade na população.	Sorteio a partir de lista de pré-inscrições, preferencialmente a partir de universo de moradores locais	37	Entre 15 m2 e 25 m2	http://eduambiental.cm-porto.pt/

Póvoa de Varzim	Sim	-Incentivo à agricultura sustentável; - Promoção da alimentação saudável; -Apoio à economia familiar; -Sensibilização para a vida natural e proteção da natureza; -Fortalecimento do espírito de comunidade e partilha	O projeto "A Nossa Horta" é da responsabilidade da câmara municipal e conta com o apoio da Horpozim (Associação de horticultores).	-Incentivo à agricultura sustentável; -Promoção da alimentação saudável; -Apoio à economia familiar - Sensibilização para a vida natural e proteção da natureza - Fortalecimento do espírito de comunidade e partilha	Residência no concelho da Póvoa de Varzim	105	50 m2	www.geral@cm_pvarzim.pt
Rio Maior	Sim	Recuperação de um espaço urbano degradado.	É a única entidade responsável	-Reconversão de um espaço urbano degradado; - Combate ao sedentarismo; -criação de valores comunitários.	-Número de elementos do agregado familiar; -Situação profissional.	42	45 m2	http://www.cm-riomaior.pt/informacoes/noticias/item/451-autarquia-entrega-parcelas-das-hortas-sociais
Santa Comba Dão	Não	-	-	-	-	-	-	-
São João da Madeira	Sim	Recuperação de uma área crítica de génese irregular	É a única entidade responsável	-Forma de favorecer a economia de agregados familiares de baixos recursos; -Incentivar o uso de produtos biológicos	-Ordem recepção do pedido; Residência na área de intervenção.	50	60 m2	Ainda se encontra em elaboração
Tavira	Sim	-Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável do concelho; - Aumentar a autonomia alimentar das famílias e fomentar práticas de consumo mais equilibradas, que visem a ampliação da biodiversidade, potenciem a convivência familiar e comunitária e apoiem o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais apurada; - Desenvolver novos modelos de desenvolvimento, mais humanitários/comunitários, acessíveis e sustentáveis, assim como dos inúmeros contributos económicos, sociais e ambientais da agricultura nas áreas urbanas.	O presente projeto é uma parceria da Município de Tavira e Direção Regional de Agricultura do Algarve, estando contemplado numa segunda fase adesão de outras instituições sociais pertencentes à Rede Social de Tavira.	-Reforçar o apoio social às famílias mais desfavorecidas do Município; -Complementar fontes de subsistência alimentar das famílias; -Desenvolver hábitos alimentares saudáveis; -Sensibilizar ambiental e socialmente a comunidade; - Valorizar o espírito comunitário na utilização do espaço público e na manutenção do mesmo; - Preservar práticas agrícolas com cariz biológico e tradicional; -Fomentar a prática da horticultura biológica, como atividade de lazer; -Potenciar a utilização da compostagem e sensibilizar em relação às questões dos resíduos.	Os critérios aplicar na seleção dos candidatos, encontram-se a ser definidos e discutidos, em termos de regulamentação.	48	30 m2	Ainda se encontra em elaboração
Trofa	Sim	-Contribuir para uma melhoria na qualidade de vida dos munícipes, tanto ao nível da economia familiar	A criação das hortas é da responsabilidade de outra entidade. A CMT	-Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nos vários aspetos:	-	-	30 m2	-

		como da própria ocupação de tempos livres das pessoas aliada a uma melhoria da qualidade de vida	é parceira.	económico, social, psíquico....				
Vila Nova de Foz Côa	Não	-	-	-	-	-	-	-
Vila Nova de Gaia	Sim	<p>Numa 1ª fase, paralelamente à criação de hortas urbanas junto dos empreendimentos de habitação social, as hortas foram instaladas em terrenos pertencentes ao Património Municipal que se encontram desocupados, cedidos na maioria dos casos ao domínio municipal no âmbito de operações urbanísticas, os quais se encontram abandonados, necessitando de limpezas regulares, o que representa uma despesa para o Município.</p> <p>A adaptação destes terrenos para hortas urbanas é uma solução que lhes vai conferir finalmente uma utilidade para a comunidade, proporcionando ao mesmo tempo a valorização ambiental dos mesmos, a que acresce a eliminação de uma despesa inútil que decorre da necessidade que existia anteriormente de serem limpos com frequência. Atualmente, e face ao elevado número de inscrições e ao interesse que este projeto suscitou em algumas freguesias, como é o caso de Canelas e Santa Marinha, surgiu também a oportunidade de utilizar terrenos privados desocupados cedidos em regime de comodato pelos proprietários para esse efeito.</p>	<p>O projeto da Rede Municipal de Hortas Urbanas do Município de Vila Nova de Gaia é promovido pelo Pelouro do Ambiente e a execução das hortas envolve parcerias de colaboração com as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM; - Gaiurb); - Juntas de Freguesia (Entidades gestoras responsáveis pela gestão das hortas nas freguesias respetivas). <p>Para além destas entidades, o projeto conta ainda com o apoio de mecenas, como é o caso da empresa "Wippytex". Prevê-se ainda que, a curto prazo, seja estabelecido um protocolo de colaboração entre o Município de Vila Nova de Gaia e a LIPOR com vista a que seja possível disponibilizar formação em agricultura biológica e compostagem caseira aos utilizadores das hortas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Promoção da melhoria da qualidade de vida; -Práticas ambientais sustentáveis; -Promoção da agricultura urbana sustentável e contacto com a terra e com a natureza; -Incentivo à produção de alimentos saudáveis para auto consumo; -Promoção da interação social; -Promoção e conjugação de novas actividades recreativas ao ar livre; -Inovação na utilização de espaços livres em contexto urbano; -Promoção do bem-estar físico da população; -Contribuição para o orçamento familiar; -Promoção da educação ambiental através de acções de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> - A seleção dos candidatos à utilização dos talhões disponíveis é feita pela Entidade Gestora da Horta em articulação com o Município de Vila Nova de Gaia, tomando com referência a lista de inscrições do site www.cm-gaia.pt/hortasurbanas - A Entidade Gestora faz a seleção dos candidatos para cada talhão, tendo em consideração critérios como a tipologia da Horta, a situação económica dos agregados familiares, a ordem de inscrição e o local de residência do candidato; - É disponibilizado um talhão, por agregado familiar. 	428	50 m2	www.cm-gaia.pt/hortasurbanas